

Copel Distribuição S.A.

CNPJ/MF 04.368.898/0001-06

www.copel.com copel@copel.com

Rua José Izidoro Biazzetto, nº 158 - Curitiba - PR

CEP 81200-240

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO E DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Dezembro/2008

ÍNDICE

| | |
|---|-----------|
| RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO | 4 |
| 1. DIMENSÃO GERAL | 4 |
| 1.1 Mensagem da Administração | 4 |
| 1.2 Referencial Estratégico | 5 |
| 1.3 Perfil Organizacional | 5 |
| 1.4 Cenários | 6 |
| 1.5 Dimensão Governança Corporativa | 8 |
| 2. DESEMPENHO OPERACIONAL | 12 |
| 2.1 Copel Distribuição em Números | 13 |
| 2.2 Participação e crescimento do mercado em 2008 | 14 |
| 2.3 Revisão tarifária da Copel Distribuição S.A. | 15 |
| 2.4 Investimento Remunerável | 16 |
| 3. DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO | 17 |
| 3.1 Receita Operacional Líquida | 17 |
| 3.2 Custos e Despesas Operacionais | 17 |
| 3.3 LAJIDA ou EBITDA | 18 |
| 3.4 Resultado Financeiro | 18 |
| 3.5 Lucro Líquido | 19 |
| 3.6 Endividamento | 19 |
| 3.7 Captação de recursos em 2008 para empreendimentos e programas | 19 |
| 3.8 Investimentos | 19 |
| 4. DESEMPENHO SOCIAL | 20 |
| 4.1 Projeto e Programas Corporativos Sociais | 20 |
| 4.2 Clientes | 22 |
| 4.3 Recursos humanos | 26 |
| 4.4 Treinamento e desenvolvimento | 26 |
| 4.5 Desempenho setorial | 28 |
| 4.6 Programa de Eficiência Energética - PEE | 31 |
| 5. DESEMPENHO AMBIENTAL | 32 |
| 5.1 Gestão ambiental | 32 |
| 5.2 Políticas de atuação em áreas de preservação ambiental | 32 |
| 5.3 Educação Ambiental | 34 |
| 5.4 Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico e Científico (P&D) | 35 |
| 5.5 Emissões, efluentes e resíduos | 36 |
| 5.6 Licenciamentos ambientais | 38 |
| 5.7 Gestão de multas, termos de compromisso e notificações ambientais | 39 |
| 6. BALANÇO SOCIAL | 41 |
| 7. AGRADECIMENTOS | 45 |
| 7.1 Mensagem de Agradecimento | 45 |
| DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS | 46 |
| Balanços Patrimoniais | 46 |
| Demonstração dos Resultados | 48 |
| Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido | 49 |
| Demonstração dos Fluxos de Caixa | 50 |
| Demonstração do Valor Adicionado | 52 |
| NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS | 54 |
| 1 Contexto Operacional | 54 |
| 2 Concessões | 54 |
| 3 Apresentação das Demonstrações Contábeis | 54 |
| 4 Mudanças de Práticas Contábeis | 55 |
| 5 Principais Práticas Contábeis | 57 |
| 6 Caixa e Equivalentes de Caixa | 63 |
| 7 Consumidores e Revendedores | 64 |
| 8 Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa | 66 |
| 9 Repasse CRC ao Governo do Estado do Paraná | 66 |
| 10 Impostos e Contribuições Sociais | 67 |
| 11 Conta de Compensação da "Parcela A" | 69 |
| 12 Outros Ativos e Passivos Regulatórios | 72 |
| 13 Cauções e Depósitos Vinculados | 73 |
| 14 Estoques | 73 |
| 15 Outros Créditos | 74 |
| 16 Depósitos Judiciais | 74 |
| 17 Imobilizado | 75 |
| 18 Intangível | 79 |

| | | |
|--|---|------------|
| 19 | Empréstimos e Financiamentos | 80 |
| 20 | Fornecedores | 83 |
| 21 | Folha de Pagamento e Provisões Trabalhistas..... | 84 |
| 22 | Benefícios Pós-emprego | 84 |
| 23 | Encargos do Consumidor a Recolher | 86 |
| 24 | Pesquisa e Desenvolvimento e Eficiência Energética..... | 86 |
| 25 | Outras Contas a Pagar..... | 88 |
| 26 | Provisões para Contingências..... | 88 |
| 27 | Patrimônio Líquido | 90 |
| 28 | Receita Operacional..... | 91 |
| 29 | Deduções da Receita Operacional | 92 |
| 30 | Custos e Despesas Operacionais | 92 |
| 31 | Resultado Financeiro | 97 |
| 32 | Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE..... | 97 |
| 33 | Instrumentos Financeiros | 99 |
| 34 | Transações com Partes Relacionadas | 102 |
| 35 | Seguros | 104 |
| 36 | Gastos em Meio Ambiente | 105 |
| 37 | Demonstração do Resultado Segregado por Atividade | 106 |
| PARECER DO CONSELHO FISCAL..... | | 107 |
| COMPOSIÇÃO DOS GRUPOS RESPONSÁVEIS PELA GOVERNANÇA..... | | 108 |

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

1. DIMENSÃO GERAL

1.1 Mensagem da Administração

Estamos apresentando, com orgulho e satisfação, o Relatório de Atividades da Copel Distribuição referente ao exercício de 2008, elaborado com base nas diretrizes estratégicas e nos compromissos de sustentabilidade assumidos pela Controladora.

Paralelamente à execução dos investimentos em projetos e obras inerentes à atividade, o ano foi marcado pela consolidação das adequações estruturais decorrentes da absorção, pela Copel Distribuição, dos ativos de transmissão de energia em até 138 mil volts que pertenciam à extinta Copel Transmissão.

Outro destaque foi a conquista do Prêmio Abradee como “Melhor Distribuidora da Região Sul” em 2008, distinção que confirma o nível de excelência no atendimento prestado pela Copel a seus clientes.

Em atendimento aos princípios da sustentabilidade, a empresa reformulou seu processo de comunicar ao cliente a existência de débitos vencidos (o chamado “Reaviso”): uma mensagem incluída na própria conta de luz passou a substituir o documento que prestava a informação e dispensou o uso de 1 milhão de folhas de papel por mês, poupando os recursos naturais.

Para 100 mil famílias de baixa renda de todo o Paraná, a Copel ministrou palestras de orientação visando reduzir o desperdício de eletricidade e distribuiu gratuitamente 400 mil lâmpadas fluorescentes compactas – mais econômicas, duráveis e eficientes, contribuindo para reduzir os gastos com energia e preservando os recursos dessa população.

Por fim, como fato subsequente, em março de 2009 com o intuito de coordenar os assuntos e as atividades socioambientais corporativos foi criada a Diretoria de Meio Ambiente e Cidadania Empresarial, já integrada ao organograma da Companhia, providência que não só destaca, mas reveste com a formalidade devida as questões de natureza social e ambiental, que são preciosas, estratégicas e fundamentais para as operações da Controladora.

Curitiba, 14 de Abril de 2009.

A Administração

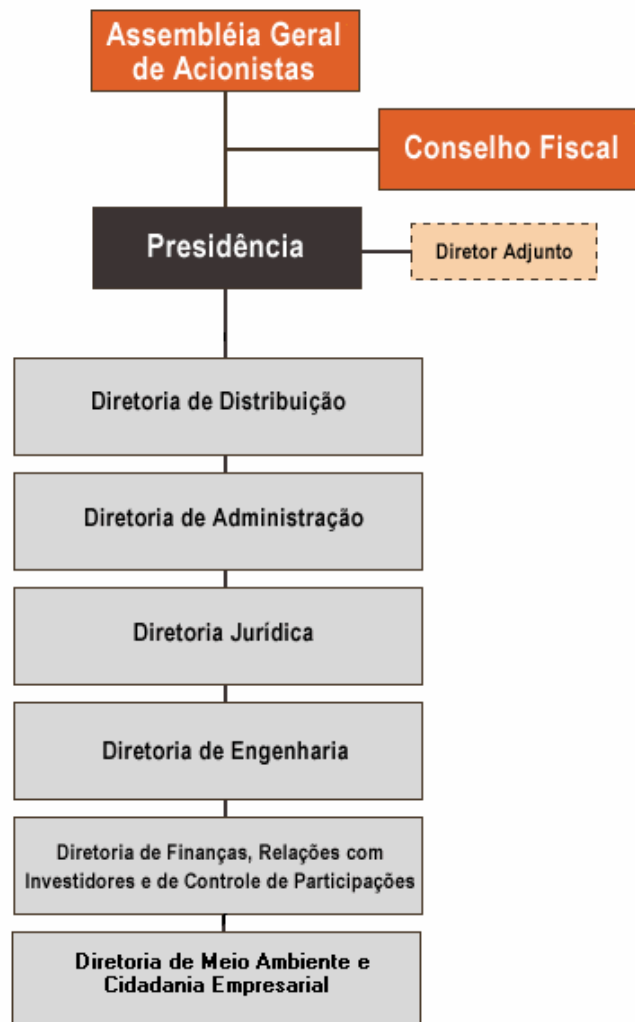
1.2 Referencial Estratégico

A Copel Distribuição segue o Referencial Estratégico da Controladora, tendo o seguinte conjunto de valores como orientadores das suas ações e decisões internas e externas:

- 1) **Transparência** - prestação de contas das decisões e realizações da Companhia para informar seus aspectos positivos e/ou negativos a todas as partes interessadas;
- 2) **Ética** - resultado do pacto coletivo que define comportamentos individuais alinhados a um objetivo comum;
- 3) **Respeito** - consideração com o próximo;
- 4) **Responsabilidade Social e Ambiental** - condução da vida da Companhia de maneira sustentável, respeitando os direitos de todas as partes interessadas, inclusive das futuras gerações e o compromisso com a sustentação de todas as formas de vida;
- 5) **Segurança** - ambiente organizacional seguro que permite a continuidade da vida da Companhia.

1.3 Perfil Organizacional

No âmbito da distribuição de energia elétrica, a Copel Distribuição tem como principais atividades prover, operar e manter a infraestrutura, bem como prestar serviços correlatos. Essas atividades visam atender aos mais de 3,5 milhões de consumidores de energia, em 1.119 localidades pertencentes a 392 dos 399 municípios do Paraná, e, adicionalmente, ao município de Porto União, em Santa Catarina. Além disso, a Companhia opera e mantém as instalações nos níveis de tensão até 34,5 kV, em vista da cisão da Copel Transmissão S.A., conforme a Resolução Autorizativa Aneel nº 1.120, de 27/11/2007. A partir de 2008 a Copel Distribuição S.A. assumiu essas mesmas atividades também nas instalações de níveis de tensão 69 e 138 kV, que até então eram de responsabilidade da companhia extinta.



1.4 Cenários

1.4.1 Análise Internacional

A partir do segundo semestre de 2007, a confiança na continuidade do ciclo expansionista começou a diminuir, desencadeado pelo elevado número de inadimplências no setor *subprime* do financiamento imobiliário dos Estados Unidos, sob garantias hipotecárias. Aliado a este, outros fatores começaram a fragilizar a credibilidade no crescimento global, tais como a expectativa da redução do ritmo acelerado de crescimento da China, o volume dos déficits gêmeos americanos (fiscal e em conta corrente) e o desequilíbrio entre o crescimento das cadeias de suprimento de matérias primas básicas e o aumento do consumo proporcionado pelo crescimento mundial, causando um efeito inflacionário global. Estes fatores associados conduziram a um contexto recessivo mundial. A interferência dos governos e dos bancos centrais, através de políticas fiscais

e monetárias, empréstimos aos bancos e instituições financeiras, são alternativas para tentar evitar a recessão. Os países emergentes serão afetados em menor escala do que os países desenvolvidos, devido ao fortalecimento das instituições e das políticas macroeconômicas, aos ganhos de produtividade advindos da globalização e ao crescimento de seus mercados internos. A desaceleração da demanda reduz o preço das *commodities* e conseqüentemente diminui a inflação mundial.

1.4.2 Análise Nacional

O bom desempenho da economia mundial no período 2003-2008 produziu impactos positivos na economia nacional. Como resultado, em 2008 a atividade industrial acelerou-se, a taxa de desemprego diminuiu, houve expansão da renda, com crescimento de 4% no PIB *per capita*, redução da desigualdade social, aumento dos empréstimos do sistema financeiro, expansão do consumo, evolução positiva do mercado de capitais e a obtenção do grau de investimento (*investment grade*) dado aos países considerados seguros para investir, certificado pela Fitch e Standard & Poor's, agências avaliadoras mundialmente respeitadas. O sistema bancário nacional está solidamente instalado e relativamente bem regulamentado, sendo reconhecido como modelo mundial.

O PIB nacional fechou 2008 com crescimento de 5,1%, ainda que afetado pela redução econômica observada no 4º trimestre, período em que cresceu apenas 1,3% perante igual período de 2007. O resultado do PIB por setor foi de 5,8% para a agropecuária, 4,8% para o setor de serviços e 4,3% na indústria.

1.4.3 Análise Estadual

Na última década o Paraná apresentou avanços nas indústrias de máquinas e equipamentos, veículos automotores, madeira, mobiliário, papel e papelão, bebidas e alimentos, sendo a âncora do crescimento composta pelo agronegócio e pela demanda externa. O PIB do Paraná deverá crescer 5,8% em 2008, segundo estimativas do Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social - IPARDES.

A produção de grãos na safra 2007/2008 apresentou ampliação de 7,8% em relação à temporada anterior, totalizando 31,5 milhões de toneladas, com destaque para as culturas de trigo e milho que tiveram variações nas quantidades colhidas de 58,3% e 7,8%, respectivamente.

A indústria apresentou aumento de 8,6% na produção física, sob influência principalmente dos segmentos de veículos automotores, que cresceu 23,8%, edição e impressão, 32,3% e celulose e papel, 16,7%, impulsionados, em grande parte, pela produção de caminhões; livros, brochuras ou impressos didáticos; e cartolina, respectivamente.

O setor de comércio e serviços acompanhou o crescimento dos demais setores, com acréscimo no volume de vendas do comércio varejista de 7,0%.

1.4.4 Análise Setorial

Em 23 de junho de 2008, a Agência Nacional de Energia Elétrica, por meio da Resolução nº 663/2008 homologou resultado provisório da segunda revisão tarifária periódica da Companhia, que determinou reajuste médio de 0,04% nas tarifas de energia

Quanto à comercialização de energia, em 2008, a Copel Distribuição participou dos leilões de energia proveniente de novos empreendimentos promovidos pela Aneel, adquirindo 51 MW médios no leilão de A-3; 316,3 MW médios no leilão de A-5 e 141,5 MW médios do empreendimento UHE Jirau, estes a serem entregues conforme o cronograma de disponibilização de energia do empreendimento Jirau.

Quanto à energia proveniente de empreendimentos existentes, a Copel Distribuição adquiriu 1,0 MW médio para o ano de 2008 em leilões de ajuste, visto que o leilão A-1, principal evento de contratação de energia existente, foi cancelado por falta de proponentes vendedores.

1.5 Dimensão Governança Corporativa

A Copel Distribuição, através de sua Controladora, busca constantemente aprimorar a aplicação de boas práticas de governança corporativa, que é, para a Companhia, o sistema pelo qual as sociedades são dirigidas e monitoradas, envolvendo os relacionamentos entre a acionista Controladora, diretoria, auditoria independente e conselho fiscal.

Os administradores buscam, dessa forma, contribuir para a perenidade da Companhia, com visão de longo prazo na busca de sustentabilidade econômica, social e ambiental; aprimorar o relacionamento e a comunicação com todas as partes interessadas; minimizar os riscos estratégicos, operacionais e financeiros; e aumentar o valor da Companhia, viabilizando a estratégia de captação de recursos.

1.5.1 Auditorias

- **Auditoria Interna**

A Auditoria Interna da Controladora tem suas atividades orientadas segundo as normas estabelecidas pelo *Institute of Internal Auditors* - IIA e pelo Instituto dos Auditores Internos do Brasil - Audibra, segundo as quais a auditoria interna auxilia a organização a alcançar seus objetivos através da aplicação de abordagem sistemática e disciplinada para avaliação e melhoria

da eficácia dos processos de gerenciamento de riscos, de controle e de governança corporativa.

No âmbito do gerenciamento de riscos e controles, a Auditoria Interna auxilia a organização na identificação e na avaliação de exposições significativas a riscos, contribuindo para a melhoria contínua e a manutenção desses sistemas.

Relativamente a governança corporativa, tais normas estabelecem que a Auditoria Interna deve avaliar e fazer recomendações apropriadas para a melhoria do processo, contribuindo para promover a ética e valores apropriados dentro da organização, assegurar a gestão eficaz do desempenho e a responsabilidade por prestação de contas, comunicar de forma eficaz as informações relacionadas a risco e controle e auxiliar o estabelecimento de comunicação de informações entre os auditores externos e internos e a Administração.

- **Auditoria Externa**

Nos termos estabelecidos pela Instrução CVM nº 381, de 14/01/03, a Companhia contratou através de sua Controladora, a Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes para prestação de serviços de auditoria das demonstrações financeiras. Desde sua contratação, aquela Empresa prestou serviços somente relacionados à auditoria independente. No relacionamento com os auditores independentes, a Companhia tem como ponto fundamental a não-contratação de outros serviços de consultoria que venham interferir na independência dos trabalhos de auditoria..

Para atendimento aos requisitos da Lei Sarbanes-Oxley, a partir de 2005 os principais controles dos ciclos que podem causar falhas ou erros nas demonstrações financeiras, acima do nível de materialidade, são testados pelas auditorias interna e externa. Como medida de governança, os procedimentos da auditoria interna para realização desses testes são avaliados pela auditoria externa.

1.5.2 Gestão de Riscos

Em 2006, a Controladora iniciou as atividades para aprimorar o monitoramento do ambiente de riscos e controles internos ao implantar sua Política de Controles e Gestão de Riscos, que tem como objetivo definir as diretrizes de atuação da Companhia e as responsabilidades no tocante à gestão de riscos e aos controles internos dos processos que possam interferir em seus objetivos.

Em continuidade aos esforços inicialmente planejados, em 2007 iniciou-se a implantação do Projeto de Gestão Integrada de Riscos Corporativos - GIRC, baseada nos conceitos e critérios descritos no documento *COSO II - ERM Framework*, elaborado pelo *Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission - COSO*.

Entre os principais marcos do projeto, podemos destacar:

- avaliação do modelo de Gestão Integrada de Riscos Corporativos - GIRC anteriormente a 2007;
- proposição de oportunidades de melhoria para aderência do modelo de GIRC às melhores práticas de mercado;
- identificação e avaliação dos riscos-chave de negócios que podem impedir o alcance dos objetivos estratégicos da Companhia, com a primeira revisão ocorrida entre maio e agosto de 2008;
- entendimento e detalhamento dos controles-chave que mitigam os riscos-chave de negócios;
- apresentação de planos de ação para os riscos-chave de negócios que estão acima dos limites aceitáveis pela Companhia;
- desenho da visão futura do modelo de GIRC, contemplando as principais oportunidades de melhorias verificadas na fase de avaliação; e
- elaboração do cronograma detalhado para implantação da visão futura do modelo de GIRC.

1.5.3 Tecnologia da Informação

As estratégias corporativas na área de Tecnologia da Informação - TI para o período 2008 a 2012 têm como objetivo atender às necessidades de negócio da Companhia definidas em seu planejamento estratégico de forma a propiciar avanço tecnológico consistente e necessário, com foco em: modernização dos sistemas, processamento centralizado, padrões abertos baseados em interface web e adoção de soluções viáveis de software livre.

Em 2008, a TI deu continuidade à estratégia de alinhar seus sistemas aos processos de negócio da Companhia, usando como base para o desenvolvimento de novas soluções a modelagem dos processos de negócio — com o objetivo de melhorar os controles e ganhos de qualidade e produtividade —, através do *Control Objectives for Information and Related Technology - COBIT*, definidos pelo *IT Governance Institute* para Governança e *IT Infrastructure Library - ITIL*, bem como através da *Central Computer Telecommunications Agency - CCTA*, para gerenciamento de serviços. Tal estratégia inclui também adesão à política de informática do governo do Estado, aprimoramento contínuo da segurança e da disponibilidade de serviços e redução de custos.

COPEL Distribuição

Na busca de soluções para as necessidades de negócio, a área vem empreendendo grande esforço para modernização de seus sistemas e infraestrutura, através dos programas ERP - Gestão Empresarial Integrada, CIS - Gestão de Consumidores, SASE - Modernização dos Sistemas de Automação de Subestações, Pilares - Infraestrutura para Programas e Projetos da Tecnologia da Informação e Migrageo - Modernização Sistemas Georeferenciados.

2. DESEMPENHO OPERACIONAL

Apresentamos, a seguir, dados condensados de nosso desempenho operacional e de produtividade relativamente aos períodos de 2008 e 2007, assinalando que os registros espelham os resultados obtidos pela Companhia em conformidade com seu planejamento estratégico no que concerne a metas relacionadas ao valor para o cliente - oferecer qualidade e preço competitivos no mercado cativo e livre - e à excelência na produtividade e gestão de processos - assegurar a infraestrutura para negócios com custos, prazo e qualidade adequados; melhorar a continuidade, disponibilidade e confiabilidade dos serviços; e gerenciar custos e valor dos processos.

2.1 Copel Distribuição em Números

| | 2008 | 2007 | ▲% 2008-2007 |
|--|-----------|-----------|-----------------|
| Financeiros - R\$ milhões | | | |
| Receita operacional ou Vendas brutas | 6.264,1 | 5.929,6 | 5,6 |
| Receita operacional líquida ou Vendas líquidas | 3.765,9 | 3.551,9 | 6,0 |
| LAJIDA ou EBITDA | 787,7 | 874,5 | (9,9) |
| Lucro líquido | 544,4 | 581,5 | (6,4) |
| Patrimônio líquido | 3.042,3 | 2.663,9 | 14,2 |
| Indicadores Econômico-financeiros | | | |
| Liquidez geral (índice) | 1,38 | 1,31 | 5,3 |
| Liquidez corrente (índice) | 1,43 | 1,31 | 9,2 |
| Margem operacional do serviço (%) | 15,5 | 19,1 | (18,8) |
| Rentabilidade do patrimônio líquido (%) | 21,8 | 27,9 | (21,9) |
| Dívida sobre o patrimônio líquido (%) | 5,5 | 4,8 | 14,6 |
| Atendimento | | | |
| Fornecimento de energia - Participação mercado Nacional (%) * | 6,8 | 6,8 | - |
| Fornecimento de energia - Participação mercado da Região Sul (%) * | 35,1 | 34,2 | 2,6 |
| Unidades consumidoras | 3.523.543 | 3.437.061 | 2,5 |
| Empregados | 6.508 | 6.476 | 0,5 |
| Consumidores por empregado | 541 | 531 | 1,9 |
| Municípios atendidos | 393 | 393 | - |
| Localidades atendidas | 1.119 | 1.116 | 0,3 |
| População total atendida (em milhares de habitantes) | 10.128 | 9.974 | 1,5 |
| - Urbana | 8.745 | 8.578 | 1,9 |
| - Rural | 1.383 | 1.396 | (0,9) |
| Mercado | | | |
| Área de concessão (km ²) | 194.854 | 194.854 | - |
| Mercado Faturado de Energia (GWh) - cativo | 19.632 | 18.523 | 6,0 |
| Tarifa média anual de fornecimento - excluído do cálculo PASEP/COFINS e ICMS (R\$/MWh) | 207,60 | 207,48 | 0,1 |
| - Residencial (inclui a subvenção baixa renda paga pelo Governo Federal) | 254,68 | 254,65 | - |
| - Industrial (exclui o uso do sistema consumidores livres) | 182,84 | 181,38 | 0,8 |
| - Comercial | 226,19 | 226,67 | (0,2) |
| - Rural | 150,09 | 150,57 | (0,3) |
| DEC (horas, centesimal de hora) | 12,21 | 14,67 | (16,8) |
| FEC (número de interrupções) | 10,79 | 13,27 | (18,7) |
| Operacionais | | | |
| Subestações não-automatizadas | 4 | 13 | (69,2) |
| Subestações automatizadas | 340 | 328 | 3,7 |
| Subestações transmissoras | 30 | 30 | - |
| Potência instalada em subestação de 34,5kV (MVA) | 1.624 | 1.624 | - |
| Transformadores | 331.601 | 322.115 | 2,9 |
| Potência instalada em transformadores (MVA) | 8.565 | 8.216 | 4,2 |
| Linhas de transmissão (km) | 1.835 | 1.830 | 0,3 |
| Redes de distribuição (km) | 179.188 | 177.047 | 1,2 |
| Nº de postes | 2.422.197 | 2.353.097 | 2,9 |

* Dados preliminares

2.2 Participação e crescimento do mercado em 2008

Em 2008, o mercado cativo da distribuição teve uma variação de 6,0% no consumo de energia, totalizando 19.633 GWh contra 18.523 GWh do ano anterior, com expansão de 2,5% no número de consumidores, representando incremento de 86.482 novos clientes na carteira da Copel Distribuição.

O suprimento às pequenas concessionárias obteve um incremento de 4,6% na energia faturada.

Neste ano, o desempenho do mercado de energia foi influenciado principalmente pelas classes residencial, industrial e comercial, que representaram 27,4%, 34,5% e 20,2%, respectivamente, do consumo cativo faturado, e tal fato ocorreu, primordialmente, pelos seguintes fatores: maior disponibilidade e alongamento do crédito, redução dos juros, bom desempenho da economia no primeiro semestre e aquisição de eletrodomésticos, durante o período de incremento da renda, que estimulam o consumo em geral.

Em 2008, foram incorporadas ao sistema da Copel Distribuição 86.482 ligações, sendo 68.941 residenciais, 4.863 industriais, 8.415 comerciais, 2.099 rurais e 2.164 de outras classes. Em dezembro de 2008, foram faturados 3.523.543 consumidores, dentre os quais 2.782.404 residenciais, o que representa acréscimo de 2,5% em relação ao ano anterior. O setor residencial consumiu, em 2008, 5.379 GWh, representando crescimento de 4,6% comparativamente a 2007. O consumo médio por consumidor residencial foi de 161,1 kWh/mês, registrando aumento de 2,0% em relação ao ano anterior. A melhora da renda e a expansão do crédito, que subsidiou a aquisição de equipamentos eletroeletrônicos, colaboraram para este crescimento.

O consumo industrial faturado pela Copel Distribuição, apresentou, em 2008, variação de 7,8%, atingindo 6.770 GWh. Este resultado foi influenciado principalmente pela indústria automobilística; de edição e impressão; máquinas e equipamentos; e de celulose e papel. Foram faturados, em 2008, 63.641 consumidores industriais, 8,3% acima do verificado em 2007.

Com aumento de 6,6% em relação ao consumo de 2007, a classe comercial totalizou, em 2008, 3.967 GWh. Integra esta classe, além de estabelecimentos do setor varejista e atacadista, amplo e variado elenco de atividades econômicas (de serviços de hospedagem e alimentação a serviços bancários). A contínua ligação de unidades consumidoras de alto padrão de consumo (shopping centers e supermercados) e o aquecimento da atividade econômica nos primeiros nove meses do ano ratificam o bom desempenho do consumo comercial. Foram agregados 8.415 consumidores comerciais, totalizando 294.866 consumidores faturados em 31/12/08.

A classe rural apresentou aumento de 5,5% no consumo faturado, totalizando 1.606 GWh em 2008. O consumo médio rural cresceu 4,9% em relação a 2007, atingindo 398,7 kWh/mês. Em dezembro de 2008, foram faturados 335.666 consumidores rurais, 0,6% superior ao verificado no

ano anterior.

As demais classes de consumo, representadas pelos Poderes Públicos, Iluminação Pública, Serviços Públicos e Próprio, complementam o mercado cativo de energia elétrica da Copel Distribuição, tendo apresentado, em geral, crescimento de 2,9% e consumo de 1.911 GWh em 2008.

Detalhes sobre o número de consumidores e o total consumido (MWh), por classe de consumo, podem ser encontrados na NE nº 28.

2.3 Revisão tarifária da Copel Distribuição S.A.

O processo de revisão tarifária periódica tem como principal objetivo analisar, após um período previamente definido no contrato de concessão (geralmente de 4 anos), o equilíbrio econômico-financeiro da concessão. Destaca-se que, enquanto nos reajustes tarifários anuais a “Parcela B” da receita é atualizada monetariamente pelo Índice Geral de Preços de Mercado - IGP-M, no momento da revisão tarifária periódica é calculada a receita necessária para cobertura dos custos operacionais eficientes e a remuneração adequada sobre os investimentos realizados, com prudência.

A revisão tarifária periódica é realizada mediante o cálculo do reposicionamento tarifário e do estabelecimento do Fator X. Nesse processo de revisão tarifária são estabelecidas, numa primeira etapa, tarifas compatíveis com a cobertura dos custos operacionais eficientes e com uma remuneração justa e adequada sobre os investimentos realizados com prudência. Na segunda etapa, é estabelecido o Fator X, cujo objetivo é o compartilhamento do ganho de escala com os consumidores.

A Resolução Homologatória Aneel nº 663, de 23/06/08, estabeleceu, de forma provisória, as novas tarifas de fornecimento de energia elétrica da Copel Distribuição a serem aplicadas a partir de 24/06/08, considerando o reajuste total médio negativo de 3,3%. Esse índice incorpora os percentuais do Índice de Reposicionamento Tarifário negativo de 7,2% e os componentes financeiros externos à revisão tarifária periódica de 3,8%. Destaca-se que, em decorrência da retirada da base tarifária de um componente financeiro negativo de 3,3%, que havia sido adicionado no reajuste anual de 2007, o consumidor irá perceber, no período 24/06/08 a 23/06/09, aumento médio de 0,1%.

Numa segunda etapa, foi calculado o fator X, que é o estabelecimento de metas de eficiência para o segundo período tarifário que serão expressas na tarifa. Com base na metodologia estabelecida pela Resolução nº 234/2006, o cálculo preliminar de X e para a Copel Distribuição resultou em 2,1%.

Os valores publicados ainda não são definitivos, tendo em vista que a metodologia da revisão tarifária foi objeto da Audiência Pública Aneel nº 52/2007. Nesse sentido, a Empresa de Referência definida para a Copel Distribuição, no valor de R\$ 686,0 milhões, e o Fator X, de 2,09%, deverão ser alterados. A remuneração dos investimentos, no valor de R\$ 590,4 milhões, decorrente da metodologia da base de remuneração, assim como as despesas dos custos não gerenciáveis (Parcela A) deverão ser mantidas, pois não sofreram alteração em sua metodologia de cálculo.

A Resolução Normativa Aneel nº 338/2008 alterou as disposições da Resolução Normativa nº 234/2006, que disciplina o assunto, e estabeleceu novos conceitos gerais, metodologias aplicáveis e procedimentos iniciais para realização do segundo ciclo de revisão tarifária periódica das concessionárias de serviço público de distribuição de energia elétrica. Em decorrência, no próximo reajuste tarifário, previsto para junho de 2009, além da aplicação da fórmula paramétrica do reajuste, e do repasse dos novos custos não gerenciáveis (Parcela A), serão revistos os índices publicados em 2008 para a revisão tarifária (Resolução Homologatória Aneel nº 663, de 23/06/08), tendo em vista a fixação de um novo valor para a Empresa de Referência e para o Fator X.

2.4 Investimento Remunerável

O Investimento Remunerável, também denominado de Base de Remuneração, constituído pelo Ativo Imobilizado em Serviço - AIS e Almoxarifado de Operação, deduzido do saldo das Obrigações Vinculadas ao Serviço Público de Energia Elétrica (Obrigação Especial), sobre o qual foi calculada a remuneração, bem como o AIS que gerou a cota de depreciação, que fazem parte da Parcela "B" da Receita Requerida - RR da Concessionária, homologada pela Resolução Homologatória ANEEL nº 663, de 23/06/2008, está apresentado a seguir:

| COMPONENTES DO INVESTIMENTO REMUNERÁVEL | Revisão 06/2008 |
|--|------------------------|
| a) Ativo Imobilizado em Serviço Bruto | 9.226.806 |
| b) (-) Depreciação Acumulada 61,6% | 5.680.682 |
| c) (-) Obrigação Vinculada ao SPEE | 1.658.592 |
| d) Ativo Imobilizado em Serviço Líquido | 1.887.532 |
| e) (+) Almoxarifado | 33.199 |
| f) Investimento Remunerável (B.Remuneração) | 1.920.731 |
| g) Bens 100% depreciados | 752.079 |
| h) Cota de Depreciação - Taxa média Anual 4,5% | |

3. DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

3.1 Receita Operacional Líquida

Em 2008, a receita operacional líquida teve acréscimo de R\$ 214,0 milhões, representando 6,0% de aumento em relação ao exercício de 2007. Tal variação é proveniente do crescimento da receita de fornecimento de energia elétrica em 8,6%, em virtude do aumento no consumo de energia, além do reajuste médio de 0,1% autorizado pela Aneel a partir de 24 de junho de 2008, (reajuste negativo de 1,2% em 2007).

3.2 Custos e Despesas Operacionais

Os custos e despesas operacionais atingiram, em 2008, R\$ 3.154,3 milhões, contra R\$ 2.848,8 milhões em 2007. Tal variação decorre principalmente do:

- 1) Acréscimo de 24,1% em energia elétrica comprada para revenda. Destacam-se o aumento de energia adquirida em leilão no valor de R\$ 140,2 milhões, da CCEE no valor de R\$ 115,9 e de Itaipu no valor de R\$ 81,1;
- 2) Acréscimo de 11,0% em gastos com pessoal, justificado pelo aumento do quadro funcional de empregados e pelo acordo coletivo, que estabeleceu reajuste salarial de 7,5% e 5,5%, respectivamente em outubro de 2008 e 2007;
- 3) Acréscimo de 122,3% em provisões e reversões decorrentes da constituição de provisão para contingências regulatórias no valor de R\$ 14,1 milhões e da constituição de PCLD no valor de R\$ 10,3 milhões (reversão de R\$ 6,0 em 2007);
- 4) Acréscimo de R\$ 25,8 milhões em plano previdenciário e assistencial decorrente dos efeitos do cálculo atuarial, definido anualmente por atuário contratado;
- 5) Decréscimo de 33,2% em encargos de uso da rede elétrica decorrente da incorporação dos ativos da Copel Transmissão a partir de novembro de 2007 e efeitos líquidos da realização da CVA.

3.3 LAJIDA ou EBITDA

O Lucro Antes dos Juros, Impostos, Depreciação e Amortização (LAJIDA ou EBITDA) totalizou 787,7 milhões, 9,9% inferior ao valor de R\$ 874,5 milhões verificado em 2007

| Cálculo do Lajida/Ebitda | | |
|---|----------------|----------------|
| | 2008 | 2007 |
| Lucro do período | 544.374 | 581.460 |
| IRPJ e CSLL diferidos | 87.169 | (7.144) |
| Provisão para IRPJ e CSLL | 100.483 | 246.293 |
| Despesas (receitas) financeiras, líquidas | (120.448) | (117.510) |
| Lajir/Ebit | 611.578 | 703.099 |
| Depreciação e Amortização | 176.081 | 171.380 |
| Lajida/Ebitda - ajustado | 787.659 | 874.479 |
| Receita Operacional Líquida - ROL | 3.765.918 | 3.551.935 |
| Margem do EBITDA% ⁽¹⁾ | 20,9% | 24,6% |

⁽¹⁾ Ebitda ÷ ROL

3.4 Resultado Financeiro

O resultado financeiro tem como destaques:

- 1) acréscimo de 17,2% em receitas financeiras, representado principalmente: pelo acréscimo de R\$ 18,6 na conta de variações monetárias sobre o repasse da CRC, corrigido pelo IGP-DI, índice que corrige o contrato da CRC com o Governo do Estado do Paraná, que variou 9,1% em 2008 (7,9% em 2007); pelo aumento de R\$ 14,6 milhões em rendas de aplicações financeiras.
- 2) acréscimo de 29,7% em despesas financeiras, representado principalmente: pela maior despesa com variação cambial sobre energia elétrica comprada de Itaipu em R\$ 36,0 milhões; pelo registro de R\$ 30,1 milhões, referente ao Termo de Ajuste de Conduta assinado com a Aneel, visando à regularização dos indicadores DEC/FEC, valor este que será totalmente aplicado em obras de distribuição em determinados conjuntos de unidades consumidoras; pelo aumento de R\$ 17,1 milhões registrados em variações monetárias sobre empréstimos e financiamentos; compensados pelo decréscimo nas despesas de CPMF e nos encargos de dívidas, nos valores de R\$ 27,3 e R\$12,3, respectivamente.

3.5 Lucro Líquido

Em 2008, a Companhia obteve lucro líquido de R\$ 544,4 milhões, sendo 6,4% menor que o obtido no exercício anterior, de R\$ 581,5 milhões. Tal resultado proporcionou taxa de rentabilidade do patrimônio líquido de 21,8% (lucro líquido / (patrimônio líquido - lucro líquido)), representando decréscimo de 22,0% em relação a 2007.

3.6 Endividamento

As dívidas de curto e longo prazo sofreram variações em 2008 devido ao ingresso de R\$ 32,5 milhões referentes ao Contrato Eletrobrás ECFS 0206/07. Os pagamentos ocorridos no ano totalizaram R\$ 25,2 milhões, dos quais R\$ 15,4 milhões em amortização de principal e R\$ 9,8 milhões de encargos.

3.7 Captação de recursos em 2008 para empreendimentos e programas

Em 2008, a Controladora atuou junto a órgãos financiadores com o objetivo de viabilizar recursos para o Programa Luz para Todos, tendo em 2008 sido liberado, através da Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobrás, o montante de R\$ 37,9 milhões para aplicação em obras.

3.8 Investimentos

Abaixo demonstramos a previsão de investimentos para 2009 no ativo imobilizado e intangível:

| Valores em R\$ milhões | Realizado 2007 | Realizado 2008 | Variação% 2008-2007 | Previsto 2009 |
|---------------------------------|-------------------|-------------------|------------------------|------------------|
| Imobilizado e intangível | | | | |
| Copel Distribuição | 380,1 | 497,7 | 30,9 | 774,7 |
| Total | 380,1 | 497,7 | 30,9 | 774,7 |

4. DESEMPENHO SOCIAL

4.1 Projeto e Programas Corporativos Sociais

Em 2008 a Copel Distribuição através de sua Controladora, em sua esfera de influência, se engajou no esforço global para proteger, respeitar e remediar os direitos humanos, e convidou todos os seus fornecedores, parceiros, clientes e demais partes interessadas a participar também. O ano de 2008 teve, assim, como bandeira de responsabilidade corporativa a ampla promoção dos direitos humanos universalmente aceitos e ficou marcado, na esfera social, por iniciativas e políticas correlacionadas, como destacadas a seguir.

4.1.1 Programa de Promoção da Diversidade

Iniciado em agosto de 2007, o Programa está subdividido em frentes de trabalho que abrangem, destacadamente, Pessoas com Deficiência – PcDs, para interação direta com o Grupo de Acessibilidade, sendo voltado à busca de soluções para adaptação das instalações físicas e da cultura da Companhia no que concerne aos portadores de todas as deficiências-, raça, etnia e gênero no âmbito do quadro funcional.

4.1.2 Programa Corporativo de Segurança Alimentar

O processo de recuperação do valor nutricional dos alimentos está sendo empreendido pela Controladora, membro permanente do Conselho Estadual de Segurança Alimentar - Consea, que criou o Projeto-piloto de Segurança Alimentar com Base Orgânica. O projeto não visa apenas à mudança do sistema atual alimentar dos empregados e familiares, mas reforça os compromissos com a sustentabilidade, incentivando a agricultura familiar orgânica, em prol da melhoria da qualidade de vida, e promovendo a inclusão social através da geração de empregos. Implementado no primeiro semestre de 2008 na Usina Termelétrica de Araucária, o projeto teve participação de produtores orgânicos, empregados da Companhia, empregados terceirizados, manipuladores de alimentos, familiares do entorno e de gestores que disseminarão os conceitos para o restante da Companhia. A iniciativa tem como base a Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional - Losan, marco da sociedade civil, que discutiu e criou a Lei, aprovada pela Câmara dos Deputados e pelo Senado Federal sem nenhuma ressalva.

4.1.3 Programa Corporativo de Acessibilidade

O Programa Corporativo de Acessibilidade, implantado na Controladora em agosto de 2007,

obteve evolução significativa em seu primeiro ano de vida no que diz respeito à inclusão social, principalmente em relação às pessoas com mobilidade reduzida e necessidades especiais.

O Demonstrativo em Braille junto com a conta de energia elétrica, lançado em dezembro de 2007, para clientes com deficiência visual é prática em andamento na Companhia no que diz respeito à acessibilidade. A divulgação dessa prática vem sendo intensa através de veículos de comunicação e da própria fatura de energia, com vistas à informação desse novo serviço que atende hoje mais de 200 clientes em todo o Estado do Paraná. O próprio site da Companhia, reformulado em 2008, tornou-se acessível aos clientes que possuem deficiência visual.

A Controladora aprovou, em 2008, o valor de R\$ 4.699 mil no orçamento de investimento da Copel Distribuição para obras de acessibilidade em suas instalações (agências, postos de atendimento, sedes regionais, etc.).

4.1.4 Apoio a Políticas Públicas

Historicamente, a Controladora, como fomentadora do desenvolvimento social e econômico do Estado do Paraná, participa e apóia diversos movimentos conjuntos com órgãos do governo, Organizações não Governamentais - ONGs e outras entidades para a ampla promoção da cidadania, sobretudo junto a comunidades mais carentes. Nesse âmbito, destacamos:

- **CONSEA/PR - Conselho de Segurança Alimentar do Paraná**

Espaço de articulação entre o Governo do Paraná, a sociedade civil organizada e o Governo Federal, o Consea/PR tem caráter consultivo, com a função de propor políticas, programas e ações que configurem o direito humano à alimentação como parte integrante do direito de cada cidadão.

Em 2003, o Governo do Paraná, em ação interinstitucional articulada pela Secretaria de Estado do Trabalho, Emprego e Promoção Social com as demais Secretarias de Estado, incluindo a Copel Distribuição, e em parceria com a sociedade civil organizada, formulou o programa Fome Zero Paraná. Desde então, a Controladora vem participando de todos os levantamentos, diagnósticos, elaboração de projetos e análises das políticas públicas de Segurança Alimentar do Estado do Paraná e do Brasil.

No Brasil, a celebração do Dia Mundial da Alimentação em 16 de outubro foi ampliada para a Semana Mundial da Alimentação, ocasião em que entidades da sociedade civil, ministérios, governos estaduais e municipais promoveram iniciativas relacionadas ao tema “Fortalecer a Agricultura Familiar para Garantir a Segurança Alimentar”.

Em novembro de 2008, a Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional - Losan foi analisada com destaque no seminário de extensão universitária "Investir na agricultura familiar e ecológica

para garantir a segurança alimentar e nutricional sustentável". O evento foi promovido pelo Departamento de Nutrição da Universidade Federal do Paraná - UFPR e pelo Centro Colaborador de Alimentação e Nutrição da Região Sul - Cecan-Sul, com apoio do Consea-PR e de diversas entidades do Estado do Paraná.

4.1.5 Incentivos Fiscais

As contribuições sob efeito da Lei Rouanet no exercício de 2008, no total de R\$ 2,2 milhões, foram efetuadas em projetos devidamente aprovados pelo Ministério da Cultura, no âmbito do Governo Federal.

Dentre os projetos beneficiados através da Lei Rouanet a Copel Distribuição contribuiu para a exposição "A arte japonesa: do moderno ao contemporâneo" tendo como preponente a Sociedade dos Amigos do Museu Oscar Niemeyer – MON.

Ainda dentro do espírito de voluntariado, a Companhia participou e incentivou doação ao Fundo dos Direitos da Infância e da Adolescência - FIA., tendo destinado, em 2008, aos projetos inscritos um total de R\$ 0,6 milhões, com destaque para os de Apoio à Inovação e Humanização no Atendimento Hospitalar do Hospital Pequeno Príncipe e Missão Criança: Semeando o Futuro, da entidade Pequeno Cotelengo.

4.1.6 Programa S.O.S Santa Catarina

Diante da calamidade que assolou o estado vizinho de Santa Catarina no final de 2008, a Companhia elaborou uma campanha solidária de arrecadação de valores monetários para a ajuda aos atingidos pelas enchentes naquele estado. O programa consistiu em mobilizar os cerca de R\$ 3,5 milhões de consumidores da Copel Distribuição, por meio de encarte encaminhado juntamente com a nota fiscal conta de energia elétrica, no qual o consumidor poderia autorizar a inclusão de valores em sua conta de luz, para serem repassados ao Fundo de Defesa Civil de Santa Catarina – FUNDEC. .

4.2 Clientes

4.2.1 Relacionamento com clientes

Com diversos canais de acesso listados no site da Controladora (www.copel.com) aos vários segmentos de sua carteira de clientes, a Copel Distribuição agrega qualidade e agilidade na prestação de orientações e no atendimento às solicitações, sugestões e reclamações.

A central de atendimento telefônico (0800-51-00-116), o canal mais utilizado pelos usuários, realizou, em média, 614 mil atendimentos/mês em 2008. No mesmo período, as 113 unidades de atendimento personalizado registraram em média 146 mil/mês.

Para segmentos específicos, como clientes de alta tensão, a Companhia disponibiliza atendimento diferenciado com teleatendentes especializados (0800-643-7575). Grandes clientes industriais e comerciais têm como principais canais de acesso analistas comerciais de negócios, que são capacitados para prestar atendimento comercial e técnico personalizado, e o Centro de Operação da Distribuição - COD, para emergências relacionadas a fornecimento de energia.

Os clientes têm representatividade através do Conselho de Consumidores da Copel Distribuição S.A., instituído pela Diretoria da Controladora em novembro de 1993, com as atribuições de examinar questões ligadas ao fornecimento de energia elétrica, tarifas e adequação dos serviços prestados ao consumidor final e apresentar sugestões para o aprimoramento das relações da Companhia com seus consumidores e com a comunidade em geral. O Conselho é composto por representantes das classes de clientes residencial, comercial, rural, poder público e industrial, além de representante da Coordenadoria Estadual de Proteção e Defesa do Consumidor - Procon.

Está em desenvolvimento processo para a aquisição de novos sistemas de gestão de clientes e integrado de gestão empresarial, o que contribuirá para a confiabilidade e o aperfeiçoamento da gestão de nosso relacionamento com os clientes dos vários segmentos.

4.2.2 Necessidade, satisfação e reclamação de clientes

Entre as ações implementadas na busca contínua da melhoria do atendimento aos clientes, salientamos a implementação de sistema de gravação de voz e imagem do atendimento telefônico, que fornece subsídios para a gestão da qualidade do atendimento, e do sistema de gerenciamento da força de trabalho, que possibilita o correto dimensionamento da estrutura de teleatendimento.

A satisfação dos clientes da Companhia é monitorada pelas pesquisas de opinião realizadas anualmente. Em 2008, no tocante ao segmento residencial, as pesquisas realizadas nas edições anuais dos prêmios da Associação Brasileira das Distribuidoras de Energia Elétrica - Abradee, da qual a Copel Distribuição é associada, registraram 85,7% de clientes satisfeitos. Já as da Agência Nacional de Energia Elétrica - Aneel contabilizaram 65,5%.

As oportunidades de melhorias identificadas para cada segmento são analisadas por grupos multidisciplinares, que propõem ações a serem implementadas, visando ao nível de excelência na satisfação dos clientes e na melhoria contínua dos processos.

A tabela a seguir apresenta indicadores relativos à monitoração de nossa carteira de clientes no período de 2006 a 2008:

| ATENDIMENTO A CLIENTES | | | |
|--|-------------|-------------|-------------|
| Venda de energia (GWh): % total | 2008 | 2007 | 2006 |
| Residencial | 26,7 | 27,1 | 26,9 |
| - Residencial Convencional | 23,1 | 23,1 | 22,7 |
| - Residencial baixa renda | 3,6 | 4,0 | 4,2 |
| Industrial | 33,6 | 33,1 | 33,5 |
| Comercial | 19,7 | 19,6 | 19,0 |
| Rural | 8,0 | 8,0 | 8,0 |
| Poder público | 2,8 | 2,8 | 2,8 |
| Iluminação pública | 3,7 | 3,8 | 4,0 |
| Serviço público | 2,9 | 3,0 | 3,2 |
| Próprio | 0,1 | 0,1 | 0,1 |
| Total cativo | 97,5 | 97,5 | 97,5 |
| Concessionárias | 2,5 | 2,5 | 2,5 |
| Satisfação do cliente | | | |
| Índices de satisfação obtidos pela Pesquisa IASC - Aneel | 65,50 | 70,87 | 69,96 |
| ISC - Índice de Satisfação do Cliente (preço e qualidade) | 60,20 | 66,50 | 52,70 |
| ISQP (qualidade percebida) | 85,70 | 84,20 | 85,30 |
| Atendimentos realizados | | | |
| Total de ligações atendidas (call center) | 7.366.847 | 7.472.323 | 7.345.351 |
| Nº de atendimentos nos escritórios regionais | 1.757.276 | 1.451.664 | 999.139 |
| Reclamações em relação ao total de ligações atendidas (%) | 1,5 | 1,4 | 1,7 |
| Tempo médio de espera até o início de atendimento (seg.) | 49" | 24" | 30" |
| Tempo médio de atendimento (min.) | 3'12" | 2'58" | 3'04" |
| Nº de encaminhamento de reclamações de consumidores | | | |
| À Empresa | 111.027 | 102.334 | 124.602 |
| Ao Procon | 273 | 282 | 496 |
| À Justiça | 2.012 | 958 | 705 |
| Reclamações: principais motivos (%) | | | |
| Nº de encaminhamento de reclamações de consumidores à Ouvidoria | 5.702 | 5.436 | 4.782 |
| Principais motivos de reclamações perante a Ouvidoria: (em %) | | | |
| Procedimento irregular: inclui auto-religação, desvio de energia e medição adulterada | 19,0 | 16,3 | 14,8 |
| Atendimento ao cliente: inclui tempo de espera, retorno/resposta, respeito/cortesia | 17,3 | 14,0 | 17,7 |
| Valor da conta de luz: inclui leitura do consumo de energia, tarifa e débitos pendentes. | 12,2 | 16,3 | 19,0 |
| Ligação/religação: inclui cobrança de taxas, prazo, vistoria da entrada de serviço, postinho de luz. | 12,0 | 10,0 | 7,7 |
| Outros: de cunho administrativo e sobre cadastros | 9,2 | 4,5 | 6,4 |
| Interrupção do fornecimento: inclui desligamento não programado/programado/solicitado, duração e frequência | 8,3 | 10,9 | 7,9 |
| Fatura: inclui emissão de 2ª via, débito em conta corrente, pagamentos, entregas e contas vinculadas. | 5,1 | 3,4 | 4,4 |
| Rede/linha: sobre aumento de carga/reforço na rede, obras de extensão e prazos | 5,3 | 6,5 | 7,1 |
| Ressarcimento: inclui danos materiais, morais, físicos, lucros cessantes e prazos | 3,2 | 3,8 | 4,3 |
| Tensão: inclui nível e variação/oscilação | 3,2 | 3,1 | 2,7 |
| Principais motivos de reclamações perante a Ouvidoria: (em %) | | | |
| Iluminação pública: sobre lâmpadas/luminárias, cobrança e prazos | 2,4 | 4,8 | 3,5 |
| Meio ambiente: inclui poda/corta de árvores, obras/construção | 1,1 | 1,7 | 0,0 |
| Suspensão do fornecimento: inclui reclamações sobre deficiência técnica, falta de pagamento e suspensão indevida | 1,0 | 2,6 | 2,5 |
| Programa social: sobre cadastro, universalização e prazos | 0,8 | 2,1 | 1,9 |
| Reclamações consideradas procedentes em relação aos casos finalizados | 30,1 | 47,9 | 47,4 |

4.2.3 Qualidade técnica e continuidade dos serviços prestados: indicadores

O quadro a seguir apresenta dados da qualidade técnica dos serviços prestados e da segurança no uso final da energia no período de 2006 a 2008:

| Qualidade técnica dos serviços prestados | 2008 | 2007 | 2006 |
|--|-------------|-------------|-------------|
| Duração Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora (DEC): ⁽¹⁾ geral da Copel (valor apurado) | 12,21 | 14,67 | 14,79 |
| Duração Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora (DEC): geral da Copel (limite) | 13,20 | 13,70 | 14,26 |
| Frequência Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora (FEC): ⁽²⁾ geral da Copel (valor apurado) | 10,79 | 13,27 | 13,65 |
| Frequência Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora (FEC): geral da Copel (limite) | 12,78 | 13,34 | 13,99 |
| Segurança do consumidor no uso final de energia | 2008 | 2007 | 2006 |
| Taxa de Gravidade - TG de acidentes com terceiros por choque elétrico na rede concessionária | 1.783 | 2.264 | 1.066 |

⁽¹⁾ O DEC expressa o intervalo de tempo que, em média, cada consumidor do conjunto considerado ficou privado do fornecimento de energia elétrica, no período de observação, considerando-se as interrupções maiores que ou iguais a três minutos

⁽²⁾ O FEC exprime o número de interrupções que, em média, cada consumidor do conjunto considerado sofreu no período de observação, considerando-se as interrupções maiores que ou iguais a três minutos

4.2.4 Segurança e saúde do cliente e consumidor

A análise e o controle de riscos relativos à segurança e saúde dos empregados estão integrados a todas as etapas das atividades da Controladora, por meio de ações conjuntas das áreas de segurança do trabalho, saúde ocupacional, serviço social, treinamento e meio ambiente, conforme estabelece a Política de Segurança do Trabalho.

A força de trabalho participa da identificação dos fatores que influenciam a saúde e a segurança pela participação em reuniões de segurança locais, de Comissões Internas de Prevenção de Acidentes do Trabalho – CIPAs e de workshops, nos quais são apontados problemas específicos.

Ações de segurança e saúde para empregados contratados são disciplinadas em manual específico e integram seu contrato de prestação de serviços. A Companhia, em atendimento à legislação vigente, realiza treinamentos de capacitação da mão de obra contratada voltados à segurança do trabalho e acompanha o cumprimento de requisitos legais pertinentes pelos contratados por meio de inspeções periódicas nos Equipamentos de Proteção Individual - EPIs, Equipamentos de Proteção Coletiva - EPCs e em suas ferramentas de trabalho, revisando os padrões de procedimentos na execução de atividades em área de risco. O controle do treinamento mínimo obrigatório de trabalhos com eletricidade é realizado através de aplicativo próprio, que contém informações sobre os empregados das empreiteiras, delas próprias e dos contratos com elas firmados.

4.3 Recursos humanos

Todo o quadro próprio da Copel Distribuição é contratado por meio de concurso público com ampla possibilidade de participação de brasileiros natos ou naturalizados, independentemente de gênero, raça ou crença. A Companhia destina vagas em seus concursos públicos para candidatos portadores de necessidades especiais e afrodescendentes.

4.3.1 Política salarial e benefícios

As práticas de remuneração, reconhecimento e incentivo estão baseadas no modelo de remuneração estruturado pela Controladora, apoiando-se em dois pilares: remuneração fixa (comparação de mercado e mérito) e variável (Participação dos Empregados nos Lucros e/ou Resultados - PLR). A Controladora e a CENPRL, comissão especialmente constituída para a participação dos empregados nos lucros e/ou resultados, obtiveram avanços significativos no transcorrer das negociações, com o estabelecimento de metas empresariais, renegociadas em 2008. O Plano de Cargos e Salários da Copel Distribuição, reestruturado de maneira a refletir a realidade ocupacional, serve como referência para a remuneração fixa e busca a comparação dos salários pagos pela Companhia com valores de mercado e aplicação da política salarial.

Entre os benefícios concedidos diretamente pela Companhia a todos os empregados, além dos previstos pela legislação, destacam-se: auxílio-educação, abono de férias, auxílio-alimentação e refeição, auxílio-creche, auxílio a portadores de necessidades especiais, além de outros possibilitados pelo convênio existente entre a Copel Distribuição e o Instituto Nacional do Seguro Social - INSS. Adicionalmente, através da Fundação Copel de Previdência e Assistência Social, do qual a Controladora é mantenedora, há concessão de: plano de previdência privada, adicional ao valor da previdência oficial, e amplo plano de assistência médico-hospitalar e odontológica, entre os melhores oferecidos pelo mercado.

4.4 Treinamento e desenvolvimento

A Controladora possui Comitê de treinamento e desenvolvimento formado por representantes de todas as áreas da Companhia, sendo responsável por decisões estratégicas relacionadas a treinamento e desenvolvimento, como programas de pós-graduação, institucional, participações em eventos no exterior, entre outros.

Adicionalmente, a Controladora aplica consistente política em relação à formação de seus empregados, com investimentos significativos em cursos de pós-graduação e incentiva seu autodesenvolvimento, por meio de programa de auxílio-educação.

4.4.1 Liberdade de associação e negociação coletiva

A totalidade dos empregados da Copel Distribuição é representada nas relações de trabalho por meio de sindicatos independentes, os quais, em conformidade com a legislação brasileira, podem organizar-se por categoria e base territorial (município).

A Companhia mantém estreito relacionamento com todas as entidades representativas dos empregados: sindicatos de categorias de base (eletricitários) e categorias profissionais e/ou diferenciadas. A direção sindical tem livre acesso às gerências locais e a todas as instalações da Companhia, a fim de levar aos empregados as comunicações de seu interesse, além de dispor de canal formal direto com a área de recursos humanos.

Adicionalmente, a Companhia envida esforços no sentido de levar ao conhecimento prévio dos empregados as mudanças significativas em sua operação, sempre com a maior antecedência possível, e com a participação das entidades sindicais, quando pertinente.

4.4.2 Saúde e segurança no trabalho

Fatores que têm influência na saúde e segurança no trabalho são identificados e tratados através das seguintes ações corporativas específicas:

- Programa de Prevenção ao Risco Ambiental - PPRA;
- Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional - PCMSO;
- Campanha Permanente de Segurança e Saúde “Dê Preferência à Vida”;
- Programa de Ginástica Laboral e de Condicionamento Físico;
- Programa de Gestão de Segurança e Saúde do Trabalho - GSST;
- Aplicativo sistematizado de caça ao risco, disponível na Intranet, para registro e controle de solução decorrente de quase-acidente e de situações de riscos de acidentes em instalações internas e externas da Companhia;
- Portal de Segurança e Saúde do Trabalho, disponível na Intranet a todos os empregados próprios e contratados, para recebimento de notícias, arquivos e informações sobre saúde e segurança no trabalho;
- Programa para Regularização de Situações de Riscos na Rede Elétrica de Distribuição de Energia, voltado à correção de riscos específicos na rede de distribuição.

Adicionalmente, há gestão das atividades dos profissionais de Segurança do Trabalho, por meio

de termo de compromisso celebrado com especificação do atendimento as suas áreas pertinentes.

4.5 Desempenho setorial

No âmbito da sustentabilidade, é essencial para uma empresa de energia criar condições para que o acesso a esse serviço público seja universal. Adicionalmente ao Programa Luz para Todos, a Copel Distribuição desenvolve outros programas integrados, em parceria com os Governos Federal e Estadual, conforme apresentamos a seguir.

4.5.1 Universalização e Programa Luz para Todos

A Aneel, através da Resolução nº 223, de 29/04/03, alterada pelas Resoluções nº 52 e 175, de 25/03/04 e 28/11/05, respectivamente, estabeleceu as condições gerais para elaboração dos planos de universalização de energia elétrica, regulando o disposto nos artigos 14 e 15 da Lei nº 10.438, de 26/04/02, posteriormente alterada pelas Leis nºs 10.762 e 10.848, de 11/11/03 e 15/03/04, respectivamente.

Em 11/11/03, o Ministério de Minas e Energia - MME, através do Decreto nº 4.873, instituiu o Programa Nacional de Universalização do Acesso e Uso da Energia Elétrica “Luz para Todos”, destinado a propiciar atendimento com energia elétrica à parcela da população do meio rural, voltada à agricultura familiar, que ainda não possui acesso a esse serviço público, dando prioridade de atendimento a quilombolas e outras minorias raciais; assentamentos rurais e comunidades indígenas, mediante encaminhamento pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - Incra e Fundação Nacional do Índio - Funai, respectivamente.

A tabela a seguir apresenta dados relativos ao período de 2006 a 2008 para atendimento da população, pela Copel Distribuição, no âmbito do programa e a origem dos recursos investidos:

| Programa Luz para Todos | | | | |
|---|---|---------------|---------------|---------------|
| | | 2008 | 2007 | 2006 |
| Número de atendimentos efetuados | | 12.000 | 8.419 | 10.009 |
| Origem dos recursos investidos (R\$ Mil) | | | | |
| Governo Federal | Conta de Desenvolvimento Energético - CDE | 5.086 | 12.744 | 12.703 |
| | Reserva Geral de Reversão - RGR | 32.066 | 16.992 | 16.937 |
| Governo Estadual ⁽¹⁾ | | - | 15.228 | - |
| Próprios | | 55.504 | 5.234 | 62.460 |
| Total dos recursos aplicados | | 92.656 | 50.198 | 92.100 |

⁽¹⁾ Está em curso a formalização do Termo de Compromisso e Convênio com o Governo do Estado, referente a 2008. Em 2007 foram registrados os valores correspondentes à participação de responsabilidade do Governo do Estado relativa ao período de 2006/2007.

Outras informações sobre o programa encontram-se na NE 17.b.

Em 2008, a Aneel reconheceu oficialmente o cumprimento pela Copel Distribuição das metas de

universalização estabelecidas.

4.5.2 Criação de postos tarifários para a classe rural

Tendo em vista o elevado consumo de outros energéticos na área rural, notadamente pela classe de avicultores, a Copel Distribuição institucionalizou a Tarifa Rural Noturna, com aplicação da mesma tarifa dos consumidores irrigantes para os da classe rural, atendidos em baixa tensão, com o objetivo de substituir tais energéticos pela energia elétrica, sem necessidade de investimentos adicionais na rede de distribuição, e estimular o aumento do consumo da eletricidade no horário da madrugada, contribuindo, em contrapartida, para a melhoria do meio ambiente.

4.5.3 Programa Luz Legal

O Programa Luz Legal, de caráter social, foi implementado em dezembro de 2003, através de convênio entre o Governo do Estado do Paraná, a Companhia de Habitação do Paraná - Cohapar e a Controladora, com o objetivo de regularizar o uso da energia elétrica em comunidades residentes em áreas de invasão, melhorando suas condições de cidadania e proporcionando segurança no uso da energia.

A Cohapar responsabiliza-se pela seleção das comunidades e regularização dos terrenos ocupados de forma irregular e a Controladora, na sequência, pela extensão de redes de distribuição de energia, quando necessário, e construção das entradas de serviço para medição da energia utilizada, as quais podem ser parceladas em 24 vezes sem juros e correção monetária, por meio da nota fiscal da fatura de energia. No período de 2003-2008, foram atendidos 3.942 unidades consumidoras.

4.5.4 Programa Baixa Renda

O Governo Federal, através da Lei nº 10.438, de 26/04/02, criou a Conta de Desenvolvimento Energético - CDE, visando, entre outros, garantir recursos para atendimento à subvenção econômica destinada à modicidade da tarifa de fornecimento de energia elétrica aos consumidores finais integrantes da Subclasse Residencial Baixa Renda. A Aneel, por sua vez, estabeleceu a metodologia para o cálculo de subvenção econômica a ser concedida às concessionárias, para contrabalançar os efeitos da política tarifária aplicável aos consumidores de baixa renda.

Tal Programa, assim, em parceria com o Governo Federal, possibilita que os consumidores da classe residencial com consumo de até 80 kWh e entre 80 kWh a 220 kWh/mês usufruam de desconto na tarifa de energia, que pode chegar a 65%. A tabela a seguir apresenta o histórico de atendimento a consumidores de baixa renda de 2006 a 2008:

| Tarifa baixa renda | 2008 | 2007 | 2006 |
|---|-------------|-------------|-------------|
| Número de domicílios atendidos como "baixa renda" (*) | 722.764 | 745.956 | 784.477 |
| % do total de domicílios "baixa renda" no âmbito do total de domicílios atendidos (clientes/consumidores residenciais) (**) | 25,97 | 27,49 | 29,15 |

(*) média mensal

(**) Valor recalculado para 2006 e 2007, considerando a totalidade da classe residencial (Residencial + Baixa Renda)

4.5.5 Programa Luz Fraterna

Programa em parceria com o Governo do Estado do Paraná, pelo qual os consumidores residenciais com consumo até 100 kWh/mês, classificados como baixa renda, e os consumidores residenciais rurais com ligação monofásica ou bifásica de até 50 ampères têm isenção total da fatura, cujo débito é assumido pelo Governo do Estado.

Apresentamos a seguir o total de consumidores beneficiados pelo Luz Fraterna de 2006 a 2008:

| Programa Luz Fraterna | 2008 | 2007 | 2006 |
|---------------------------------|-------------|-------------|-------------|
| nº de consumidores beneficiados | 237.596 | 255.361 | 250.765 |

4.5.6 Programa de Irrigação Noturna

Realizado em conjunto com a Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento, Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural - Emater, Secretaria de Estado do Meio Ambiente, entre outros órgãos, o Programa tem por objetivo incentivar aumento da produtividade agrícola mediante desconto na energia elétrica utilizada à noite - que varia de 60 a 70% no período de 21h30min às 6h - para acionamento de sistemas de irrigação, o que resulta em aumento da renda e melhoria de qualidade de vida do produtor rural, enquadrado no Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - Pronaf. Em 2008, 868 agricultores foram beneficiados pela tarifa especial de irrigação.

4.5.7 Programa de Avicultura Noturna

O Programa, implementado por Termo de Cooperação Técnica com a Secretaria da Agricultura e do Abastecimento do Paraná - SEAB, tem por objetivo incentivar os avicultores paranaenses, cadastrados como consumidores rurais do Grupo B, a utilizar a energia elétrica no período compreendido entre 21h30min e 6h, mediante desconto de 60% na tarifa, proporcionando minimização de custos e incremento da produção e exportação da carne de frango no Estado do Paraná. Em 2008, 2.350 avicultores foram beneficiados pela tarifa especial.

4.5.8 Programa de Desenvolvimento da Distribuição - PDD

O Programa de Desenvolvimento da Distribuição - PDD implica no comprometimento em investir R\$1,3 bilhão, em 4 anos, na expansão, melhoria e renovação do sistema. Parte destes recursos já foram aplicados em 2008 através dos programas de obras nos sistemas de baixa, média e alta tensão. Nos sistemas de baixa e média tensão foram realizadas 16.784 obras, ligando mais de 86 mil novos consumidores e permitindo a expansão do sistema em aproximadamente 2.000 km. Quanto aos investimentos no sistema de alta tensão, foram acrescentadas ao ativo da empresa 3 novas subestações e 216 km de linhas de transmissão de 69 kV e 138 kV.

4.5.9 Termo de Ajustamento de Conduta - TAC

O Termo de Ajustamento de Conduta - TAC, acordado com a Aneel, resultou no investimento de aproximadamente R\$ 30 milhões e mais de 290 obras de melhorias do sistema de distribuição, realizadas ao longo de 2008.

4.6 Programa de Eficiência Energética - PEE

A Copel Distribuição desenvolve anualmente o Programa de Eficiência Energética - PEE, em atendimento ao contrato de concessão para distribuição de energia elétrica e à Lei nº 9.991/2000, por meio do qual são aplicados recursos financeiros em projetos que têm como objetivo a promoção da eficiência energética no uso final da energia elétrica.

Os critérios de investimento e tipos de projetos permitidos são estabelecidos pela Agência Nacional de Energia Elétrica - Aneel e abrangem clientes do segmento residencial, industrial, comercial e poder público; com ações que contemplam a melhoria da eficiência energética dos principais usos finais de energia elétrica, tais como iluminação, força motriz, refrigeração e condicionamento de ar.

Por meio de “vans de eficiência energética” - centros móveis de aprendizagem interativa sobre o uso eficiente da energia elétrica, adaptados com recursos pedagógicos de última geração, com fundamento nos parâmetros curriculares nacionais e na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional -, são difundidos conceitos do uso eficiente da energia, contribuindo para a mudança de hábitos dos consumidores, com vistas ao combate ao desperdício da energia elétrica. Em 2008, 92 eventos foram realizados, abrangendo um público de 36.000 pessoas.

Neste ano, os recursos aplicados contemplaram a melhoria de eficiência energética nas instalações de consumidores residenciais de baixa renda, entidades filantrópicas/assistenciais, prédios públicos (municipal, estadual e federal), indústrias, estabelecimentos comerciais e de serviços e em projetos educacionais.

5. DESEMPENHO AMBIENTAL

5.1 Gestão ambiental

No âmbito do modelo de gestão empresarial para a sustentabilidade, a Controladora busca o alinhamento dos esforços para garantir atendimento aos resultados econômico, social e ambiental, de forma balanceada para as partes interessadas, bem como o desenvolvimento e o crescimento sustentável.

Nesse contexto, as ações corporativas são realizadas pela Diretoria de Meio Ambiente e Cidadania Empresarial recém criada, que realiza ações pontuais, através de grupos de trabalhos matriciais, distribuídos nas esferas:

- Institucional: para integrar processos de forma sistêmica e realizar representação institucional;
- Legal: para direcionar processos internos proativamente, com vistas ao cumprimento da legislação ambiental;
- de Sustentabilidade: para alinhar o tripé de sustentabilidade da Companhia, relativamente às áreas ambiental, social e econômica, a seu referencial estratégico; e
- de Pesquisa & Desenvolvimento (P&D), Ciência & Tecnologia e Inovação (C&T): para direcionar processos internos da Companhia à sustentabilidade, com vistas à busca de novas fontes de energias renováveis para diversificação da matriz energética e de tecnologias mitigadoras de impactos socioambientais.

5.2 Políticas de atuação em áreas de preservação ambiental

Conforme a Resolução Aneel nº 456/2000, a Controladora não realiza ligações de energia elétrica em áreas de proteção ambiental, sejam elas federais, estaduais ou municipais. Os órgãos ambientais têm papel relevante nesse sentido, visto que são consultados pela Companhia previamente à execução da ligação solicitada naquelas áreas, sendo-lhes também requerido anuência para ligação de energia em unidades com atividades consideradas potencialmente poluidoras, conforme determina a legislação vigente e orientações do Instituto Ambiental do Paraná - IAP.

Para ligações de energia elétrica em imóveis pertencentes à União na região litorânea do Paraná, é solicitada anuência da Gerência Regional do Patrimônio da União - GRPU, o que dificulta a ocorrência de ocupações irregulares.

Em 2008, a Controladora negociou acordo de cooperação com a Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos - Sema e com os Municípios de Pontal do Paraná e Guaratuba, tendo como objetivo a conservação e preservação dos remanescentes das restingas do litoral paranaense. O acordo, já aprovado pela Diretoria da Controladora, aguarda aprovação da Aneel, a qual, ocorrendo, possibilitará que a Companhia disponibilize 5.100 metros de postes de eucalipto inservíveis para transformação em toretes e posterior instalação, pelas prefeituras municipais envolvidas, ao longo das restingas ameaçadas pelo intenso tráfego de pessoas e veículos, permitindo sua regeneração natural.

5.2.1 Programa socioambiental de arborização urbana

Programa que visa auxiliar as prefeituras em sua adequada gestão da arborização, prover segurança e mitigar os impactos causados pelas podas de árvores. Ao reduzir os conflitos entre as redes de distribuição de energia e a arborização urbana, a Copel Distribuição busca maximizar os benefícios tanto desta quanto da energia. Adicionalmente, tal ação reduz os riscos de acidentes e melhora a continuidade do fornecimento de energia, incentivando gestão mais profissional da arborização urbana pelas prefeituras municipais.

Em 2008, filiamo-nos à Sociedade Brasileira de Arborização Urbana - BAU e à *International Society of Arboriculture - ISA*, visando prospectar técnicas mais modernas na gestão da arborização urbana para inclusão em seus processos e difusão aos municípios de sua área de concessão.

5.2.2 Tecnologias de redes de distribuição de energia

Para um convívio harmonioso da vegetação com as redes de energia elétrica, em locais com densa arborização ou em áreas rurais com vegetação protegida por lei, a Copel Distribuição adota tecnologias alternativas em substituição às redes aéreas convencionais, que já representam 22,9 % total de redes de distribuição urbana e 0,5% do total de redes de distribuição rurais.

No âmbito destas tecnologias alternativas, há as Redes de Distribuição Compacta Protegida - RDCs, que são preferencialmente utilizadas em áreas urbanas arborizadas ou com perspectiva futura de arborização, visto que minimizam a área de interferência com a vegetação e a necessidade de poda das árvores. Já as Redes de Distribuição Secundária Isolada - RSIs são, desde 2004, adotadas como padrão único construtivo para as redes de distribuição de energia em baixa tensão. A isolamento e compactação dos condutores permitem maior proximidade dos galhos de árvores, sem o risco de provocar interrupções em caso de contato eventual e não permanente nos condutores. A RSI mitiga o impacto da distribuição de energia na flora e na fauna, reduzindo as necessidades de poda e os acidentes com aves ou macacos, por exemplo.

5.3 Educação Ambiental

A Copel Distribuição promove a Educação Ambiental por meio do Programa Corporativo de Educação Ambiental para a Sustentabilidade, voltado para o público interno, e por meio de ações abrangentes que envolvem as demais partes interessadas.

Perante a comunidade, a Copel Distribuição realiza ações através:

1) da Campanha de Verão, que ocorre desde 2000 no litoral do Estado e que contempla, entre muitas atividades:

- palestras educativas em campanha intitulada “Eu cuido do meio ambiente”, por meio da qual técnicos voluntários da Companhia percorrem os Centros de Valorização Municipais promovendo mudança de atitude entre as crianças, que recebem, após as palestras realizadas, o “kit-escola”, contendo cartilha, régua, jogo da memória e álbum de figurinhas, materiais que ajudam a fixar o tema, visto que são manuseados durante todo o ano letivo. No verão 2007/2008, foram realizadas palestras em Matinhos, Pontal do Paraná e Guaratuba, alcançando mais de 400 pequenos cidadãos. Os trabalhos têm o apoio dos estudantes de cursos de Turismo que atuam como promotores e multiplicadores da Copel Distribuição na Operação Viva o Verão. Esta ação integra o acordo de cooperação entre a Companhia, a Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos e os municípios de Pontal do Paraná e Guaratuba, para conservação e preservação dos remanescentes das restingas do litoral.

- distribuição de kit a veranistas contendo informações sobre a Companhia e os serviços prestados e sacolas retornáveis;

- peças teatrais especialmente voltadas para as crianças, com destaque para assuntos atuais como reciclagem e cidadania, apresentados de forma lúdica.

2) de eventos diversos, tendo sido realizados em 2008: **a)** pela área ambiental da Distribuição, quatro eventos externos em escolas, alcançando 296 pessoas (alunos de 4ª e 5ª séries) em 20 horas de treinamento; **b)** nas Semanas Internas de Prevenção de Acidentes de Trabalho - SIPATs, três palestras, atingindo público total de 90 pessoas e 3,5 horas de treinamento; **c)** em face da expertise da Companhia no manejo da arborização urbana, palestras técnicas no *Seminário Estadual de Acessibilidade e Arborização Urbana*, em Curitiba - PR, promovido pelo CREA - PR, e no *II Seminário sobre Manejo de Vegetação sob Linhas de Distribuição*, em Belo Horizonte - MG, promovido pela Companhia Energética de Minas Gerais - Cemig.

Junto à força de trabalho contratada, a Companhia desenvolve ações de educação ambiental relacionadas à manutenção (poda e roçadas) de linhas de distribuição de energia. Em 2008, foram realizados 10 eventos, que atingiram um público de 138 pessoas em 38 horas de curso.

Em novembro de 2007, em parceria com a Secretaria Estadual de Desenvolvimento Urbano - SEDU e o Instituto Ambiental do Paraná - IAP, passamos a ministrar o curso “Árvore certa no lugar certo”, iniciativa integrada ao Programa Estadual de Qualificação de Servidores Municipais. O curso tem por objetivo capacitar gestores e servidores municipais na implantação e manejo da arborização urbana, sendo também aberto à comunidade. Os benefícios para a Companhia, município e sociedade são traduzidos na melhoria da segurança, qualidade de vida e no respeito à legislação.

Por meio dele é possível disseminar de forma prática e rápida conhecimentos básicos sobre o assunto, suprimindo lacuna conceitual e técnica dos aspectos relativos à arborização de ruas, ainda incipiente nos cursos técnicos e de graduação. Com esta ação, a Companhia busca aumentar a eficácia de suas ações dentro do Programa de Responsabilidade Socioambiental de Arborização Urbana, alavancando a formação de convênios para substituição de árvores e convênios de poda, atuando, por conseguinte, em uma das maiores causas dos índices DEC/FEC.

Em 2008, foram treinados 309 participantes de 123 municípios. Face aos excelentes resultados do evento (avaliação e interesse das prefeituras em firmar convênio com a Companhia), em 2009 esta parceria será estendida a outras associações de municípios do Estado do Paraná. Verifica-se que as discussões têm estimulado as prefeituras a estruturar seus corpos técnicos e a repensar a arborização municipal. Com esta parceria, além de atender interesses estratégicos e operacionais, reforçamos nosso comprometimento com programas ambientais e educacionais no Estado do Paraná.

5.4 Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico e Científico (P&D)

Em cumprimento à Lei nº 9.991/2000, que dispõe sobre a realização de investimentos em pesquisa e desenvolvimento por parte das empresas concessionárias, permissionárias e autorizadas do setor de energia elétrica, a Companhia investiu, em 2008 em projetos voltados à aquisição de novas tecnologias e o aporte de conhecimento técnico que fundamenta as decisões gerenciais e o desenvolvimento de novos programas. Estas competências adquiridas e incorporadas alinham-se às estratégias organizacionais como forma de materialização da sustentabilidade na Controladora. Neste âmbito, destacamos os seguintes estudos:

- óleos ecológicos: desde 2005, a Companhia desenvolve projetos de avaliação do desempenho de transformadores de distribuição e reguladores de tensão utilizando óleos vegetais como girassol, soja, arroz e mamona. São avaliadas e definidas características mínimas necessárias para garantir a mesma suportabilidade e expectativa de vida útil dos equipamentos isolados com óleo mineral. Tal avaliação tem sido realizada através de ensaios de envelhecimento acelerado dos óleos vegetais em escala laboratorial; preenchimento de transformadores e reguladores de tensão com óleo vegetal; pesquisas para medição de perdas em vazio e em curto circuito e elevação de temperatura; análises físico-químicas de óleo vegetal novo e após ensaios.

Em 2008, foram instalados novos equipamentos em redes de distribuição e subestações para acompanhamento e avaliação de desempenho. Com o intuito de avaliar o impacto ambiental de vazamentos de óleo vegetal, análises laboratoriais de biodegradação de óleos vegetais em solo e água foram conduzidas. Desde 2006, foram investidos R\$ 1.210,8 mil em projetos de pesquisa, sendo que, deste valor, R\$ 701,7 mil foram aplicados em 2008;

- minimização dos custos de manutenção sob linhas de distribuição, tendo o projeto sido desenvolvido, pelo Lactec, para avaliar possibilidades de uso múltiplo das áreas de servidão sob as linhas de distribuição. Tal estudo considerou as variáveis ambientais, econômicas, de saúde e de segurança dos empregados envolvidos, estabelecendo comparativo entre a roçada convencional (testemunha) e o plantio de espécies nativas de baixo crescimento e de espécies agrícolas. Finalizado em 2008, o projeto servirá de subsídio para implementação de ações diferenciadas de manejo da vegetação sob as linhas de distribuição;
- biorremediação de áreas contaminadas por óleo mineral isolante, tendo a metodologia de descontaminação do solo sido desenvolvida para a realização de projetos-piloto de recuperação ambiental de áreas contaminadas. O processo envolve uso de bactérias que utilizam hidrocarbonetos em seu ciclo, transformando-os em substâncias sem toxicidade, descontaminando, assim, a área atingida, o qual, devido ao ineditismo, foi apresentado no Seminário Nacional de Distribuição de Energia Elétrica - Sendi em 2008. Desde 2006, foram investidos R\$ 1.752,6 mil em projetos de pesquisa, tendo R\$ 221,1 mil sido aplicados em 2008.

5.5 Emissões, efluentes e resíduos

5.5.1 Iniciativas para reduzir emissões de gases do efeito estufa

Desde sua implementação em 2007, o Programa de Gestão Corporativa de Gases de Efeito Estufa teve como resultados principais: **a)** diagnóstico detalhado da situação da frota da Copel Distribuição a partir de informações disponíveis; **b)** participação em eventos e representação em diversos grupos de trabalho; **c)** disseminação em empresas e centros de pesquisa interessados no tema; e **d)** diagnóstico de programas e projetos da Distribuição e de outras áreas corporativas da Companhia.

Em 2008, houve intensa discussão sobre o inventário de emissões de gases do efeito estufa, com vistas à definição de metodologia mais adequada à condução das atividades pertinentes ao Programa. A Controladora decidiu, de forma compartilhada com grupo de empresas nacionais, adaptar a ferramenta do Programa Brasileiro “GHG Protocol” (Greenhouse Gás Protocol - GHG Protocol), lançada em maio/2008 no Brasil, para incrementar a capacidade técnica e institucional de empresas no gerenciamento de suas emissões de gases de efeito estufa, como metodologia

que fundamentará ações na área.

A frota de veículos destinada às atividades operacionais e ao transporte de pessoas a serviço da Companhia é adquirida com prioridade para os modelos que utilizam álcool como combustível. Quando necessária a aquisição de modelo a diesel, procura-se verificar atendimento às exigências legais quanto à emissão de poluentes, sendo os empregados condutores de veículos na Companhia treinados quanto à importância de manutenções operativas, preventivas e corretivas, principalmente no que tange ao catalisador e ao sistema de escapamento, para controle da emissão de poluentes.

Apresentamos, a seguir, dados de emissões de CO₂ pela frota própria da Copel Distribuição no período de 2006 a 2008.

| Gerenciamento de emissões de CO ₂ pela Copel | | | | | | |
|---|------------------|-----------------------------|------------------|-----------------------------|------------------|-----------------------------|
| Emissões de CO ₂ pela frota própria ⁽¹⁾ | | | | | | |
| Combustível | 2008 | | 2007 | | 2006 | |
| | Quantidade | Emissão CO ₂ (t) | Quantidade | Emissão CO ₂ (t) | Quantidade | Emissão CO ₂ (t) |
| Gasolina (L) | 1.198.424 | 2.601 | 2.207.452 | 4.790 | 2.771.786 | 6.015 |
| Álcool (L) | 803.496 | 1.109 | 315.612 | 435 | 147.735 | 204 |
| Gás Natural (m ³) | 0 | 0 | 0 | 0 | 3.950,0 | 8 |
| Diesel (L) | 3.877.195 | 10.158 | 3.338.119 | 8.746 | 3.093.454 | 8.105 |
| Total | 5.879.115 | 13.868 | 5.861.183 | 13.971 | 6.016.925 | 14.332 |

⁽¹⁾ Obs. O cálculo de emissão de CO₂ foi realizado considerando: gasolina (BR c/22% de etanol) =2,17KgCO₂/litro; álcool = 1,38 KgCO₂/litro; gás natural = 1,96 KgCO₂/m³; e diesel = 2,62 Kg CO₂/litro.

5.5.2 Resíduos

Na Copel Distribuição, o encaminhamento dado aos resíduos perigosos, classe I, visa evitar possíveis impactos socioambientais negativos.

O óleo mineral isolante usado é tratado internamente nas unidades de regeneração das regionais e em plantas móveis que realizam a regeneração em transformadores energizados. Em 2008, foram regenerados e reutilizados cerca de 270,7 mil litros de óleo mineral isolante retirados dos equipamentos elétricos. Resíduos contaminados com óleo mineral isolante são encaminhados para co-processamento, método seguro pelo qual eles são eliminados sob altas temperaturas em fornos de clínquerização.

Demais resíduos perigosos são encaminhados para destinação final por empresas devidamente habilitadas e licenciadas.

Resíduos não perigosos, classes IIA e IIB, são reutilizados internamente ou alienados em licitação pública considerando sua destinação para reciclagem e reaproveitamento.

Os medidores retirados de unidades consumidoras e os transformadores retirados da rede de distribuição passam por processos de triagem e avaliação interna quanto à viabilidade técnica de reuso. Pequenos reparos são realizados internamente, sendo encaminhados para empresas especializadas em recuperação aqueles cuja necessidade técnica demanda maiores reparos e troca de peças. Na etapa seguinte, os medidores são encaminhados ao posto de ensaios autorizado pelo Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial - Inmetro existente na Copel Distribuição, onde são realizados ensaios metrológicos e verificação técnica para serem liberados e reutilizados. Em 2008, foram recuperados cerca de 63,2 mil medidores, sendo de aproximadamente 97,8% o índice de recuperação de medidores danificados e retirados das instalações consumidoras.

A tabela a seguir apresenta dados de resíduos tratados e destinados pela Copel Distribuição de 2006 a 2008:

| Resíduos tratados e destinados | | | | | |
|---|---------|------------|------------------------|------------------------|--|
| Resíduo | Unidade | Quantidade | | | Método de tratamento/ disposição final |
| | | 2008 | 2007 | 2006 | |
| Resíduos Classe I | | | | | |
| Ascarel ⁽¹⁾ | t | - | - | 16,14 | descontaminação e reciclagem de carcaças metálicas impermeáveis de equipamentos. Incineração do óleo e de sólidos permeáveis contaminados. |
| Baterias chumbo-ácido | un | - | - | 3.141 | reciclagem |
| Lâmpadas fluorescentes (vapor de mercúrio e mistas) | pç | 234.329 | - | 68.000 | desmercurização e reciclagem |
| Óleo mineral isolante | l | 270.687 | 300.027 ⁽²⁾ | 237.099 ⁽²⁾ | regeneração |
| Resíduos contaminados com óleos e solventes | t | - | 25,34 ⁽³⁾ | - | co-processamento em fornos de indústrias de cimento |
| Transformadores com óleo mineral isolante | pç | 1.709 | 3.620 | 1.528 | recuperação e reutilização interna |
| | | 5.963 | 6.595 | 4.042 | venda através de licitação pública para reciclagem e/ou reaproveitamento |
| Resíduos Classe IIA e IIB | | | | | |
| Medidores | pç | 63.229 | ND | ND | recuperação e reutilização interna |
| Papel | kg | 151.314 | 143.610 | 135.870 | reciclagem |

⁽¹⁾ Resíduos enquadrados nos termos da Convenção de Basileia: encaminhamento realizado por empresa contratada (licitação) para transporte e destinação final dentro do país.

⁽²⁾ Houve arredondamento nos dados informados em 2006 e 2007, cujo total está corrigido nesta tabela.

⁽³⁾ Valor corrigido em relação ao anteriormente informado.

Obs: A Companhia adota como evidência comprobatória, o documento fiscal de saída do resíduo (RMS, manifesto ou nota fiscal) emitido por ocasião do encaminhamento de cada resíduo.

5.6 Licenciamentos ambientais

Os técnicos florestais nas unidades regionais de distribuição atuam na orientação de licenciamento das atividades de projeto e manutenção de redes de distribuição. Os licenciamentos ambientais são efetuados conforme a legislação vigente, reduzindo os riscos de autuações e

melhorando a qualidade ambiental dos trabalhos executados.

O impacto ambiental das atividades de distribuição de energia não apresenta grau significativo em escala regional. Pelos benefícios sociais, econômicos e ambientais gerados para o Paraná, o possível impacto pode ser considerado muito pouco significativo, o que justifica os órgãos ambientais não exigirem estudos detalhados de impacto ambiental para atividades de distribuição de energia. Para as linhas de 69 kV e 138 kV, o licenciamento é obtido por meio de Relatório Ambiental Simplificado - RAS. Já para os ativos de até 34,5 kV, ele é obtido por meio de autorização ambiental e autorização florestal, quando necessário.

5.7 Gestão de multas, termos de compromisso e notificações ambientais

A Copel Distribuição acompanha permanentemente todas as multas, termos de compromissos e notificações ambientais recebidos, por meio de sistema de gestão que possibilita, além do cumprimento das obrigações legais, redução dos valores de multas administrativas impostas, bem como minimização de riscos de enquadramentos criminais de empregados e gestores.

Em 2008, houve três ocorrências, sendo que apenas uma delas com imposição de multa administrativa. Para evitar novas ocorrências relacionadas com poda de árvores sob linhas de distribuição e transmissão, realizamos treinamentos voltados para os colaboradores que atuam na área, visando adequar os procedimentos às necessidades da Companhia e à legislação ambiental vigente, tendo sido criado grupo de trabalho, com participação de técnicos da Controladora e da Secretaria Municipal de Meio Ambiente - SMMA, para discussão sobre o manejo da vegetação no município de Curitiba.

Apresentamos, a seguir, tabela descritiva de multas e notificações ambientais recebidas na Companhia em 2008:

| Nº | Tipo | Data | Local | Original (R\$ mil) | Pago | Descrição |
|----|-------------|--------------|----------|--------------------|------------|---|
| 1 | multa | agosto/2008 | Curitiba | 128 | em recurso | multa aplicada pela poda de 64 árvores em bem público, tendo a Companhia autorização específica. Processo encontra-se em recurso, o qual ainda está sendo analisado pela SMMA |
| 2 | notificação | janeiro/2008 | Curitiba | sem multa | sem multa | notificação para execução de roçada e limpeza de resíduos em área administrativa, provenientes da vizinhança |
| 3 | notificação | agosto/2008 | Curitiba | sem multa | sem multa | falta de recolhimento de resíduos de poda de árvores até 48 horas após a execução. Caso resolvido sem a aplicação de multa. |

Na área de distribuição de energia da Companhia, há ainda oito casos em recurso, que poderão resultar no desembolso de R\$ 321,2 mil. A Companhia tem envidado esforços para redução dos valores de multas impostos, com a proposição de projetos de recuperação ambiental e defesa administrativa, sempre elaborada em conjunto com a Diretoria Jurídica da Companhia. Apenas um dos casos ainda em andamento, referente à roçada sem autorização ambiental no Parque Municipal das Pontes, em Araucária - PR, possuiu projeto de recuperação ambiental em andamento em 2008, cuja ação poderá resultar em redução de até 90% do valor da multa administrativa imposta.

6. BALANÇO SOCIAL

BALANÇO SOCIAL ANUAL - Modelo IBASE
Em 31 de dezembro de 2008 e de 2007
 (Valores expressos em milhares de reais)

| | | 2008 | | | | 2007 | | | |
|---|--|----------------|-------------|------------|------------|----------------|-------------|------------|------------|
| 1 - BASE DE CÁLCULO | | | | | | | | | |
| NE 28 e | | | | | | | | | |
| 29 | Receita Líquida - RL | 3.765.918 | | | | 3.551.935 | | | |
| | Resultado (ou Lucro) Operacional - RO | 732.026 | | | | 820.609 | | | |
| NE 30 -c | Folha de Pagamento Bruta - FPB | 441.298 | | | | 375.422 | | | |
| | Valor Adicionado Total - VAT | 3.772.933 | | | | 3.613.998 | | | |
| 2 - INDICADORES SOCIAIS INTERNOS | | | | | | | | | |
| | | % Sobre: | | | % Sobre: | | | | |
| | | | FPB | RL | VAT | | FPB | RL | VAT |
| | Alimentação (Auxílio alimentação e outros) | 44.589 | 10,1 | 1,2 | 1,2 | 39.150 | 10,4 | 1,1 | 1,1 |
| NE 30-c | Encargos sociais compulsórios | 107.479 | 24,5 | 2,9 | 2,9 | 90.922 | 24,2 | 2,5 | 2,6 |
| NE 22 | Plano previdenciário | 16.071 | 3,6 | 0,4 | 0,4 | (49.992) | (13,3) | (1,4) | (1,4) |
| NE 22 | Saúde (Plano assistencial) | 16.288 | 3,7 | 0,4 | 0,4 | 55.436 | 14,8 | 1,6 | 1,5 |
| | Segurança e medicina no trabalho | 2.585 | 0,6 | 0,1 | 0,1 | 2.611 | 0,7 | 0,1 | 0,1 |
| | Educação | 1.931 | 0,4 | 0,1 | 0,1 | 1.534 | 0,4 | - | - |
| | Cultura | 533 | 0,1 | - | - | 586 | 0,2 | - | - |
| | Capacitação e desenvolvimento profissional | 7.713 | 1,7 | 0,2 | 0,2 | 5.413 | 1,4 | 0,2 | 0,1 |
| | Auxílio creche | 430 | 0,1 | - | - | 403 | 0,1 | - | - |
| NE 30-c | Participação nos lucros e/ou resultados | 45.580 | 10,3 | 1,2 | 1,2 | 37.126 | 9,9 | 1,0 | 1,0 |
| (1) | Outros benefícios | 813 | 0,2 | - | - | 5.911 | 1,6 | 0,2 | 0,2 |
| | Total | 244.012 | 55,3 | 6,5 | 6,5 | 189.100 | 50,4 | 5,3 | 5,2 |

| (continuação) | | 2008 | | | 2007 | | | | |
|---|---|---|--------------|-------------|---|------------------|--------------|-------------|-------------|
| 3 - INDICADORES SOCIAIS EXTERNOS | | % Sobre: | | | % Sobre: | | | | |
| | | RO | RL | VAT | RO | RL | VAT | | |
| NE 30-g | Cultura (Lei Rouanet) | 2.202 | 0,3 | - | 0,1 | 2.452 | 0,3 | - | 0,1 |
| | Saúde e saneamento | 93.123 | 12,7 | 2,5 | 2,4 | 23.190 | 2,8 | 0,7 | 0,6 |
| | Programa Luz para Todos | 87.570 | 12,0 | 2,4 | 2,3 | 22.226 | 2,6 | 0,7 | 0,6 |
| | Programa Tarifa Noturna | 5.282 | 0,7 | 0,1 | 0,1 | 422 | 0,1 | - | - |
| | Outros programas | 271 | - | - | - | 542 | 0,1 | - | - |
| | Outros | 594 | 0,1 | - | - | 957 | 0,1 | - | - |
| NE 30-g | Fundo dos direitos da criança e do adolescente | 580 | 0,1 | - | - | 949 | 0,1 | - | - |
| | Outros | 14 | - | - | - | 8 | - | - | - |
| Total das contribuições para a sociedade | | 95.919 | 13,1 | 2,5 | 2,5 | 26.599 | 3,2 | 0,7 | 0,7 |
| Tributos (excluídos encargos sociais) | | 2.559.015 | 349,6 | 68,0 | 67,8 | 2.487.130 | 303,1 | 70,0 | 68,8 |
| Total | | 2.654.934 | 362,7 | 70,5 | 70,3 | 2.513.729 | 306,3 | 70,7 | 69,5 |
| 4 - INDICADORES AMBIENTAIS | | % Sobre: | | | % Sobre: | | | | |
| | | RO | RL | VAT | RO | RL | VAT | | |
| Investimentos relacionados com as operações da empresa | | 104.390 | 14,3 | 2,8 | 2,8 | 94.508 | 11,5 | 2,7 | 2,6 |
| | Progr. Pesquisa e Desenvolvimento e Eficiência Energética | 28.915 | 4,0 | 0,8 | 0,8 | 55.411 | 6,8 | 1,6 | 1,5 |
| | Gestão de resíduos | 896 | 0,1 | - | - | 902 | 0,1 | - | - |
| | Rede Compacta ou Linha Verde | 74.332 | 10,2 | 2,0 | 2,0 | 38.069 | 4,6 | 1,1 | 1,1 |
| | Programas de proteção de Fauna e Flora | 247 | - | - | - | 126 | - | - | - |
| Investimentos em programas e/ou projetos externos | | 43 | - | - | - | 55 | - | - | - |
| | Educação Ambiental | 0 | - | - | - | 55 | - | - | - |
| | Outros programas | 43 | - | - | - | 0 | - | - | - |
| Total | | 104.433 | 14,3 | 2,8 | 2,8 | 94.563 | 11,5 | 2,7 | 2,6 |
| Quanto ao estabelecimento de "metas anuais" para minimizar resíduos, o consumo em geral na produção/ operação e aumentar a eficácia na utilização de recursos naturais, a empresa: | | <input type="checkbox"/> não possui metas <input type="checkbox"/> cumpre de 0 a 50% <input type="checkbox"/> cumpre de 51 a 75% <input checked="" type="checkbox"/> cumpre de 76 a 100% | | | <input type="checkbox"/> não possui metas <input type="checkbox"/> cumpre de 0 a 50% <input type="checkbox"/> cumpre de 51 a 75% <input checked="" type="checkbox"/> cumpre de 76 a 100% | | | | |

NE - Nota Explicativa

| | 2008 | | | 2007 | | |
|---|--------------|---------------|-----------------|--------------|---------------|-----------------|
| 5 - INDICADORES DO CORPO FUNCIONAL | | | | | | |
| Empregados no final do período | 6.508 | | | 6.476 | | |
| Escolaridade dos empregados(as): | Total | Homens | Mulheres | Total | Homens | Mulheres |
| Total Superior e extensão universitária | 2.376 | 1.711 | 665 | 2.248 | 1.607 | 641 |
| Total 2º Grau | 3.702 | 3.257 | 445 | 3.791 | 3.323 | 468 |
| Total 1º Grau | 430 | 400 | 30 | 437 | 407 | 30 |
| Faixa etária dos empregados(as): | | | | | | |
| Abaixo de 30 anos | 1.598 | | | 1.548 | | |
| De 30 até 45 anos (exclusive) | 2.723 | | | 2.956 | | |
| Acima de 45 anos | 2.187 | | | 1.972 | | |
| Admissões durante o período | 370 | | | 495 | | |
| Mulheres que trabalham na empresa | 1.140 | | | 1.139 | | |
| % Mulheres em cargos gerenciais: | | | | | | |
| em relação ao nº total de mulheres | 3,2 | | | 2,5 | | |
| em relação ao nº total de gerentes | 12,5 | | | 10,8 | | |
| Negros(as) que trabalham na empresa | 689 | | | 662 | | |
| % Negros(as) em cargos gerenciais: | | | | | | |
| em relação ao nº total de negros(as) | 2,6 | | | 2,7 | | |
| em relação ao nº total de gerentes | 6,3 | | | 6,9 | | |
| Portadores(as) de necessidades especiais | 55 | | | 37 | | |
| Dependentes | 15.306 | | | 14.828 | | |
| Estagiários(as) | 409 | | | 851 | | |
| Terceirizados | 4.306 | | | 1.263 | | |

| | 2008 | Metas | 2009 |
|--|---------------------------------|-------|------------------------------------|
| 6 - INFORMAÇÕES RELEVANTES QUANTO AO EXERCÍCIO DA CIDADANIA EMPRESARIAL | | | |
| Relação entre a maior e a menor remuneração na empresa | 27 | | 27 |
| Número total de Acidentes de Trabalho | 194 | | < 161 |
| Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela empresa foram definidos por: | direção e gerências | | direção e gerências |
| Os padrões de segurança e salubridade no ambiente de trabalho foram definidos por: | todos(as) + Cipa | | todos(as) + Cipa |
| Quanto à liberdade sindical, ao direito de negociação coletiva e à representação interna dos(as) trabalhadores(as), a empresa: | incentiva e segue a OIT | | incentivará e seguirá a OIT |
| A previdência privada contempla: | todos(as) empregados(as) | | todos(as) empregados(as) |
| A participação dos lucros ou resultados contempla: | todos(as) empregados(as) | | todos(as) empregados(as) |
| Na seleção dos fornecedores, os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social e ambiental adotados pela empresa: | são sugeridos | | serão exigidos |
| Quanto à participação dos empregados(as) em programas de trabalho voluntário, a empresa: | organiza e incentiva | | organizará e incentivará |

| (continuação) | 2008 | Metas | 2009 |
|---|-------------|-------|-------------|
| Número total de reclamações e críticas de consumidores(as): | | | |
| na empresa | 111.027 | | 108.642 |
| no Procon | 273 | | 267 |
| na Justiça | 2.012 | | 1.969 |
| % de reclamações e críticas atendidas ou solucionadas: | | | |
| na empresa | 100,0% | | 100,0% |
| no Procon | 85,0% | | 87,0% |
| na Justiça | 21,4% | | 35,0% |
| % da representatividade das reclamações e críticas de consumidores(as) em relação ao total de unidades consumidoras: | | | |
| na empresa | 3,15% | | 2,99% |
| no Procon | 0,08% | | 0,07% |
| na Justiça | 0,06% | | 0,05% |
| | 2008 | | 2007 |
| Distribuição do Valor Adicionado (DVA) : | | | |
| Financiadores | 4,8% | | 3,5% |
| Pessoal | 10,8% | | 9,6% |
| Governo | 70,0% | | 70,8% |
| Acionistas | 4,4% | | 4,7% |
| Retido | 10,0% | | 11,4% |

7 - OUTRAS INFORMAÇÕES

(1) O item Outros benefícios é composto por: Indenizações trabalhistas, Auxílio doença complementar, Seguros, Vale transporte excedente e Auxílio invalidez e morte acidental.

- As notas explicativas - NE - são parte integrante das demonstrações contábeis.

- A Copel Distribuição é uma subsidiária integral da Copel, companhia pertencente ao Setor Energético, atuante no Estado do Paraná com CNPJ nº 76.483.817/0001-20.

- Em 30/11/07, conforme Resolução Autorizativa Aneel nº 1.120, de 27/11/07, a Copel Transmissão foi cindida e incorporada pela Copel Geração e Transmissão e pela Copel Distribuição. Nesse exercício, somente as despesas de dezembro da Copel Transmissão foram apropriadas. Por isso, em 2008, houve aumento significativo nas despesas da Copel Geração e Transmissão e na Copel Distribuição, já que a apropriação ocorreu em todos os meses.

- A Copel não utiliza mão-de-obra infantil (exceção para o programa de inserção do menor aprendiz, Lei 10.097/00) ou trabalho escravo, não tem envolvimento com prostituição ou exploração sexual de criança ou adolescente e não está envolvida com corrupção.

- Nossa companhia valoriza e respeita a diversidade interna e externamente.

- Para maiores esclarecimentos sobre as informações declaradas:

Superintendência Contábil - Enio Cesar Pieczarka - tel 41-3331-2160 e-mail: enio@copel.com

7. AGRADECIMENTOS

7.1 Mensagem de Agradecimento

Ao reconhecermos que o bom desempenho obtido pela Copel Distribuição neste ano provêm do constante apoio recebido das partes interessadas com os quais nos relacionamos, expressamos nossos agradecimentos à Controladora, aos nossos clientes e fornecedores, aos membros do Conselho Fiscal, ao Governo do Estado e demais poderes públicos e à comunidade pela confiança depositada em nossa Companhia.

Agradecemos especialmente a nossos empregados que por seu empenho e dedicação têm transformado a Copel Distribuição numa empresa que é motivo de orgulho para o Estado do Paraná.

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Balancos Patrimoniais

levantados em 31 de dezembro de 2008 e de 2007

(Valores expressos em milhares de reais)

| ATIVO | NE nº | 2008 | 2007 |
|---|-------|------------------|------------------|
| CIRCULANTE | | | |
| Caixa e equivalentes de caixa | 6 | 354.286 | 314.549 |
| Consumidores e revendedores | 7 | 814.301 | 901.053 |
| Provisão para créditos de liquidação duvidosa | 8 | (55.092) | (67.874) |
| Serviços em curso | | 54.224 | 43.895 |
| Repasse CRC ao Governo Estado do Paraná | 9 | 47.133 | 40.509 |
| Impostos e contribuições sociais | 10 | 141.399 | 167.393 |
| Conta de compensação da "parcela A" | 11 | 111.098 | 67.614 |
| Outros ativos regulatórios | 12 | 31.511 | 17.186 |
| Cauções e depósitos vinculados | 13 | 37.208 | 24.244 |
| Estoques | 14 | 48.150 | 44.673 |
| Outros créditos | 15 | 19.504 | 30.353 |
| | | 1.603.722 | 1.583.595 |
| NÃO CIRCULANTE | | | |
| Realizável a Longo Prazo | | | |
| Consumidores e revendedores | 6 | 81.855 | 127.121 |
| Repasse CRC ao Governo Estado do Paraná | 9 | 1.272.770 | 1.209.853 |
| Impostos e contribuições sociais | 10 | 241.987 | 219.205 |
| Conta de compensação da "parcela A" | 11 | 53.494 | 25.478 |
| Outros ativos regulatórios | 12 | 11.085 | 5.729 |
| Cauções e depósitos vinculados | 13 | 37.868 | 22.423 |
| Depósitos judiciais | 16 | 64.698 | 58.186 |
| Outros créditos | 15 | 4.709 | 5.681 |
| | | 1.768.466 | 1.673.676 |
| Investimentos | | 2.474 | 2.428 |
| Imobilizado | 17 | 2.081.585 | 1.870.602 |
| Intangível | 18 | 27.423 | 26.954 |
| | | 3.879.948 | 3.573.660 |
| TOTAL DO ATIVO | | 5.483.670 | 5.157.255 |

As notas explicativas - NE são parte integrante das demonstrações contábeis.

Balancos Patrimoniais
 levantados em 31 de dezembro de 2008 e de 2007
 (Valores expressos em milhares de reais)

| PASSIVO | NE nº | 2008 | 2007 |
|--|--------------|------------------|------------------|
| CIRCULANTE | | | |
| Empréstimos e financiamentos | 19 | 14.313 | 15.771 |
| Fornecedores | 20 | 415.006 | 321.545 |
| Impostos e contribuições sociais | 10 | 206.295 | 171.217 |
| Dividendos a pagar | | 141.100 | 178.319 |
| Folha de pagamento e provisões trabalhistas | 21 | 109.161 | 99.788 |
| Benefícios pós-emprego | 22 | 15.106 | 31.569 |
| Conta de compensação da "parcela A" | 11 | 28.327 | 143.436 |
| Outros passivos regulatórios | 12 | 14.512 | 21.765 |
| Encargos do consumidor a recolher | 23 | 39.575 | 28.752 |
| Pesquisa e desenvolvimento e eficiência energética | 24 | 93.506 | 149.987 |
| Outras contas a pagar | 25 | 47.174 | 50.943 |
| | | 1.124.075 | 1.213.092 |
| NÃO CIRCULANTE | | | |
| Empréstimos e financiamentos | 19 | 153.326 | 111.553 |
| Provisões para contingências | 26 | 191.483 | 147.606 |
| Coligadas e controladas | 34 | 597.227 | 683.052 |
| Impostos e contribuições sociais | 10 | 20.869 | 12.043 |
| Benefícios pós-emprego | 22 | 278.005 | 290.421 |
| Conta de compensação da "parcela A" | 11 | 2.373 | 22.330 |
| Outros passivos regulatórios | 12 | 7.257 | 7.255 |
| Pesquisa e desenvolvimento e eficiência energética | 24 | 66.755 | - |
| Outras contas a pagar | 25 | 15 | 5.992 |
| | | 1.317.310 | 1.280.252 |
| PATRIMÔNIO LÍQUIDO | 27 | | |
| Capital social | | 2.171.928 | 2.171.928 |
| Reservas de lucros | | 870.357 | 491.983 |
| | | 3.042.285 | 2.663.911 |
| TOTAL DO PASSIVO | | 5.483.670 | 5.157.255 |

As notas explicativas - NE são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstração dos Resultados
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2008 e de 2007
(Valores expressos em milhares de reais)

| | NE nº | 2008 | 2007 |
|---|-------|--------------------|--------------------|
| RECEITA OPERACIONAL | 28 | | |
| Fornecimento de energia elétrica | | 2.804.767 | 2.582.762 |
| Suprimento de energia elétrica | | 60.722 | 76.221 |
| Disponibilidade da rede elétrica | | 3.330.176 | 3.207.601 |
| Outras receitas operacionais | | 68.392 | 62.991 |
| | | 6.264.057 | 5.929.575 |
| DEDUÇÕES DA RECEITA OPERACIONAL | 29 | (2.498.139) | (2.377.640) |
| RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA | | 3.765.918 | 3.551.935 |
| CUSTO DO SERVIÇO DE ENERGIA ELÉTRICA | | | |
| Custo com energia elétrica | 30 | | |
| Energia elétrica comprada para revenda | | (1.763.470) | (1.421.574) |
| Encargos de uso da rede elétrica | | (366.561) | (548.598) |
| | | (2.130.031) | (1.970.172) |
| Custo de operação | 30 | | |
| Pessoal | | (384.158) | (313.356) |
| Planos previdenciário e assistencial | | (23.158) | 1.858 |
| Material | | (36.151) | (36.782) |
| Serviços de terceiros | | (129.719) | (103.330) |
| Depreciação e amortização | | (158.816) | (154.496) |
| Outros custos de operação | | 2.585 | 5.408 |
| | | (729.417) | (600.698) |
| Custo do serviço prestado a terceiros | 30 | | |
| Pessoal | | (62) | (9) |
| Material | | (942) | (832) |
| Serviços de terceiros | | (384) | (425) |
| Outros custos do serviço prestado a terceiros | | - | 3.138 |
| | | (1.388) | 1.872 |
| | | (2.860.836) | (2.568.998) |
| LUCRO OPERACIONAL BRUTO | | 905.082 | 982.937 |
| Outras Receitas (Despesas) Operacionais | 30 | | |
| Despesas com vendas | | (31.279) | (9.721) |
| Despesas gerais e administrativas | | (177.078) | (205.603) |
| Outras receitas (despesas), líquidas | | (85.147) | (64.514) |
| | | (293.504) | (279.838) |
| RESULTADO DO SERVIÇO | | 611.578 | 703.099 |
| RESULTADO FINANCEIRO | 31 | | |
| Receitas financeiras | | 300.551 | 256.390 |
| Despesas financeiras | | (180.103) | (138.880) |
| | | 120.448 | 117.510 |
| RESULTADO OPERACIONAL | | 732.026 | 820.609 |
| LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL | | 732.026 | 820.609 |
| IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL | 10 | | |
| Imposto de renda e contribuição social | | (100.483) | (246.293) |
| Imposto de renda e contribuição social diferidos | | (87.169) | 7.144 |
| LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO | | 544.374 | 581.460 |
| LUCRO LÍQUIDO POR AÇÃO - R\$ | 27 | 0,2506 | 0,2677 |

As notas explicativas - NE são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2008 e de 2007

(Valores expressos em milhares de reais)

| | | Capital social | Reserva legal | Reserva de retenção de lucros | Lucros acumulados | Total |
|--|-------------------|------------------|---------------|-------------------------------|-------------------|------------------|
| Saldo em 31 de dezembro de 2006 | NE n ² | 1.607.168 | 9.997 | 72.121 | - | 1.689.286 |
| Aumento de capital social | | 564.760 | - | - | - | 564.760 |
| Lucro líquido do exercício | | - | - | - | 581.460 | 581.460 |
| Destinação proposta à A.G.O.: | | | | | | |
| Reserva legal | 27.b | - | 29.073 | - | (29.073) | - |
| Juros sobre o capital próprio | | - | - | - | (110.716) | (110.716) |
| Dividendos | | - | - | - | (60.879) | (60.879) |
| Reserva para investimentos | 27.b | - | - | 380.792 | (380.792) | - |
| Saldo em 31 de dezembro de 2007 | | 2.171.928 | 39.070 | 452.913 | - | 2.663.911 |
| Lucro líquido do exercício | | - | - | - | 544.374 | 544.374 |
| Destinação proposta à A.G.O.: | | | | | | |
| Reserva legal | 27.b | - | 27.219 | - | (27.219) | - |
| Juros sobre o capital próprio | | - | - | - | (166.000) | (166.000) |
| Reserva para investimentos | 27.b | - | - | 351.155 | (351.155) | - |
| Saldo em 31 de dezembro de 2008 | | 2.171.928 | 66.289 | 804.068 | - | 3.042.285 |

As notas explicativas - NE são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstração dos Fluxos de Caixa
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2008 e de 2007
(Valores expressos em milhares de reais)

| | NE nº | 2008 | 2007 |
|---|-------|----------------|----------------|
| Fluxos de caixa das atividades operacionais | | | |
| Lucro líquido do exercício | | 544.374 | 581.460 |
| Ajustes para a reconciliação do lucro líquido do exercício com a geração de caixa das atividades operacionais: | | | |
| Provisão (reversão) para créditos de liquidação duvidosa | 8 | 10.272 | (6.026) |
| Depreciação | 17.d | 173.946 | 168.721 |
| Amortização de intangíveis | 18.a | 2.135 | 2.659 |
| Variações monetárias e cambiais não realizadas - líquidas | - | (108.155) | (70.098) |
| Imposto de renda e contribuição social diferidos | - | 87.169 | (7.144) |
| Variações na conta de compensação da "parcela A" - líquidas | 11 | (204.425) | 797 |
| Variações em outros ativos e passivos regulatórios - líquidas | 12 | (26.932) | 22.949 |
| Repactuação de contratos - Cien | - | - | (62.862) |
| Provisões no passivo não circulante | 26 | 65.028 | 40.014 |
| Baixas de imobilizado - líquidas | - | 10.709 | 16.370 |
| Baixas de intangível - líquidas | - | 456 | 72 |
| Redução (aumento) dos ativos | | | |
| Consumidores e revendedores | - | 109.249 | (153.493) |
| Serviços em curso | - | (10.329) | (31.573) |
| Repasse CRC ao Governo do Estado do Paraná | 9 | 120.048 | 111.267 |
| Impostos e contribuições sociais | - | (51.111) | 3.378 |
| Cauções e depósitos vinculados | - | (12.191) | 9.470 |
| Depósitos judiciais | - | (9.613) | (2.956) |
| Estoques | - | (3.477) | (12.340) |
| Outros créditos | - | 12.052 | 1.597 |
| Aumento (redução) dos passivos | | | |
| Empréstimos e financiamentos - juros pagos | - | (15.750) | (7.849) |
| Debêntures - juros pagos | - | - | (70.385) |
| Fornecedores | - | 93.461 | (13.692) |
| Impostos e contribuições sociais | - | 11.058 | 14.263 |
| Folha de pagamento e provisões trabalhistas | - | 9.373 | 17.226 |
| Benefícios pós-emprego | - | (28.879) | (63.822) |
| Encargos do consumidor a recolher | - | 10.823 | (19.014) |
| Pesquisa e desenvolvimento e eficiência energética | - | (2.091) | 16.705 |
| Outras contas a pagar | - | (23.545) | (12.533) |
| Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais | | 763.655 | 473.161 |

(continua)

Demonstração dos Fluxos de Caixa
 para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2008 e de 2007
 (Valores expressos em milhares de reais)

(continuação)

| | NE nº | 2008 | 2007 |
|---|-------|------------------|------------------|
| Fluxos de caixa das atividades de investimento | | | |
| Adições no imobilizado | 17.d | (495.197) | (379.186) |
| Adições no intangível | 18.a | (2.464) | (929) |
| Participação financeira dos consumidores | 17.d | 84.411 | 47.919 |
| Venda de imobilizado | - | 10.255 | 429 |
| Caixa líquido utilizado pelas atividades de investimento | | (402.995) | (331.767) |
| Fluxos de caixa das atividades de financiamento | | | |
| Empréstimos obtidos junto a partes relacionadas | - | - | 622.082 |
| Empréstimos obtidos junto a terceiros | 19 | 32.512 | 16.992 |
| Empréstimos e financiamentos - amortização de principal | - | (9.466) | (12.046) |
| Debêntures - amortização do principal | - | - | (584.418) |
| Contrato de mútuo com a Controladora - amortização de principal | - | (140.750) | - |
| Integralização de capital social | - | - | 43.880 |
| Dividendos e juros sobre o capital próprio pagos | - | (203.219) | (46.189) |
| Caixa líquido gerado (utilizado) pelas atividades de financiamento | | (320.923) | 40.301 |
| Total dos efeitos no caixa e equivalentes de caixa | | 39.737 | 181.695 |
| Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa | 6 | 314.549 | 132.854 |
| Saldo final de caixa e equivalentes de caixa | 6 | 354.286 | 314.549 |
| Variação no caixa e equivalentes de caixa | | 39.737 | 181.695 |

As notas explicativas - NE são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstração do Valor Adicionado

para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2008 e de 2007

(Valores expressos em milhares de reais)

| | NE nº | 2008 | 2007 |
|--|-------|------------------|------------------|
| Receitas | | | |
| Venda de energia, serviços e outras receitas | 28 | 6.264.057 | 5.929.575 |
| Provisão para créditos de liquidação duvidosa | 30.f | 10.288 | (6.019) |
| Outros resultados operacionais | | (6.942) | (11.431) |
| Total | | 6.267.403 | 5.912.125 |
| (-) Insumos adquiridos de terceiros | | | |
| Energia elétrica comprada para revenda | 30.a | 1.931.223 | 1.567.291 |
| Encargos de uso da rede elétrica | 30.b | 342.429 | 582.097 |
| Material, insumos e serviços de terceiros | | 258.651 | 233.378 |
| Encargos de capacidade emergencial e Proinfa | | 67 | 92 |
| Outros insumos | | 86.570 | 17.922 |
| Total | | 2.618.940 | 2.400.780 |
| (=) VALOR ADICIONADO BRUTO | | 3.648.463 | 3.511.345 |
| (-) Depreciação e amortização | | 176.081 | 171.380 |
| (=) VALOR ADICIONADO LÍQUIDO | | 3.472.382 | 3.339.965 |
| (+) Valor Adicionado Transferido | | | |
| Receitas financeiras e desp. financeiras negativas | 31 | 300.551 | 274.033 |
| Total | | 300.551 | 274.033 |
| VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR | | 3.772.933 | 3.613.998 |

Demonstração do Valor Adicionado
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2008 e de 2007
(Valores expressos em milhares de reais)

(continuação)

| | NE nº | 2008 | | 2007 | |
|---|-------|------------------|--------------|------------------|--------------|
| | | | % | | % |
| DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO : | | | | | |
| Pessoal | | | | | |
| Remunerações e honorários | 30.c | 334.300 | | 284.748 | |
| Planos previdenciário e assistencial | 22 | 27.464 | | 1.646 | |
| Auxílio alimentação e educação | 30.c | 37.590 | | 32.397 | |
| Encargos sociais - FGTS | | 23.937 | | 20.040 | |
| Indenizações trabalhistas (reversões) | 30.c | (658) | | 4.761 | |
| Participação nos lucros e/ou resultados | 30.c | 45.580 | | 37.126 | |
| Transferências para imobilizado em curso | 30.c | (61.909) | | (33.425) | |
| Total | | 406.304 | 10,8 | 347.293 | 9,6 |
| Governo | | | | | |
| Federal | | 1.122.561 | | 1.125.627 | |
| Estadual | | 1.518.908 | | 1.431.391 | |
| Municipal | | 1.087 | | 994 | |
| Total | | 2.642.556 | 70,0 | 2.558.012 | 70,8 |
| Financiadores | | | | | |
| Juros e multas | | 171.458 | | 120.229 | |
| Arrendamentos e aluguéis | 30.g | 8.241 | | 7.003 | |
| Total | | 179.699 | 4,8 | 127.232 | 3,5 |
| Acionistas | | | | | |
| Remuneração do capital próprio | 27.b | 166.000 | | 110.716 | |
| Dividendos propostos | 27.b | - | | 60.879 | |
| Lucros retidos na empresa | | 378.374 | | 409.866 | |
| Total | | 544.374 | 14,4 | 581.461 | 16,1 |
| | | 3.772.933 | 100,0 | 3.613.998 | 100,0 |

As notas explicativas - NE são parte integrante das demonstrações contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

em 31 de dezembro de 2008 e de 2007

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)

1 CONTEXTO OPERACIONAL

A Copel Distribuição S.A. (Copel Distribuição, Companhia), subsidiária integral da Companhia Paranaense de Energia – Copel, explora a distribuição e a comercialização regulada de energia elétrica a 1.119 localidades, pertencentes aos 392 dos 399 municípios no Estado do Paraná, e também ao município de Porto União, no Estado de Santa Catarina.

2 CONCESSÕES

O contrato de concessão firmado entre a Copel Distribuição e a Aneel, de junho de 1999, tem prazo de vencimento previsto para julho de 2015, com possibilidade de prorrogação por mais 20 anos, a critério do poder concedente. Para fins operacionais, dividimos nossa área de concessão em 5 regionais, a saber: Noroeste, Oeste, Leste, Centro Sul e Norte.

3 APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

A autorização para conclusão da elaboração das demonstrações contábeis ocorreu na Reunião da Diretoria realizada em 16/03/09.

As demonstrações contábeis são apresentadas em conformidade com as disposições da Lei das Sociedades por Ações, alterada pela Lei nº 11.638/2007 e Medida Provisória nº 449/2008, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, conjugadas com a legislação específica da Aneel e regulamentações da Comissão de Valores Mobiliários – CVM.

Nas demonstrações contábeis referentes ao exercício findo em 31/12/07 foram efetuadas algumas reclassificações para permitir aos usuários comparação com o exercício atual. As principais reclassificações são as seguintes:

| Conta original | Conta de reclassificação | |
|--|--|-----------|
| Ativo não circulante | Passivo não circulante | |
| Impostos e contribuições sociais (a) | Impostos e contribuições sociais | (12.775) |
| Deduções da receita operacional | Custos de bens e/ou serviços vendidos | |
| PIS/Pasep e Cofins (b) | Energia elétrica comprada para revenda | (145.717) |
| PIS/Pasep e Cofins (b) | Encargos de uso da rede elétrica | (52.630) |
| Resultado não operacional | Outras receitas (despesas) operacionais | |
| Receitas (despesas) não operacionais (c) | Outras receitas (despesas), líquidas | (11.469) |

a) Compensação de impostos e contribuições sociais entre Ativo e Passivo não Circulantes;

b) Conforme Interpretação Técnica nº 01/04 do Instituto dos Auditores Independentes do Brasil - Ibracon;

c) Conforme Lei nº 11.638/07 e Medida Provisória nº 449/08 (NE nº 4).

4 MUDANÇAS DE PRÁTICAS CONTÁBEIS

A Lei nº 11.638/07 e a Medida Provisória nº 449/08 alteraram, revogaram e introduziram novos dispositivos à Lei das Sociedades por Ações, notadamente no capítulo relativo à divulgação e preparação das demonstrações contábeis, que vieram a modificar, entre outros aspectos, os critérios de reconhecimento e de valorização de ativos e passivos.

A citada Lei teve, principalmente, objetivo de atualizar a legislação societária brasileira para possibilitar o processo de convergência das práticas contábeis adotadas no Brasil com aquelas constantes nas Normas Internacionais de Contabilidade (*International Financial Reporting Standards* - IFRS) e permitir que novas normas e procedimentos contábeis sejam expedidos pela CVM, em consonância com os padrões internacionais de contabilidade.

Adicionalmente, em decorrência da promulgação das referidas Lei e Medida Provisória, durante 2008 foram editados pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC diversos pronunciamentos contábeis com aplicação obrigatória para o encerramento das demonstrações contábeis referentes ao exercício findo em 31/12/08.

As demonstrações contábeis para os exercícios findos em 31/12/08 e de 2007 refletem, em todos os aspectos materiais, as modificações propostas pela Lei nº 11.638/07 e pela Medida Provisória nº 449/08. Em conformidade com a Deliberação CVM nº 565/08, que aprovou o Pronunciamento Técnico CPC 13 - Adoção Inicial da Lei nº 11.638/07 e da Medida Provisória nº 449/08, a Companhia optou por registrar as alterações previstas de forma retroativa. Desta forma, as demonstrações contábeis apresentadas para o exercício findo em 31/12/07 foram reclassificadas para facilitar a comparação com as demonstrações contábeis de 2008, estando seus efeitos descritos na NE nº 3. Não foram identificados ajustes que modificassem o resultado e o patrimônio líquido apresentado em 31/12/07.

A seguir apresentamos o sumário da avaliação realizada pela Administração sobre os novos dispositivos contábeis:

| Mudanças Introduzidas | Impactos na Companhia |
|---|--|
| <p>Obrigatoriedade do registro no ativo imobilizado dos direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades da Companhia, inclusive os decorrentes de operações que transfiram à Companhia os benefícios, os riscos e o controle dos bens (exemplo: leasing financeiro – CPC 06).</p> | <p>Os contratos de arrendamento mercantil da Companhia se caracterizam como arrendamento mercantil operacional.</p> |
| <p>Obrigatoriedade da Companhia analisar, periodicamente, a capacidade de recuperação dos valores registrados no ativo imobilizado, intangível e diferido, com o objetivo de assegurar que:</p> <p>(i) a perda por não-recuperação desses ativos é registrada como resultado de decisões para descontinuar as atividades relativas a referidos ativos ou quando há evidência de que os resultados das operações não serão suficientes para assegurar a realização de referidos ativos; e</p> <p>(ii) o critério utilizado para determinar a estimativa de vida útil remanescente de tais ativos com o objetivo de registrar a depreciação, amortização e exaustão é revisado e ajustado (CPC 01).</p> | <p>A Companhia já adota esta prática. A maioria dos bens integrantes do ativo imobilizado da Companhia são vinculados à concessão. De acordo com os contratos de concessão, assinados na condição de concessionária de serviço público, caso exista valor residual desses bens, estes tem garantia de indenização na entrega da concessão. Esse fato reduz significativamente o risco de impacto sobre as demonstrações contábeis relativo à recuperação dos ativos.</p> |

| | |
|---|---|
| <p>Requerimentos de que as aplicações em instrumentos financeiros, inclusive derivativos, sejam registradas:</p> <p>(i) pelo seu valor de mercado ou valor equivalente, quando se tratar de aplicações destinadas à negociação ou disponíveis para venda; e</p> <p>(ii) pelo valor de custo de aquisição ou valor de emissão, atualizado conforme disposições legais ou contratuais, ajustado ao valor provável de realização, quando este for inferior (CPC 14).</p> | <p>A Companhia realizou a classificação de suas aplicações financeiras e seus recursos e concluiu que todos seus instrumentos financeiros relativos à aplicações financeiras são destinados à negociação.</p> |
| <p>Eliminação do grupo Resultado não Operacional</p> | <p>Devido a eliminação do grupo Resultado não Operacional, promovida pela Medida Provisória nº 449/08, a Companhia passou a demonstrar os valores classificados anteriormente nesta rubrica como outras receitas (despesas) operacionais, líquidas, assim como sua divulgação em nota explicativa (NE nº 3)</p> |

a) Regime Tributário Transitório - RTT

Os valores apresentados nas demonstrações contábeis de 31/12/08 consideram a adoção ao Regime Tributário Transitório - RTT, conforme facultado pela MP nº 449/08, que tem por objetivo manter a neutralidade fiscal das alterações na legislação societária brasileira, introduzidas pela Lei nº 11.638/07 e pela MP nº 449/08. A opção em definitivo ao RTT será manifestada somente quando da entrega da Declaração de Informações Econômico-fiscal da Pessoa Jurídica - DIPJ.

5 PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a) Práticas Contábeis Gerais

1) Caixa e equivalentes de caixa

Incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários e investimentos temporários de curto prazo de liquidez imediata. Os investimentos temporários de curto prazo estão registrados por seus valores justos na data do balanço (NE nº 6).

2) Consumidores e revendedores

Englobam o fornecimento e o suprimento de energia faturada, e a estimativa de energia fornecida não faturada até o encerramento do balanço, contabilizados com base no regime de competência (NE nº 7).

3) Materiais em estoque (inclusive do ativo imobilizado)

Os materiais no almoxarifado, classificados no ativo circulante, estão registrados pelo custo médio de aquisição e aqueles destinados a investimentos, classificados no ativo imobilizado, pelo custo de aquisição (os bens de massa, como postes e cabos elétricos, são registrados pelo custo médio). Os valores contabilizados não excedem seus custos de reposição ou valores de realização.

4) Avaliação do valor de recuperação dos ativos

Os bens do imobilizado e intangível são avaliados anualmente para identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou, ainda, sempre que eventos ou alterações significativas nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando houver perda, decorrente das situações em que o valor contábil do ativo ultrapasse seu valor recuperável, definido pelo maior valor entre o valor em uso do ativo e o valor de preço líquido de venda do ativo, esta é reconhecida no resultado do exercício.

5) Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos são atualizados pelas variações monetárias e cambiais incorridas até a data do balanço, incluindo juros e demais encargos previstos contratualmente, pelo custo amortizado (NE nº 19).

6) Impostos e contribuições

As receitas de vendas e de serviços estão sujeitas a tributação pelo Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços – ICMS e Imposto sobre Serviços – ISS às alíquotas vigentes, assim como a tributação pelo Programa de Integração Social – PIS, Contribuição para Financiamento da Seguridade Social – Cofins e Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público – Pasep.

Os créditos decorrentes da não cumulatividade do PIS/Pasep e da Cofins são apresentados deduzidos do custo das mercadorias vendidas na demonstração do resultado.

As antecipações ou valores passíveis de compensação são demonstrados no ativo circulante ou não circulante, de acordo com a previsão de sua realização.

A tributação sobre o lucro compreende o imposto de renda e a contribuição social que são calculados com base nos resultados tributáveis (lucro ajustado), às alíquotas aplicáveis segundo a

legislação vigente, sendo: 15%, acrescido de 10% sobre o que exceder a R\$ 240 anuais para o imposto de renda, e 9% para a contribuição social. Portanto, as adições ao lucro contábil de despesas, temporariamente não dedutíveis, ou exclusões de receitas, temporariamente não tributáveis, consideradas para apuração do lucro tributável corrente geram créditos ou débitos tributários diferidos.

Os créditos tributários diferidos decorrentes de prejuízo fiscal ou base negativa da contribuição social são reconhecidos somente na possibilidade de existir base tributável positiva que possa ser utilizada. O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos foram mensurados a partir dos prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias, aplicando-se as alíquotas vigentes dos citados tributos, e consideram a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, descontados a valor presente, fundamentada em estudo técnico de viabilidade, aprovado pelo Conselho Fiscal.

7) Planos previdenciário e assistencial

Os custos associados aos planos previdenciário e assistencial com a Fundação Copel são reconhecidos em conformidade com a Deliberação CVM nº 371, de 13/12/00 (NE nº 22).

8) Provisões para contingências

Estão registradas até a data do balanço pelo montante provável de perda, observada a natureza de cada contingência. Os fundamentos e a natureza das provisões estão descritos na NE nº 26.

9) Outros direitos e obrigações

Demais ativos e passivos, quando legal ou contratualmente exigidos, estão atualizados até a data do balanço.

10) Uso de estimativas

A preparação de demonstrações contábeis, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, requer que a Administração da Companhia faça estimativas e adote premissas que, de fato, afetem os valores reportados de ativos e passivos, a divulgação de ativos e passivos contingentes na data do balanço patrimonial e os valores reportados de receitas e despesas. Os resultados concretos desses fatos podem divergir dessas estimativas. As principais estimativas relacionadas às demonstrações contábeis referem-se ao registro dos efeitos decorrentes da provisão para créditos de liquidação duvidosa, vida útil do imobilizado, redução do valor recuperável de ativos não circulantes, provisão para contingências, imposto de renda, premissas de plano de aposentadoria e benefícios pós-emprego, fornecimento de energia não faturada e transações envolvendo a compra e venda de energia na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE, das quais o faturamento e liquidação final estão sujeitos a revisão dos seus participantes.

11) Apuração do resultado

As receitas, custos e despesas são reconhecidos pelo regime de competência, ou seja, quando os produtos são entregues e os serviços efetivamente prestados, independentemente de recebimento ou pagamento.

As receitas de vendas de produtos são reconhecidas quando: **(i)** o valor das vendas é mensurável de forma confiável; **(ii)** os custos incorridos ou que serão incorridos em respeito à transação podem ser mensurados de maneira confiável; **(iii)** é provável que os benefícios econômicos sejam recebidos pela Companhia; e **(iv)** os riscos e benefícios tenham sido integralmente transferidos ao comprador.

A receita financeira é reconhecida em base *pro rata dia* com base no método da taxa de juros efetiva ou, quando aplicável, pelas variações de mercado dos instrumentos financeiros correspondentes.

12) Lucro líquido por ação

O lucro líquido por ação é determinado com base na quantidade de ações do capital social integralizado em circulação na data do balanço (NE nº 27).

b) Práticas Contábeis Regulatorias – Específicas do Setor Elétrico

1) Diferimentos de custos de distribuição

O mecanismo de determinação das tarifas no Brasil garante a recuperação de determinados custos da Copel Distribuição relacionados à compra de energia e encargos regulatórios através de repasse anual. Seguindo orientação da Aneel, a Copel Distribuição contabiliza as variações destes custos como ativos e passivos regulatórios diferidos, quando existe uma expectativa provável de que a receita futura, equivalente aos custos incorridos, será faturada e cobrada, como resultado direto do repasse dos custos em uma tarifa ajustada de acordo com a fórmula paramétrica definida no contrato de concessão. O ativo e passivo regulatório diferidos serão realizados quando o poder concedente autorizar o repasse na base tarifária da Copel Distribuição, ajustada anualmente na data de aniversário do seu contrato de concessão.

2) Provisão para créditos de liquidação duvidosa - PCLD

A PCLD está reconhecida em valor considerado suficiente pela Administração para cobrir as perdas na realização de contas a receber de consumidores e de títulos a receber, cuja recuperação é considerada improvável.

É constituída com base nos valores a receber dos consumidores da classe residencial vencidos há mais de 90 dias, da classe comercial vencidos há mais de 180 dias e das classes industrial, rural, poderes públicos, iluminação pública e serviços públicos vencidos há mais de 360 dias, conforme

definido no Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica. Engloba os recebíveis faturados, até o encerramento do balanço, contabilizados com base no regime de competência (NE nº 8).

3) Imobilizado

Registrado ao custo de aquisição ou construção. A depreciação é calculada pelo método linear, tomando-se por base os saldos contábeis registrados nas respectivas Unidades de Cadastro conforme determina a portaria DNAEE nº 815, de 30/11/94, complementada pela Resolução Aneel nº 15, de 24/12/97. As taxas anuais de depreciação estão determinadas nas tabelas anexas à Resolução Normativa Aneel nº 240, de 05/12/06, apresentadas na NE nº 17.

4) Imobilizado em curso

Os gastos de administração central são apropriados, mensalmente, às imobilizações em bases proporcionais. A alocação dos dispêndios diretos com pessoal mais serviços de terceiros é prevista no Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica. Estes custos são recuperados através do mecanismo de tarifas.

Os encargos financeiros, juros e atualizações monetárias incorridos, relativos a financiamentos obtidos de terceiros vinculados ao imobilizado em andamento, são apropriados às imobilizações em curso durante o período de construção (NE nº 17).

5) Obrigações especiais

Em atendimento à Instrução Contábil nº 6.3.23 do Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica, as obrigações especiais vinculadas à concessão, correspondentes às contribuições recebidas dos governos (federal, estadual ou municipal), bem como dos consumidores em geral para investimentos realizados em instalações do sistema elétrico, são registradas nos livros em subgrupo específico do passivo exigível a longo prazo e apresentadas como conta redutora do ativo imobilizado. A amortização é calculada utilizando-se a mesma taxa média da depreciação dos ativos correspondentes (NE nº 17).

6) Intangível

Registrado ao custo de aquisição ou desenvolvimento. A amortização, quando for o caso, é calculada pelo método linear (NE nº 18).

7) Receita não faturada

Corresponde à receita de fornecimento de energia elétrica, entregue e não faturada ao consumidor, e à receita de utilização da rede de distribuição não faturada, calculadas em base estimada, referente ao período após a medição mensal e até o último dia do mês.

8) Operações de Compra e Venda de Energia Elétrica na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE

Os registros das operações de compra e venda de energia na CCEE são reconhecidos pelo regime de competência de acordo com informações divulgadas por aquela entidade ou por estimativa preparada pela administração da Companhia, quando essas informações não estão disponíveis tempestivamente (NE nº 32).

9) Programas de Eficientização Energética – PEE e Pesquisa e Desenvolvimento - P&D

São programas de investimentos em pesquisa e desenvolvimento e em eficiência energética exigidos pela Aneel para os quais as concessionárias de energia elétrica estão obrigadas a destinar 1% de sua receita operacional líquida.

A destinação dos recursos está dividida em aplicação em projetos homologados pela Aneel e em recolhimentos ao Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT e ao Ministério de Minas e Energia - MME (NE nº 24).

10) Questões Ambientais

Os ativos ambientais são capitalizados quando a alocação dos gastos realizados a determinados ativos imobilizados estiverem de acordo com as normas previstas no Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica, na Comissão de Valores Mobiliários - CVM e no Conselho Federal de Contabilidade - CFC. Os gastos não alocáveis aos ativos imobilizados serão reconhecidos diretamente no resultado do exercício.

As obrigações ambientais são reconhecidas no passivo quando suas ocorrências forem prováveis e que possam ser razoavelmente estimadas.

6 CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

| | | | | 2008 | 2007 |
|-------------------------------|--------------------------|-------------------|--------------------|----------------|----------------|
| Caixa e bancos | | | | 77.330 | 84.825 |
| Aplicações financeiras | Tipo de Aplicação | Vencimento | Remuneração | | |
| Banco do Brasil | CDB | 27/03/09 | 100,10% CDI | - | 9.785 |
| Banco do Brasil | CDB | 24/09/09 | 100,10% CDI | - | 2.483 |
| Banco do Brasil | CDB | 25/09/09 | 100,10% CDI | - | 20.540 |
| Banco do Brasil | CDB | 28/09/09 | 100,10% CDI | - | 5.133 |
| Banco do Brasil | CDB | 22/10/09 | 100,10% CDI | - | 27.524 |
| Banco do Brasil | CDB | 23/10/09 | 100,10% CDI | - | 37.703 |
| Banco do Brasil | CDB | 25/11/09 | 100,10% CDI | - | 35.336 |
| Banco do Brasil | CDB | 27/11/09 | 100,10% CDI | - | 35.323 |
| Banco do Brasil | CDB | 16/10/09 | 100,05% CDI | - | 10.208 |
| Banco do Brasil | CDB | 16/10/09 | 100,05% CDI | - | 18.362 |
| Banco do Brasil | CDB | 12/11/09 | 100,05% CDI | - | 17.227 |
| Banco do Brasil | CDB | 29/06/10 | 102,00% CDI | 11.734 | - |
| Banco do Brasil | CDB | 10/08/09 | 102,20% CDI | 68.358 | - |
| Banco do Brasil | CDB | 24/08/09 | 102,20% CDI | 29.302 | - |
| Banco do Brasil | CDB | 28/08/09 | 102,20% CDI | 20.889 | - |
| Banco do Brasil | CDB | 11/09/09 | 102,20% CDI | 42.610 | - |
| Caixa Econômica Federal | CDB | 25/11/09 | 100,05% CDI | - | 10.100 |
| Caixa Econômica Federal | CDB Selic | 17/04/08 | 99,6% Selic | - | - |
| Caixa Econômica Federal | CDB DI | 14/08/08 | 99,5% CDI | - | - |
| Caixa Econômica Federal | CDB Selic | 18/11/08 | 99,5% Selic | - | - |
| Caixa Econômica Federal | CDB Selic | 08/12/08 | 99,5% Selic | - | - |
| Caixa Econômica Federal | CDB Selic | 15/12/08 | 99,5% Selic | - | - |
| Caixa Econômica Federal | CDB Selic | 17/12/08 | 99,5% Selic | - | - |
| Caixa Econômica Federal | CDB Selic | 17/12/08 | 99,5% Selic | - | - |
| Caixa Econômica Federal | CDB Selic | 17/12/08 | 99,5% Selic | - | - |
| Caixa Econômica Federal | CDB Flex | 12/02/10 | 99% CDI | 709 | - |
| Caixa Econômica Federal | Op. Compromissada | 24/11/10 | 99,5% Selic | 10.115 | - |
| Caixa Econômica Federal | Op. Compromissada | 07/12/10 | 99,5% Selic | 12.064 | - |
| Caixa Econômica Federal | Op. Compromissada | 08/12/10 | 99,5% Selic | 31.144 | - |
| Caixa Econômica Federal | Op. Compromissada | 21/12/10 | 99,5% Selic | 50.031 | - |
| | | | | 276.956 | 229.724 |
| | | | | 354.286 | 314.549 |

As aplicações financeiras da Companhia, em sua maioria, foram realizadas em instituições financeiras oficiais, prevalecendo os papéis de renda fixa lastreados em títulos públicos federais, com remuneração média de 100% do Certificado de Depósito Interbancário – CDI, que apresentou a taxa média anual em 2008 de 12,28% e em 2007 de 11,92%. Estas aplicações estão registradas ao valor justo e podem ser resgatadas a qualquer momento, sem perda de rendimentos, mesma prática adotada em 2007.

7 CONSUMIDORES E REVENDEDORES

| | Saldos vincendos | Vencidos até 90 dias | Vencidos há mais 90 dias | 2008 | Total 2007 |
|---|----------------------------|-------------------------|-----------------------------|----------------|------------------|
| Consumidores | | | | | |
| Residencial | 89.831 | 71.497 | 2.861 | 164.189 | 157.698 |
| Industrial | 87.106 | 19.389 | 34.593 | 141.088 | 151.424 |
| Comercial | 64.262 | 22.489 | 7.366 | 94.117 | 93.574 |
| Rural | 13.010 | 5.375 | 190 | 18.575 | 18.271 |
| Poder público | 15.393 | 8.288 | 1.267 | 24.948 | 27.161 |
| Iluminação pública | 12.185 | 1.888 | 268 | 14.341 | 12.174 |
| Serviço público | 11.209 | 660 | 417 | 12.286 | 12.568 |
| Não faturados | 151.659 | - | - | 151.659 | 143.921 |
| Parcelamento de débitos | 77.295 | 3.883 | 9.002 | 90.180 | 95.338 |
| Parcelamento de débitos - NC | 78.123 | - | - | 78.123 | 118.032 |
| Tarifa social baixa renda (a) | 28.800 | - | - | 28.800 | 99.417 |
| Encargos moratórios s/ faturas de energia | 3.638 | 3.445 | 2.018 | 9.101 | 13.230 |
| Governo do Paraná - luz fraterna | 2.996 | 4.504 | - | 7.500 | 9.785 |
| Redução tarifa uso do sistema distribuição (b) | 2.635 | - | - | 2.635 | 2.969 |
| Redução tarifa uso do sistema distribuição - NC (b) | - | - | - | - | 1.779 |
| Redução tarifa irrigação e aquicultura (c) | 95 | - | - | 95 | - |
| Redução tarifa irrigação e aquicultura - NC (c) | 95 | - | - | 95 | - |
| Outros créditos | 11.673 | 1.712 | 1.230 | 14.615 | 18.560 |
| Outros créditos - NC | 3.637 | - | - | 3.637 | 55 |
| | 653.642 | 143.130 | 59.212 | 855.984 | 975.956 |
| Revendedores | | | | | |
| Suprimento de energia elétrica | | | | | |
| Suprimento - CCEE (NE nº 32) | 14 | - | - | 14 | 4.743 |
| Contratos bilaterais | 1.164 | - | - | 1.164 | 1.151 |
| Contratos com pequenas concessionárias | 14.173 | - | - | 14.173 | 6.521 |
| Suprimento curto prazo | - | - | 25 | 25 | 25 |
| | 15.351 | - | 25 | 15.376 | 12.440 |
| Encargos de uso da rede elétrica | | | | | |
| Rede elétrica | 14.076 | 976 | 2.338 | 17.390 | 17.920 |
| Rede básica | 7.255 | - | - | 7.255 | 14.510 |
| Rede básica - NC | - | - | - | - | 7.255 |
| Rede de conexão | 151 | - | - | 151 | 93 |
| | 21.482 | 976 | 2.338 | 24.796 | 39.778 |
| | 690.475 | 144.106 | 61.575 | 896.156 | 1.028.174 |
| 2008 | Circulante | 608.620 | 144.106 | 61.575 | 814.301 |
| | Não Circulante - NC | 81.855 | - | - | 81.855 |
| 2007 | Circulante | 678.306 | 151.989 | 70.758 | 901.053 |
| | Não Circulante - NC | 127.121 | - | - | 127.121 |

a) Tarifa social baixa renda

A Companhia iniciou, a partir de setembro de 2002, o faturamento do fornecimento de energia elétrica aplicando a tarifa social com base nos novos critérios de enquadramento das unidades consumidoras de baixa renda.

Em 17/12/02, a Lei nº 10.604 modificou a forma de compensação às concessionárias, autorizando a concessão de subvenção econômica, visando contribuir para a modicidade da tarifa social. Essa subvenção tem como fonte de recursos o adicional de dividendos das Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobrás para a União, associado à comercialização de energia elétrica pelas geradoras federais nos leilões de energia, e recursos advindos da Reserva Global de Reversão - RGR.

A Aneel, por meio de suas resoluções, estabeleceu a metodologia para o cálculo de subvenção econômica a ser concedida às concessionárias, para contrabalançar os efeitos da política tarifária aplicável aos consumidores de baixa renda. Em dezembro de 2008, 716.627 consumidores foram beneficiados pela tarifa social, representando 25,76% do total de 2.782.404 consumidores residenciais.

O saldo a receber em 31/12/08 refere-se a parcelas já homologadas por parte da Aneel, aguardando o repasse por parte da Eletrobrás.

b) Redução da Tarifa de Uso dos Sistemas de Distribuição - TUSD

As Resoluções Normativas nºs 77/2004 e 166/2005 configuram o direito da concessionária de distribuição de compensar o valor correspondente à redução percentual da TUSD, no primeiro reajuste ou revisão tarifária após a correspondente apuração. A referida redução é concedida para os geradores incentivados e para os consumidores especiais, quando atendidos por tais geradores.

O valor considerado no reajuste tarifário da Copel Distribuição em junho de 2008 foi R\$ 5.270, do qual, até dezembro de 2008, foram amortizados R\$ 2.635, restando saldo a amortizar nos próximos 6 meses de R\$ 2.635.

c) Redução da tarifa de irrigação e aquicultura

A Resolução Normativa nº 207/2006, que estabelece os procedimentos para aplicação de descontos especiais na tarifa de fornecimento relativa ao consumo de energia elétrica das atividades de irrigação e na aquicultura, dispõe, no artigo 6º, que o valor financeiro resultante dos descontos estabelecidos nesta Resolução configura direito da concessionária a ser compensado no primeiro reajuste ou revisão tarifária após a correspondente apuração.

O valor a ser considerado no reajuste tarifário da Copel Distribuição em junho de 2009 é R\$ 190. A expectativa da Companhia é que os montantes classificados no ativo tenham período de recuperação de até dois anos.

8 PROVISÃO PARA CRÉDITOS DE LIQUIDAÇÃO DUVIDOSA

Após análise das contas a receber vencidas, a Administração da Companhia considerou os seguintes valores como sendo suficientes para cobrir eventuais perdas na realização dos créditos a receber:

| | Saldo Provisão | Adições / (reversões) | Baixas | Saldo Provisão |
|------------------------------------|-------------------|--------------------------|-----------------|-------------------|
| | 2007 | | | 2008 |
| Consumidores e revendedores | | | | |
| Residencial | 16.268 | (623) | (10.101) | 5.544 |
| Industrial | 40.955 | 7.549 | (8.755) | 39.749 |
| Comercial | 8.454 | 3.914 | (3.862) | 8.506 |
| Rural | 38 | 475 | (336) | 177 |
| Poder público | 1.725 | (778) | - | 947 |
| Iluminação pública | 146 | 23 | - | 169 |
| Serviço público | 288 | (288) | - | - |
| | 67.874 | 10.272 | (23.054) | 55.092 |

Os critérios utilizados, além da experiência da administração em relação ao histórico das perdas efetivas, levam em consideração os parâmetros recomendados pela Aneel.

9 REPASSE CRC AO GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ

Mediante contrato firmado em 04/08/94 e termo aditivo de dezembro de 1995, o saldo remanescente da Conta de Resultados a Compensar - CRC foi negociado com o Governo do Estado do Paraná para ser ressarcido em 240 meses, atualizado pela variação do Índice Geral de Preços - Disponibilidade Interna - IGP-DI, e juros de 6,65% a.a. Em 01/10/97, houve renegociação do saldo para pagamento nos 330 meses seguintes pelo sistema *price* de amortização, com vencimento da primeira parcela em 30/10/97 e da última em 30/03/25, mantidas as cláusulas de atualização e juros do contrato original.

Através do quarto termo aditivo assinado em 21/01/05, a Companhia renegociou com o Governo do Estado do Paraná o saldo em 31/12/04 da CRC, no montante de R\$ 1.197.404 (valor original), em 244 prestações recalculadas pelo sistema *price* de amortização, com vencimento da primeira parcela em 30/01/05 e as demais com vencimentos subsequentes e consecutivos.

O Governo do Estado vem cumprindo o pagamento das parcelas renegociadas conforme estabelecido no quarto termo aditivo. As amortizações são garantidas com recursos oriundos de dividendos.

O vencimento das parcelas de longo prazo é a seguinte:

| | 2008 | 2007 |
|-----------|------------------|------------------|
| 2009 | - | 43.203 |
| 2010 | 50.268 | 46.077 |
| 2011 | 53.611 | 49.141 |
| 2012 | 57.176 | 52.409 |
| 2013 | 60.979 | 55.895 |
| 2014 | 65.034 | 59.612 |
| 2015 | 69.359 | 63.576 |
| 2016 | 73.972 | 67.805 |
| 2017 | 78.892 | 72.314 |
| 2018 | 84.138 | 77.123 |
| 2019 | 89.734 | 82.252 |
| 2020 | 95.702 | 87.722 |
| 2021 | 102.066 | 93.556 |
| após 2021 | 391.839 | 359.168 |
| | 1.272.770 | 1.209.853 |

A mutação da conta Repasse CRC ao Governo do Estado do Paraná é a seguinte:

| Saldos | Ativo circulante | Ativo não circulante | Total |
|--------------------|---------------------|-------------------------|------------------|
| Em 2006 | 35.205 | 1.158.898 | 1.194.103 |
| Encargos | 76.062 | - | 76.062 |
| Variação monetária | 1.867 | 89.597 | 91.464 |
| Transferências | 38.642 | (38.642) | - |
| Amortizações | (111.267) | - | (111.267) |
| Em 2007 | 40.509 | 1.209.853 | 1.250.362 |
| Encargos | 79.539 | - | 79.539 |
| Variação monetária | 1.286 | 108.764 | 110.050 |
| Transferências | 45.847 | (45.847) | - |
| Amortizações | (120.048) | - | (120.048) |
| Em 2008 | 47.133 | 1.272.770 | 1.319.903 |

10 IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS

| | 2008 | 2007 |
|--|----------------|----------------|
| Ativo circulante | | |
| IRPJ/CSLL diferidos (a) | 32.701 | 96.109 |
| IRPJ/CSLL a compensar (b) | 85.772 | 53.209 |
| ICMS a recuperar | 22.926 | 18.075 |
| | 141.399 | 167.393 |
| Ativo não circulante | | |
| IRPJ/CSLL diferidos (a) | 189.490 | 180.405 |
| ICMS a recuperar | 52.497 | 38.800 |
| | 241.987 | 219.205 |
| Passivo circulante | | |
| IRPJ/CSLL diferidos (a) | 48.578 | 24.558 |
| ICMS a recolher | 126.875 | 121.287 |
| PIS/Pasep e Cofins a recolher | 16.336 | 16.599 |
| IRRF sobre juros sobre capital próprio | 10.734 | 5.845 |
| Outros tributos | 3.772 | 2.928 |
| | 206.295 | 171.217 |
| Passivo não circulante | | |
| IRPJ/CSLL diferidos (a) | 20.869 | 12.043 |
| | 20.869 | 12.043 |

a) Imposto de renda e contribuição social diferidos

A Companhia contabiliza imposto de renda diferido, calculado à alíquota de 15% mais o adicional de 10%, e contribuição social diferida, calculada à alíquota de 9%.

Os tributos sobre os planos previdenciário e assistencial estão sendo realizados de acordo com a avaliação atuarial preparada anualmente por atuário independente, em conformidade com as regras estabelecidas pela deliberação CVM nº 371/2000. Os tributos diferidos sobre as demais provisões serão realizados em função das decisões judiciais e das realizações dos ativos regulatórios.

Pela legislação tributária em vigor, o prejuízo fiscal e a base negativa de contribuição social são compensáveis com lucros futuros, até o limite de 30% do lucro tributável, não estando sujeitos a prazo prescricional.

Os créditos fiscais estão contabilizados conforme demonstração a seguir:

| | 2008 | 2007 |
|---|----------------|----------------|
| Ativo circulante | | |
| Planos previdenciário e assistencial | 3.022 | 19.859 |
| CVA passiva | 9.631 | 48.768 |
| Adições temporárias | 20.048 | 27.482 |
| | 32.701 | 96.109 |
| Ativo não circulante | | |
| Planos previdenciário e assistencial | 94.522 | 87.783 |
| Prejuízo fiscal e base de cálculo negativa | 7.310 | 9.248 |
| Adições temporárias: | | |
| Provisões para contingências | 66.147 | 51.539 |
| Provisão para créditos de liquidação duvidosa | 19.044 | 23.788 |
| Provisão para passivo regulatório | 2.467 | 4.933 |
| Provisão para efeitos de encargos da rede | - | 3.114 |
| | 189.490 | 180.405 |
| (-) Passivo circulante | | |
| CVA ativa | 34.438 | 19.654 |
| Energia excedente | 928 | 1.009 |
| Exclusões temporárias | 13.212 | 3.895 |
| | 48.578 | 24.558 |
| (-) Passivo não circulante | | |
| Exclusões temporárias | | |
| CVA ativa | 17.068 | 7.542 |
| Tusd, aquicultura e irrigantes | 32 | 605 |
| Ativo regulatório | 3.769 | 3.896 |
| | 20.869 | 12.043 |
| | 152.744 | 239.913 |

O estudo técnico elaborado pela Diretoria de Finanças, Relações com Investidores e de Controle de Participações, referente à projeção futura de lucratividade, descontada a valor presente, no qual se evidencia a realização dos impostos diferidos, com base em estimativas de lucros tributáveis futuros, está apresentado a seguir:

| | Parcela estimada de realização | Parcela efetiva de realização | Parcela estimada de realização |
|-------------|--------------------------------------|-------------------------------------|--------------------------------------|
| 2008 | 65.531 | 54.317 | |
| 2009 | - | - | 21.352 |
| 2010 | - | - | 15.208 |
| 2011 | - | - | 16.032 |
| 2012 | - | - | 16.071 |
| 2013 | - | - | 16.303 |
| 2014 a 2016 | - | - | 35.642 |
| até 2018 | - | - | 32.136 |
| | 65.531 | 54.317 | 152.744 |

As projeções de resultado futuro foram objeto de avaliação da Administração quando da aprovação das demonstrações contábeis relativas ao exercício de 2008.

b) Imposto de renda e contribuição social a compensar

Os valores registrados como Imposto de Renda Pessoa Jurídica – IRPJ e Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido – CSLL a compensar referem-se a créditos da Declaração do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica – DIPJ e de valores retidos na fonte.

c) Conciliação da provisão para imposto de renda e contribuição social

A conciliação da provisão para o IRPJ e da CSLL, calculados pela alíquota fiscal, com os valores apresentados na demonstração do resultado é a seguinte:

| | 2008 | 2007 |
|-----------------------------------|------------------|------------------|
| Lucro antes do IRPJ e CSLL | 732.026 | 820.609 |
| IRPJ e CSLL (34%) | (248.889) | (279.007) |
| Efeitos fiscais sobre: | | |
| Juros sobre o capital próprio | 56.440 | 37.643 |
| Incentivos fiscais | 1.833 | 2.711 |
| Despesas indedutíveis | (798) | - |
| Outros | 3.762 | (496) |
| IRPJ e CSLL correntes | (100.483) | (246.293) |
| IRPJ e CSLL diferidos | (87.169) | 7.144 |

11 CONTA DE COMPENSAÇÃO DA “PARCELA A”

Na Conta de Compensação de Variação de Valores de Itens da “Parcela A” – CVA são registradas as variações ocorridas entre os valores homologados por ocasião dos reajustes tarifários e os valores efetivamente desembolsados ao longo do período tarifário, dos seguintes componentes de custo da “Parcela A”: Compra de Energia Elétrica (Bilaterais, Itaipu e Leilões), Custo com

Transporte de Energia Elétrica (Transporte de Itaipu e Rede Básica) e Encargos Setoriais (Conta de Consumo de Combustíveis – CCC; Conta de Desenvolvimento Energético – CDE; Encargos de Serviços do Sistema – ESS e Programa de Incentivo a Fontes Alternativas de Energia – Proinfa).

A Aneel autorizou a Copel Distribuição, por meio da Resolução Homologatória n° 663, de 23/06/08, a aplicar em suas tarifas de fornecimento, a partir de 24/06/08, reajuste médio negativo de -3,35%, resultado este de caráter provisório. Deste percentual, -7,17% referem-se ao índice de reposicionamento tarifário e 3,82% relativos aos componentes financeiros externos à revisão tarifária. A CVA faz parte deste último grupo, representando o total de R\$ 74.441, sendo formada por 2 parcelas: a CVA em processamento, relativa ao ano tarifário 2007-2008 no valor de R\$ 50.103 e o saldo a compensar da CVA do período anterior no valor de R\$ 24.337.

A expectativa da Companhia é que os montantes classificados no ativo não circulante tenham período de recuperação de até dois anos.

a) Composição dos saldos da CVA:

| | Ativo circulante | | Ativo não circulante | |
|---|------------------|---------------|----------------------|---------------|
| | 2008 | 2007 | 2008 | 2007 |
| CVA recuperável reajuste tarifário 2007 | | | | |
| CCC | - | 1.869 | - | - |
| Energia elétrica comprada p/revenda (Itaipu) | - | 22.289 | - | - |
| ESS | - | 7.082 | - | - |
| CDE | - | 6.125 | - | - |
| Proinfa | - | 4.560 | - | - |
| Transporte de energia comprada (Itaipu) | - | 211 | - | - |
| | - | 42.136 | - | - |
| CVA recuperável reajuste tarifário 2008 | | | | |
| CCC | 17.966 | 5.659 | - | 5.659 |
| Encargos uso sist. transmissão (rede básica) | 15.908 | 4.074 | - | 4.074 |
| Energia elétrica comprada p/revenda (Itaipu) | 11.611 | 12.309 | - | 12.309 |
| ESS | 9.133 | 372 | - | 372 |
| CDE | 169 | 1.922 | - | 1.922 |
| Proinfa | 2.817 | 1.105 | - | 1.105 |
| Transporte de energia comprada (Itaipu) | - | 37 | - | 37 |
| | 57.604 | 25.478 | - | 25.478 |
| CVA recuperável reajuste tarifário 2009 | | | | |
| CCC | 8.512 | - | 8.512 | - |
| Encargos uso sist. transmissão (rede básica) | 12.412 | - | 12.412 | - |
| Energia elétrica comprada p/revenda (Itaipu) | 16.588 | - | 16.588 | - |
| ESS | 13.121 | - | 13.121 | - |
| CDE | 204 | - | 204 | - |
| Energia elétrica comprada p/revenda (CVA Energ) | 1.881 | - | 1.881 | - |
| Transporte de energia comprada (Itaipu) | 776 | - | 776 | - |
| | 53.494 | - | 53.494 | - |
| | 111.098 | 67.614 | 53.494 | 25.478 |

| | Passivo circulante | | Passivo não circulante | |
|--|--------------------|----------------|------------------------|---------------|
| | 2008 | 2007 | 2008 | 2007 |
| CVA compensável reajuste tarifário 2007 | | | | |
| CCC | - | 34.146 | - | - |
| Encargos uso sist. transmissão (rede básica) | - | 31.803 | - | - |
| Energia elétrica comprada p/ revenda (CVA Energ) | - | 54.155 | - | - |
| Transporte de energia comprada (Itaipu) | - | 1.002 | - | - |
| | - | 121.106 | - | - |
| CVA compensável reajuste tarifário 2008 | | | | |
| CCC | - | 855 | - | 855 |
| Encargos uso sist. transmissão (rede básica) | - | 1.186 | - | 1.186 |
| ESS | - | 3.722 | - | 3.722 |
| Energia elétrica comprada p/ revenda (CVA Energ) | 25.727 | 16.511 | - | 16.511 |
| Transporte de energia comprada (Itaipu) | 227 | 56 | - | 56 |
| | 25.954 | 22.330 | - | 22.330 |
| CVA compensável reajuste tarifário 2009 | | | | |
| Proinfa | 2.373 | - | 2.373 | - |
| | 2.373 | - | 2.373 | - |
| | 28.327 | 143.436 | 2.373 | 22.330 |

b) Mutações da CVA:

| | Saldo | Diferim. | Amortiz. | Atualiz. | Transf. | Saldo |
|--|----------------|----------------|------------------|---------------|-----------------|----------------|
| | 2007 | | | | | 2008 |
| Ativo | | | | | | |
| CCC | 13.187 | 39.939 | (20.258) | 2.122 | - | 34.990 |
| Encargos uso sist. transm. (rede básica) | 8.148 | 46.740 | (16.614) | 2.458 | - | 40.732 |
| Energia elétrica comp. p/ revenda (Itaipu) | 46.907 | 30.768 | (35.697) | 2.809 | - | 44.787 |
| ESS | 7.826 | 41.988 | (17.310) | 2.871 | - | 35.375 |
| CDE | 9.969 | (3.282) | (6.710) | 600 | - | 577 |
| Proinfa | 6.770 | 3.165 | (7.851) | 733 | - | 2.817 |
| Energia elétrica comp. p/ rev. (CVA Energ) | - | 4.090 | - | (328) | - | 3.762 |
| Transporte de energia comprada (Itaipu) | 285 | 1.443 | (211) | 35 | - | 1.552 |
| | 93.092 | 164.851 | (104.651) | 11.300 | - | 164.592 |
| Circulante | 67.614 | 77.532 | (104.651) | 8.089 | 62.514 | 111.098 |
| Não Circulante - NC | 25.478 | 87.319 | - | 3.211 | (62.514) | 53.494 |
| Passivo | | | | | | |
| CCC | 35.856 | (1.710) | (36.119) | 1.973 | - | - |
| Encargos uso sist. transm. (rede básica) | 34.175 | (2.372) | (32.579) | 776 | - | - |
| ESS | 7.444 | (7.194) | - | (250) | - | - |
| Proinfa | - | 4.712 | - | 34 | - | 4.746 |
| Energia elétrica comp. p/ rev. (CVA Energ) | 87.177 | 15.153 | (83.054) | 6.451 | - | 25.727 |
| Transporte de energia comprada (Itaipu) | 1.114 | 258 | (1.320) | 175 | - | 227 |
| | 165.766 | 8.847 | (153.072) | 9.159 | - | 30.700 |
| Circulante | 143.436 | 562 | (153.072) | 8.690 | 28.711 | 28.327 |
| Não Circulante - NC | 22.330 | 8.285 | - | 469 | (28.711) | 2.373 |

12 OUTROS ATIVOS E PASSIVOS REGULATÓRIOS

| | Ativo | | | Passivo | | |
|--|---------------|----------------|---------------|---------------|----------------|---------------|
| | circulante | não circulante | total | circulante | não circulante | total |
| | | | | | | 2008 |
| Parcela de ajuste - encargos transmissão (a) | 11.458 | 6.088 | 17.546 | 14.510 | 7.255 | 21.765 |
| Exposição involuntária - contrato Cien (b) | 20.053 | 4.997 | 25.050 | - | - | - |
| Outros | - | - | - | 2 | 2 | 4 |
| | 31.511 | 11.085 | 42.596 | 14.512 | 7.257 | 21.769 |

| | Ativo | | | Passivo | | |
|--|---------------|----------------|---------------|---------------|----------------|---------------|
| | circulante | não circulante | total | circulante | não circulante | total |
| | | | | | | 2007 |
| Parcela de ajuste - encargos transmissão (a) | 17.186 | 5.729 | 22.915 | 21.765 | 7.255 | 29.020 |
| | 17.186 | 5.729 | 22.915 | 21.765 | 7.255 | 29.020 |

a) Parcela de ajuste - encargos de transmissão

Consta dos contratos de concessão, celebrados pelas concessionárias de transmissão, cláusula que estabelece 01/07/05 como a data da primeira revisão tarifária periódica das receitas anuais permitidas. O processo de revisão tarifária foi concluído efetivamente, tendo seus resultados homologados em 01/07/07, sendo os efeitos retroativos a 01/07/05. Desta forma, foi necessário calcular a diferença retroativa ao período de 2005 a 2007, que foi tratada como “parcela de ajuste - revisão”.

Esta diferença apropriada pelas transmissoras, está sendo compensada em 24 meses, com início em julho de 2007.

A Aneel calculou a diferença de “parcela de ajuste da revisão fronteira” para todas as distribuidoras, resultando no saldo de R\$ 22.915, a ser pago pela Copel Distribuição à Copel Transmissão. Já em relação à “parcela de ajuste da revisão da rede básica”, a aplicação dos percentuais de participação da Copel Distribuição sobre o total da parcela de ajuste, resultou no valor de R\$ 29.020 a ser recebido das demais transmissoras que passaram pelo processo de revisão tarifária.

Destes valores que estão sendo liquidados financeiramente com as transmissoras, R\$ 10.739, referentes à “parcela de ajuste da revisão fronteira”, e R\$ 14.511, referentes à “parcela de ajuste da revisão da rede básica”, foram considerados no reajuste tarifário da Copel Distribuição em junho de 2008, e o restante será considerado no reajuste de junho de 2009. A expectativa da Companhia é que os montantes classificados no longo prazo tenham período de recuperação de até dois anos.

b) Exposição involuntária – contrato Cien

O valor de R\$ 30.112 refere-se ao adiantamento para cobertura da exposição involuntária ao mercado de curto prazo, nos meses de janeiro a abril de 2008, em função da rescisão do contrato de suprimento da Copel Distribuição com a Companhia de Interconexão Energética - Cien, autorizado pela Portaria MME nº 294/2006. Este valor foi considerado provisoriamente no reajuste tarifário da Copel Distribuição em junho de 2008, do qual, até dezembro de 2008, foram amortizados R\$ 15.056, restando saldo a amortizar nos próximos 6 meses de R\$ 15.056. As diferenças, decorrentes da revisão dos valores adiantados, totalizam R\$ 9.994, a ser considerado no reajuste tarifário de 2009.

13 CAUÇÕES E DEPÓSITOS VINCULADOS

| | 2008 | 2007 |
|--|---------------|---------------|
| Ativo circulante | | |
| Depósitos em garantia | 37.208 | 24.244 |
| | 37.208 | 24.244 |
| Ativo não circulante | | |
| Caução do contrato da STN (NE nº 19.a) | 37.868 | 22.423 |
| | 37.868 | 22.423 |

Os depósitos em garantia atendem as exigências da CCEE e estão vinculados às operações realizadas nos leilões de energia, nas liquidações da própria CCEE e nos leilões realizados pela Aneel.

14 ESTOQUES

| | 2008 | 2007 |
|--|----------------|----------------|
| Materiais para Manutenção | | |
| Almoxarifado | 37.488 | 36.292 |
| Destinados a alienação | 10.603 | 8.296 |
| Emprestados | 59 | 85 |
| | 48.150 | 44.673 |
| Materiais para Investimento - Imobilizado | 100.094 | 99.697 |
| | 148.244 | 144.370 |

15 OUTROS CRÉDITOS

| | 2008 | 2007 |
|--|---------------|---------------|
| Ativo circulante | | |
| Adiantamento a empregados | 5.558 | 5.418 |
| Desativações em curso | 4.224 | 1.885 |
| Pagamentos antecipados | 2.971 | 6.016 |
| Empréstimos compulsórios | 1.806 | 837 |
| Adiantamento a fornecedores | 1.059 | 13.673 |
| Salários de empregados cedidos a recuperar | 931 | 787 |
| Alienação de bens e direitos | 817 | 455 |
| Reserva Global de Reversão - RGR - Diferenças | 763 | 611 |
| Entidades seguradoras | 304 | 335 |
| Serviços prestados a terceiros | 98 | 52 |
| Provisão para créditos de liquidação duvidosa - PCLD | (918) | (924) |
| Outros créditos | 1.891 | 1.208 |
| | 19.504 | 30.353 |
| Ativo não circulante | | |
| Empréstimos compulsórios | 3.560 | 4.185 |
| Alienação de bens e direitos | 1.149 | 1.496 |
| | 4.709 | 5.681 |

16 DEPÓSITOS JUDICIAIS

Os saldos de depósitos judiciais registrados no ativo não circulante estão demonstrados a seguir:

| | Total dos depósitos judiciais | Dedução das contingências | Ativo não circulante | Ativo não circulante |
|-----------------------|-------------------------------|---------------------------|----------------------|----------------------|
| | | | 2008 | 2007 |
| Trabalhistas | 67.925 | (20.423) | 47.502 | 40.447 |
| Cíveis | | | | |
| Servidões de passagem | 1.517 | - | 1.517 | 1.441 |
| Cíveis | 14.405 | (1.476) | 12.929 | 13.013 |
| Consumidores | 2.722 | (894) | 1.828 | 2.500 |
| | 18.644 | (2.370) | 16.274 | 16.954 |
| Fiscais | | | | |
| Outros tributos | 908 | - | 908 | 771 |
| | 908 | - | 908 | 771 |
| Outros | 14 | - | 14 | 14 |
| | 87.491 | (22.793) | 64.698 | 58.186 |

Os depósitos judiciais vinculados foram reclassificados para Provisões para Contingências e estão demonstrados na NE nº 26.

17 IMOBILIZADO

| | Custo corrigido | Depreciação acumulada | Líquido | |
|--|------------------------|------------------------------|------------------|------------------|
| | | | 2008 | 2007 |
| Em serviço | | | | |
| Terrenos | 33.004 | - | 33.004 | 30.459 |
| Edificações | 142.569 | 61.291 | 81.278 | 79.109 |
| Máquinas e equipamentos | 4.527.588 | 2.161.379 | 2.366.209 | 2.184.385 |
| Veículos | 105.333 | 60.975 | 44.358 | 48.898 |
| Móveis e utensílios | 7.671 | 5.008 | 2.663 | 2.948 |
| | 4.816.165 | 2.288.653 | 2.527.512 | 2.345.799 |
| Em curso | | | | |
| Terrenos | 1.587 | - | 1.587 | 2.929 |
| Edificações | 25.411 | - | 25.411 | 13.002 |
| Máquinas e equipamentos | 311.365 | - | 311.365 | 232.264 |
| Veículos | 929 | - | 929 | 1.256 |
| Móveis e utensílios | 158 | - | 158 | 185 |
| Estudos e projetos | 10.940 | - | 10.940 | 10.013 |
| Material em depósito | 100.094 | - | 100.094 | 99.697 |
| Compras em andamento | 3 | - | 3 | 1.186 |
| Adiantamento a Fornecedores | 8.867 | - | 8.867 | 1.028 |
| Depósitos judiciais | 11.289 | - | 11.289 | 15.510 |
| | 470.643 | - | 470.643 | 377.070 |
| Obrigações vinculadas à concessão | (916.570) | - | (916.570) | (852.267) |
| | | | 2.081.585 | 1.870.602 |

De acordo com os artigos nºs 63 e 64 do Decreto nº 41.019, de 26/02/57, os bens e instalações utilizados principalmente na distribuição e comercialização de energia elétrica são vinculados a esses serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador. A Resolução Aneel nº 20/1999 regulamentou a desvinculação de bens das concessões do Serviço Público de Energia Elétrica, concedendo autorização prévia para desvinculação de bens inservíveis à concessão, quando destinados à alienação, determinando que o produto da alienação seja depositado em conta bancária vinculada para aplicação na concessão.

Os juros e encargos financeiros referentes a empréstimos tomados com terceiros para aplicações em obras foram apropriados através de transferências para immobilizações em curso, totalizando o montante de R\$ 1.470 em 2008 (NE nº 19).

O montante de ativo imobilizado em serviço e totalmente depreciado representava R\$ 529.212, em 31/12/08, e R\$ 377.919, em 31/12/07.

a) Obrigações especiais

As obrigações especiais representam os recursos relativos à participação financeira do consumidor, das dotações orçamentárias da União, verbas federais, estaduais e municipais e de créditos especiais destinados aos investimentos aplicados nos empreendimentos vinculados à concessão. As obrigações especiais não são passivos onerosos e não são créditos dos acionistas.

O prazo esperado para liquidação dessas obrigações era a data de término da concessão.

Com a emissão da Resolução Normativa Aneel nº 234, de 31/10/06, que estabeleceu os conceitos gerais, as metodologias aplicáveis e os procedimentos iniciais para realização do segundo ciclo de revisão tarifária periódica das concessionárias de serviço público de distribuição de energia elétrica, a característica dessas obrigações sofreu modificação. Tanto o saldo como as novas adições passaram a ser amortizados contabilmente a partir de 01/07/08, conforme despacho Aneel nº 3.073/06 e Ofício Circular nº 1.314/07. Essa amortização é calculada utilizando a mesma taxa média da depreciação dos ativos correspondentes.

Na data do término da concessão, para efeitos de cálculo da indenização dos bens vinculados à concessão e reversíveis para a União, o saldo remanescente dessas obrigações especiais, se houver, será deduzido do valor residual dos ativos, ambos avaliados de acordo com critério a ser definido pela Aneel.

A alteração da característica dessas obrigações é decorrente da modificação ocorrida no mecanismo de tarifa estabelecida nessa nova Resolução Normativa, que determinou que a depreciação dos ativos adquiridos com recursos oriundos das obrigações especiais não será mais computada na “Parcela B” da receita requerida da concessionária.

b) Planos de universalização de energia elétrica ⁽¹⁾

A Aneel estabeleceu condições gerais para elaboração dos Planos de Universalização de Energia Elétrica, visando ao atendimento de novas unidades consumidoras ou o aumento de carga, regulamentou e fixou as responsabilidades das concessionárias e permissionárias de serviço público de distribuição de energia elétrica e promoveu alterações, dentre as quais destacam-se a mudança de prioridade de atendimento aos municípios, dando ênfase aos municípios com menor índice de eletrificação, Índice de Desenvolvimento Humano - IDH e a limitação desses atendimentos apenas a novas unidades, ligadas em baixa tensão (inferior a 2,3 kv), com carga instalada de até 50 KW.

O programa é coordenado pelo Ministério de Minas e Energia e operacionalizado com a participação da Eletrobrás. No caso do Estado do Paraná, o Ministério é representado pela Eletrosul, e os participantes são o Governo do Estado do Paraná e a Copel Distribuição. Além disso, o programa se integra aos diversos programas sociais e de desenvolvimento rural implementados pelo Governo Federal e pelos Estados, para assegurar que o esforço de eletrificação do campo resulte em incremento da produção agrícola, fixando e dando condições melhores de vida ao homem do campo, em aumento de renda e na inclusão social da população beneficiada.

Inicialmente previsto para completar 100% de eletrificação no País até 2008, o programa foi prorrogado até o ano de 2010 por meio do Decreto nº 6.442/2008, devido ao surgimento de novas

demandas em praticamente todos os estados brasileiros.

Em 2008, foram ligados 12.000 novos consumidores, somando pouco mais de 40.000 desde o início do programa, de modo que este número já suplanta em 4.000 a demanda inicialmente prevista. Uma campanha de mídia para divulgação do programa e recadastramentos, realizada no primeiro trimestre de 2008, revelou ainda a existência de demanda remanescente na ordem de 34.000 ligações, das quais 20.000 estão previstas para o ano de 2009 e outras 14.000 para o ano 2010.

Foram firmados com a Eletrobrás três contratos de financiamento e concessão de subvenção, cuja composição é a seguinte: contrato 002/2004, no valor de R\$ 30.240, sendo R\$ 17.280 provenientes da RGR e R\$ 12.960 da CDE; contrato 142/2006, no valor de R\$ 74.340, sendo R\$ 42.480 provenientes da RGR e R\$ 31.860 da CDE; contrato 206/2007, no valor de R\$ 126.431, sendo R\$ 108.369 provenientes da RGR e R\$ 18.062 da CDE. As liberações de crédito do contrato 002/2004 já encerraram, do contrato 142/2006 já foram liberados R\$ 52.038 e do contrato 206/2007 já foram liberados R\$ 37.929.

A composição total dos investimentos previstos nos contratos para o programa é a seguinte:

| Origem | R\$ | Participação |
|---------------------------------|----------------|--------------|
| Governo Federal - subvenção CDE | 62.882 | 19% |
| Governo do Estado do Paraná | 33.002 | 10% |
| Financiamento RGR | 168.129 | 51% |
| Agente executor - Copel | 66.007 | 20% |
| Total do programa | 330.020 | 100% |

⁽¹⁾ Informações não auditadas

c) Taxas de depreciação

As principais taxas anuais de depreciação, de acordo com a Resolução Aneel nº 240, de 05/12/06, são:

| | % |
|---|-------|
| Distribuição | |
| Condutor e estrutura do sistema => 69 kV | 2,50 |
| Condutor e estrutura do sistema < 69 kV e transformador de distribuição | 5,00 |
| Banco de capacitores < 69 kV | 6,70 |
| Banco de capacitores => 69 kV | 5,00 |
| Equipamento geral | 10,00 |
| Administração central | |
| Edificações | 4,00 |
| Máquinas e equipamentos de escritório | 10,00 |
| Móveis e utensílios | 10,00 |
| Veículos | 20,00 |

d) Muta o do imobilizado

| Saldos | em serviço | Imobilizado em curso | Obriga es especiais | Total |
|---|-------------------|-----------------------------|----------------------------|------------------|
| Em 2006 | 1.708.060 | 251.020 | (801.467) | 1.157.613 |
| Incorpora o parcial da Copel Transmissão S.A. | 475.007 | 94.180 | (2.881) | 566.306 |
| Programa de investimentos | - | 379.186 | - | 379.186 |
| Imobiliza es de obras | 346.504 | (346.504) | - | - |
| Quotas de deprecia o | (168.721) | - | - | (168.721) |
| Baixas | (14.965) | (1.834) | - | (16.799) |
| Participa o financeira dos consumidores | - | - | (47.919) | (47.919) |
| Transfer ncias entre o imobilizado e o intangível | (86) | 1.617 | - | 1.531 |
| Reversão de provis es para conting ncias | - | (595) | - | (595) |
| Em 2007 | 2.345.799 | 377.070 | (852.267) | 1.870.602 |
| Programa de investimentos | - | 495.197 | - | 495.197 |
| Imobiliza es de obras | 395.248 | (395.248) | - | - |
| Quotas de deprecia o | (194.054) | - | 20.108 | (173.946) |
| Baixas | (19.440) | (1.524) | - | (20.964) |
| Participa o financeira dos consumidores | - | - | (84.411) | (84.411) |
| Transferências entre o imobilizado e o intangível | 5 | (601) | - | (596) |
| Transferências de bens destinados a uso futuro | (46) | - | - | (46) |
| Reversão de provisões para contingências | - | (4.251) | - | (4.251) |
| Em 2008 | 2.527.512 | 470.643 | (916.570) | 2.081.585 |

e) Redu o ao valor recuperável de ativos - Impairment

A Companhia tem por prática a avalia o e o monitoramento periódico do desempenho futuro dos seus ativos. Neste contexto, e considerando o disposto no Pronunciamento Técnico CPC 01 - Redu o ao Valor Recuperável de Ativos, caso existam evidências claras de que a companhia possui ativos avaliados por valor não recuperável ou sempre que eventos ou altera es nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável no futuro deverá haver o reconhecimento imediato da desvaloriza o por meio da constitui o de provisão para perdas.

As principais premissas que sustentam as conclusões dos testes de recupera o estão listadas abaixo:

- 1) Valor Recuperável: valor de uso, ou valor equivalente aos fluxos de caixa descontados (antes dos impostos), derivados do uso contínuo do ativo até o final da sua vida útil;
- 2) Apura o do valor de uso: a metodologia utilizada para o cáculo do valor em uso foi baseada em fluxos de caixa futuros, em moeda constante, trazidos a valor presente por taxa de desconto real e antes dos impostos sobre a renda conforme recomendado no Pronunciamento Técnico CPC 01

Os respectivos fluxos de caixa foram estimados com base nos resultados operacionais realizados, no orçamento empresarial anual da companhia, aprovado em reunião ordinária do Conselho de Administra o da Controladora, com conseqüente orçamento plurianual, e tendências futuras do setor elétrico.

Com rela o ao crescimento de mercado, as proje es estão compatíveis com os dados históricos

e perspectivas de crescimento da economia brasileira.

Os respectivos fluxos foram descontados por taxa média de desconto, obtida através de metodologia usualmente aplicada pelo mercado e referenciada pelo órgão regulador, levando em consideração o custo médio ponderado de capital (WACC).

A Administração entende ter direito contratual assegurado no que diz respeito à indenização dos bens vinculados ao final das concessões de serviço público, admitindo, por hora e até que se edite regulamentação sobre o tema, a valorização dessa indenização pelo valor dos livros. Assim, a premissa de valoração do ativo residual ao final das concessões ficou estabelecida nos valores registrados contabilmente.

Diante das premissas acima a Companhia não identificou necessidade de constituição de provisão para *Impairment*.

18 INTANGÍVEL

| | Direito de uso de softwares | Amortização acumulada ⁽¹⁾ | Faixa de servidões | Outros | Líquido | |
|----------------------------|-----------------------------|--------------------------------------|--------------------|------------|---------------|---------------|
| | | | | | 2008 | 2007 |
| Em serviço | | | | | | |
| Com vida útil estimada | 30.336 | (24.675) | 19.895 | - | 25.556 | 24.139 |
| Com vida útil não estimada | - | - | - | 103 | 103 | 113 |
| | 30.336 | (24.675) | 19.895 | 103 | 25.659 | 24.252 |
| Em curso | 476 | - | 1.288 | - | 1.764 | 2.702 |
| | | | | | 27.423 | 26.954 |

⁽¹⁾ Taxa anual de amortização: 20%

O montante de intangível em serviço e totalmente depreciado representava R\$ 19.444, em 31/12/08, e R\$ 15.379, em 31/12/07.

a) Mutação do Intangível

| Saldos | em serviço | Intangível em curso | Total |
|---|-------------------|----------------------------|---------------|
| Em 2006 | 7.024 | 6.394 | 13.418 |
| Incorporação parcial da Copel Transmissão S.A. | 15.091 | 1.778 | 16.869 |
| Programa de investimentos | - | 929 | 929 |
| Capitalizações | 4.782 | (4.782) | - |
| Quotas de amortização | (2.659) | - | (2.659) |
| Baixas | (72) | - | (72) |
| Transferências entre o intangível e o imobilizado | 86 | (1.617) | (1.531) |
| Em 2007 | 24.252 | 2.702 | 26.954 |
| Programa de investimentos | - | 2.464 | 2.464 |
| Capitalizações | 4.003 | (4.003) | - |
| Quotas de amortização | (2.135) | - | (2.135) |
| Baixas | (456) | - | (456) |
| Transferências entre o intangível e o imobilizado | (5) | 601 | 596 |
| Em 2008 | 25.659 | 1.764 | 27.423 |

19 EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

As composições dos saldos de empréstimos e financiamentos são as seguintes:

| | Principal | Encargos | Passivo circulante | | Passivo não circulante | |
|--------------------------|---------------|--------------|--------------------|---------------|------------------------|----------------|
| | | | 2008 Total | 2007 Total | 2008 | 2007 |
| Moeda estrangeira | | | | | | |
| STN (a) | 7.567 | 1.080 | 8.647 | 7.602 | 85.359 | 70.432 |
| Eletrobrás (b) | 7 | - | 7 | 6 | 36 | 33 |
| | 7.574 | 1.080 | 8.654 | 7.608 | 85.395 | 70.465 |
| Moeda nacional | | | | | | |
| Banco do Brasil (c) | 157 | 4 | 161 | 141 | 789 | 850 |
| Eletrobrás (b) | 5.488 | 10 | 5.498 | 8.022 | 67.142 | 40.238 |
| | 5.645 | 14 | 5.659 | 8.163 | 67.931 | 41.088 |
| | 13.219 | 1.094 | 14.313 | 15.771 | 153.326 | 111.553 |

Composição dos empréstimos e financiamentos por tipo de moeda e indexador:

| Moeda (equivalente em R\$) / Indexador | 2008 | % | 2007 | % |
|---|----------------|---------------|----------------|---------------|
| Moeda estrangeira | | | | |
| Dólar norte-americano | 94.049 | 56,10 | 78.073 | 61,32 |
| | 94.049 | 56,10 | 78.073 | 61,32 |
| Moeda nacional | | | | |
| URTJLP | 20 | 0,01 | 61 | 0,05 |
| IGP-M | 930 | 0,55 | 929 | 0,73 |
| Ufir | 71.361 | 42,57 | 41.531 | 32,61 |
| Finel | 1.279 | 0,77 | 6.730 | 5,29 |
| | 73.590 | 43,90 | 49.251 | 38,68 |
| | 167.639 | 100,00 | 127.324 | 100,00 |

Varição das principais moedas estrangeiras e indexadores aplicados aos empréstimos e financiamentos:

| Moeda/Indexador | Variação (%) | |
|-----------------------|--------------|---------|
| | 2008 | 2007 |
| Dólar norte-americano | 31,94 | (17,15) |
| URTJLP | 0,24 | 0,36 |
| IGP-M | 9,81 | 7,75 |
| Finel | 1,90 | 1,51 |

Vencimentos das parcelas de longo prazo:

| | Moeda estrangeira | | Moeda nacional | |
|-----------|-------------------|---------------|----------------|----------------|
| | 2008 | 2007 | 2008 | 2007 |
| 2009 | - | - | - | 10.017 |
| 2010 | 6.643 | 4.394 | 11.037 | 9.361 |
| 2011 | 6.643 | 5.598 | 12.241 | 9.362 |
| 2012 | 4.889 | 8.006 | 12.895 | 9.362 |
| 2013 | 3.137 | 8.006 | 11.143 | 7.037 |
| 2014 | 1.572 | 7.865 | 9.437 | 5.610 |
| 2015 | - | 7.820 | 7.820 | 4.260 |
| 2016 | - | 7.361 | 7.361 | 3.779 |
| 2017 | - | 6.719 | 6.719 | 3.106 |
| 2018 | - | 5.975 | 5.975 | 2.115 |
| 2019 | - | 3.726 | 3.726 | 114 |
| 2020 | - | 2.456 | 2.456 | 49 |
| 2021 | - | 5 | 5 | 1 |
| após 2021 | 62.511 | - | 62.511 | 47.380 |
| | 85.395 | 67.931 | 153.326 | 111.553 |

Mutação de empréstimos e financiamentos:

| | Moeda estrangeira | | Moeda nacional | | Total |
|--------------------------------------|-------------------|----------------|----------------|----------------|----------------|
| | Circulante | Não circulante | Circulante | Não circulante | |
| Em 2006 | 7.270 | 73.468 | 7.532 | 25.189 | 113.459 |
| Ingressos | - | - | - | 16.992 | 16.992 |
| Incorporação Copel Transmissão | 1.538 | 14.802 | 5.003 | 1.668 | 23.011 |
| Encargos | 4.849 | - | 2.340 | - | 7.189 |
| Variação monetária e cambial | (1.162) | (12.364) | 24 | 70 | (13.432) |
| Transferências | 5.441 | (5.441) | 2.831 | (2.831) | - |
| Amortizações | (10.328) | - | (9.567) | - | (19.895) |
| Em 2007 | 7.608 | 70.465 | 8.163 | 41.088 | 127.324 |
| Ingressos | - | - | - | 32.512 | 32.512 |
| Encargos | 4.458 | - | 5.973 | - | 10.431 |
| Encargos transf. p/ imob. (NE nº 17) | - | - | (1.470) | - | (1.470) |
| Variação monetária e cambial | 2.931 | 21.006 | 25 | 96 | 24.058 |
| Transferências | 6.076 | (6.076) | 5.765 | (5.765) | - |
| Amortizações | (12.419) | - | (12.797) | - | (25.216) |
| Em 2008 | 8.654 | 85.395 | 5.659 | 67.931 | 167.639 |

a) Secretaria do Tesouro Nacional - STN

A reestruturação da dívida de médio e longo prazo, assinada em 20/05/98, referente aos financiamentos sob amparo da Lei nº 4.131/62, está demonstrada no quadro a seguir:

| Tipo de bônus | Prazo (anos) | Vencimento final | Carência (anos) | 2008 | 2007 |
|----------------------|--------------|------------------|-----------------|---------------|---------------|
| Par Bond | 30 | 15.04.2024 | 30 | 37.296 | 28.294 |
| Capitalization Bond | 20 | 15.04.2014 | 10 | 17.507 | 15.703 |
| Debt Conversion Bond | 18 | 15.04.2012 | 10 | 12.368 | 12.133 |
| Discount Bond | 30 | 15.04.2024 | 30 | 25.896 | 19.755 |
| New Money Bonds | 15 | 15.04.2009 | 7 | 466 | 1.067 |
| Flirb | 15 | 15.04.2009 | 9 | 473 | 1.082 |
| | | | | 94.006 | 78.034 |

As taxas de juros praticadas e as amortizações são as seguintes:

| Tipo de bônus | Taxas de juros anuais (%) | Amortizações |
|----------------------|---------------------------|--------------|
| Par Bond | 6,0 | única |
| Capitalization Bond | 8,0 | semestral |
| Debt Conversion Bond | Libor semestral + 0,8750 | semestral |
| Discount Bond | Libor semestral + 0,8125 | única |
| New Money Bonds | Libor semestral + 0,8750 | semestral |
| Flirb | Libor semestral + 0,8125 | semestral |

Em garantia a esse contrato, a Companhia cedeu e transferiu à União, condicionado ao inadimplemento de qualquer parcela do financiamento, os créditos que forem feitos à sua conta corrente bancária centralizadora da arrecadação das suas receitas próprias, até o limite suficiente para pagamento das prestações e demais encargos devidos em cada vencimento. Nos bônus Discount Bond e Par Bond existem garantias depositadas, nos valores de R\$ 15.460 e R\$ 22.408 (R\$ 9.246 e R\$ 13.177, em 31/12/07), respectivamente, contabilizadas na conta cauções e depósitos vinculados, no ativo não circulante (NE nº 13).

b) Eletrobrás

Empréstimos originados de recursos do Fundo de Financiamento da Eletrobrás – Finel e da RGR, para expansão dos sistemas de distribuição. A amortização dos contratos vincendos iniciou em fevereiro de 1999, e o último pagamento está previsto para agosto de 2021. Os juros de 5,0% a 8,0% a.a. e o principal são amortizados mensalmente, atualizados pelo índice do Finel e da Unidade Fiscal de Referência – Ufir.

Contrato ECFS – 142/2006, assinado em 11/05/06 entre a Copel Distribuição e a Eletrobrás, no valor de R\$ 74.340 para aplicação no programa de Eletrificação Rural “Luz para Todos”, sendo R\$ 42.480 financiados com recursos da RGR e R\$ 31.860 com recursos da CDE, a título de subvenção econômica. O contrato possui carência de 24 meses, com juros de 5% a.a. e comissão de 1% a.a., e será pago em 120 parcelas mensais iguais e sucessivas, com vencimento final em

30/09/18. Até dezembro de 2008 foram liberados R\$ 52.028, sendo R\$ 29.736 com recursos da RGR.

Contrato ECFS – 206/2007, assinado em 03/03/08 entre Copel Distribuição e a Eletrobrás, no valor de R\$ 126.431 para aplicação no Programa de Eletrificação Rural “Luz para Todos”, sendo R\$ 108.369 financiado com recursos da RGR e R\$ 18.061 com recursos da CDE, a título de subvenção econômica. O contrato possui carência de 24 meses, com juros de 5% a.a. e comissão de 1% a.a., e será pago em 120 parcelas mensais iguais e sucessivas, com vencimento final em 30/08/20. Em 28/07/08 houve liberação de R\$ 37.929, sendo R\$ 32.511 com recursos da RGR e R\$ 5.418 com recursos da CDE.

A garantia é representada pela vinculação da receita própria, suportada por procuração outorgada por instrumento público, e na emissão de notas promissórias em igual número das parcelas a vencer.

c) Banco do Brasil S.A.

Contrato particular de cessão de crédito com a União, através do Banco do Brasil S.A., assinado em 30/03/94, amortizável em 240 parcelas mensais pelo sistema *price*, a partir de 01/04/94, com atualização mensal pela Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP e Índice Geral de Preços de Mercado – IGP-M e taxa de juros de 5,098% a.a. A garantia é vinculada à receita própria.

20 FORNECEDORES

| | 2008 | 2007 |
|--|----------------|----------------|
| Encargos de uso da rede elétrica | | |
| Uso da rede básica | 41.798 | 36.459 |
| Transporte de energia | 4.182 | 3.027 |
| Uso da conexão | 1.247 | 1.036 |
| | 47.227 | 40.522 |
| Suprimento de energia elétrica | | |
| Eletrobrás (Itaipu) | 100.040 | 74.090 |
| Furnas Centrais Elétricas S.A. | 32.757 | 30.849 |
| Companhia Hidro Elétrica do São Francisco - Chesf | 32.108 | 28.430 |
| Concessionárias - CCEE (NE nº 32) | 27.962 | - |
| Elejor - Centrais Elétricas do Rio Jordão S.A. | 14.209 | 12.940 |
| Companhia Energética de São Paulo - Cesp | 11.488 | 9.763 |
| Copel Geração e Transmissão S.A. | 10.326 | 8.382 |
| Rio Pedrinho Energética S.A. e Consórcio Salto Natal Energética S.A. | 10.234 | 8.293 |
| Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. - Eletronorte | 10.316 | 8.834 |
| Itiquira Energética S.A. | 9.247 | 8.468 |
| Companhia Energética de Minas Gerais - Cemig | 4.660 | 4.052 |
| Outras concessionárias | 18.415 | 18.315 |
| | 281.762 | 212.416 |
| Materiais e serviços | | |
| Outros fornecedores | 86.017 | 68.607 |
| | 86.017 | 68.607 |
| | 415.006 | 321.545 |

21 FOLHA DE PAGAMENTO E PROVISÕES TRABALHISTAS

| | 2008 | 2007 |
|--|----------------|---------------|
| Folha de pagamento | | |
| Participação nos lucros e/ou resultados (NE nº 30.c) | 45.580 | 37.126 |
| Impostos e contribuições sociais | 18.037 | 15.101 |
| Folha de pagamento, líquida | 57 | 108 |
| Consignações a favor de terceiros | 5 | - |
| | 63.679 | 52.335 |
| Provisões trabalhistas | | |
| Férias | 34.680 | 33.684 |
| Encargos sociais sobre férias e 13º salário | 10.802 | 10.576 |
| Desligamentos voluntários | - | 3.193 |
| | 45.482 | 47.453 |
| | 109.161 | 99.788 |

22 BENEFÍCIOS PÓS-EMPREGO

a) Plano de benefício previdenciário

A Copel Distribuição patrocina planos de complementação de aposentadoria e pensão (Planos Previdenciários I, II e III) e de assistência médica e odontológica (Plano Assistencial) para seus empregados ativos e pós-emprego e respectivos dependentes legais.

Os planos previdenciários I e II foram estabelecidos na modalidade de benefício definido (BD) contributivo e o plano previdenciário III (CV) foi estabelecido na modalidade de contribuição definida (CV). Na data da aposentadoria o plano de contribuição definida (CV) torna-se uma renda mensal vitalícia.

As parcelas de custos assumidas pelas patrocinadoras desses planos são registradas de acordo com avaliação atuarial preparada anualmente por atuários independentes de acordo com as regras estabelecidas pela Deliberação CVM nº 371/2000. As premissas atuariais e financeiras e para efeitos da avaliação atuarial são discutidas com os atuários independentes e aprovadas pela Administração das patrocinadoras.

Até julho de 2007 o fluxo de pagamento das contribuições relativas aos planos previdenciários I e II estava garantido por contrato denominado “Instrumento Particular de Ajuste das Reservas Matemáticas dos Planos Previdenciários (Básico) e Complementar de Benefícios Previdenciários”, assinado em 20/01/99. Este contrato possui cláusulas que prevêm a extinção da obrigação sob determinadas condições. Com base em pareceres legais preparados por consultores jurídicos externos e internos que concluíram estarem extintas as obrigações contratadas, em 27/07/07 a Companhia comunicou à Administração da Fundação Copel de Previdência e Assistência Social, a cessação dos pagamentos das contribuições previstas nesse contrato a partir de agosto de 2007.

Em setembro de 2007, a Fundação Copel manifestou interpretação contrária à da Companhia, o que levou a uma consulta conjunta à Secretaria de Previdência Complementar - SPC, solicitando

manifestação em relação à questão.

Em novembro de 2007, a SPC solicitou esclarecimentos e sugeriu a realização de auditoria atuarial independente com o objetivo de avaliar o processo de saldamento, com parecer conclusivo sobre a adequação das premissas utilizadas e sobre a extinção ou não da dívida e/ou do contrato em questão.

Em julho de 2008, a Fundação Copel enviou para a SPC o Relatório de Auditoria elaborado pela consultoria atuarial contratada e, em outubro de 2008, a SPC encaminhou Ofício à Fundação Copel solicitando maiores esclarecimentos e fundamentações ao Parecer.

A conclusão da discussão acima não afetará os valores já registrados como passivo atuarial de acordo com a Deliberação CVM nº 371/2000, somente afetando o fluxo de caixa do pagamento de contribuições entre a Copel Distribuição e a Fundação Copel.

b) Plano de benefício assistencial

A Copel Distribuição aloca recursos destinados a dar cobertura às despesas de saúde dos empregados e dependentes, dentro das regras, limites e condições estabelecidas em regulamentos específicos. Inclui exames médicos periódicos e são estendidos aos aposentados e pensionistas vitaliciamente.

c) Balanço patrimonial e resultado do exercício

Os valores reconhecidos no balanço patrimonial na conta de Benefícios Pós-emprego estão resumidos a seguir:

| | Plano previdenciário | Plano assistencial | Total | |
|---|-----------------------------|---------------------------|----------------|----------------|
| | | | 2008 | 2007 |
| Plano de benefícios - Planos I e II (BD) | 51.631 | 235.263 | 286.894 | 316.596 |
| Plano de benefícios - Plano III (CV) - empregados | 6.217 | - | 6.217 | 5.394 |
| | 57.848 | 235.263 | 293.111 | 321.990 |
| | | Circulante | 15.106 | 31.569 |
| | | Não circulante | 278.005 | 290.421 |

Os valores reconhecidos no demonstrativo de resultado estão resumidos a seguir:

| | 2008 | 2007 |
|--|---------------|--------------|
| Plano previdenciário - custo periódico pós-emprego | (16.999) | (59.697) |
| Plano previdenciário (CV) | 33.070 | 9.705 |
| Plano assistencial - pós-emprego | (4.744) | 26.603 |
| Contribuição assistencial | 21.032 | 28.833 |
| | 32.359 | 5.444 |
| (-) Transferências para imobilizado em curso | (4.895) | (3.798) |
| | 27.464 | 1.646 |

O custo anual estimado para o exercício de 2008 pelo atuário independente resultou em receita

devido aos ganhos atuariais que estão sendo amortizados, cujos valores ultrapassam o valor do custo normal periódico.

d) Avaliação atuarial de acordo com a Deliberação da CVM nº 371/2000

Premissas atuariais

As premissas atuariais utilizadas para determinação dos valores de obrigações e custos, para 2008 e 2007 estão demonstradas a seguir:

| | Real | Nominal |
|---|-------|---------|
| Econômicas | | |
| Inflação a.a. | - | 5,20% |
| Taxa de desconto/retorno esperados a.a. | 6,00% | 11,51% |
| Crescimento salarial a.a. | 2,00% | 7,30% |
| Demográficas | | |
| Tábua de mortalidade | | AT - 83 |
| Tábua de mortalidade de inválidos | | AT - 49 |
| Tábua de entrada em invalidez | | Light |

Na avaliação atuarial dos planos de benefícios definidos é calculado pelo método do crédito unitário projetado. O ativo líquido do plano de benefícios é avaliado pelos valores de mercado (marcação a mercado).

A partir do exercício findo em 31/12/06, a Companhia optou por deixar de diferir os ganhos e perdas atuariais futuros apurados no plano assistencial, passando a reconhecê-los imediatamente no resultado do exercício.

23 ENCARGOS DO CONSUMIDOR A RECOLHER

| | 2008 | 2007 |
|---|---------------|---------------|
| Conta de consumo de combustível - CCC | 22.174 | 12.590 |
| Conta de desenvolvimento energético - CDE | 14.904 | 14.678 |
| Reserva global de reversão - RGR | 2.497 | 1.484 |
| | 39.575 | 28.752 |

24 PESQUISA E DESENVOLVIMENTO E EFICIÊNCIA ENERGÉTICA

A Aneel estabeleceu critérios para aplicação de recursos em Programa de Eficiência Energética – PEE pelas concessionárias ou permissionárias do serviço público de distribuição de energia elétrica, de acordo com o regulamento estabelecido por aquela Agência Reguladora. Na mesma resolução, foi aprovado o Manual do Programa de Eficiência Energética.

A Aneel também aprovou o Manual dos Programas de Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico do Setor de Energia Elétrica. Em outubro de 2006, foram estabelecidos critérios e procedimentos para cálculo, aplicação e recolhimento, pelas concessionárias, permissionárias e autorizadas, dos

recursos a serem destinados, mensalmente, aos projetos de Eficiência Energética e Pesquisa e Desenvolvimento, bem como ao Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – FNDCT e ao Ministério de Minas e Energia – MME, previstos na Lei nº 9.991/00.

O Agente Regulador através da Resolução Normativa 316, de 13/05/08, determinou às Concessionárias que os valores a serem recolhidos ao MME e ao FNDCT, referentes ao exercício de 2008 fossem realizados em quota única, de modo que o valor recolhido em fevereiro de 2009 foi de R\$ 11.001. Para o exercício de 2009 os recolhimentos serão pagos até o quinto dia útil do segundo mês subsequente ao reconhecimento contábil.

Os saldos constituídos para aplicação em projetos de Pesquisa e Desenvolvimento e no Programa de Eficiência Energética são compostos da seguinte forma:

| | Aplicado e não concluído | Saldo a recolher | Saldo a aplicar | Saldo em 2008 | Saldo em 2007 |
|--|-----------------------------|---------------------|-------------------------------|------------------|------------------|
| Pesquisa e desenvolvimento - P&D | | | | | |
| FNDCT | - | 9.620 | - | 9.620 | 11.765 |
| MME | - | 4.810 | - | 4.810 | 5.883 |
| P&D | 12.462 | - | 48.396 | 60.858 | 53.396 |
| | 12.462 | 14.430 | 48.396 | 75.288 | 71.044 |
| Programa de eficiência energética - PEE | | | | | |
| | 10.386 | - | 74.587 | 84.973 | 78.943 |
| | 22.848 | 14.430 | 122.983 | 160.261 | 149.987 |
| | | | Passivo circulante | 93.506 | 149.987 |
| | | | Passivo não circulante | 66.755 | - |

A mutação dos saldos está apresentada a seguir:

| Saldos | FNDCT | MME | P&D | PEE | Total |
|--------------------------------|---------------|---------------|---------------|---------------|----------------|
| Em 2006 | 13.569 | 17.953 | 38.964 | 62.796 | 133.282 |
| Constituições | 8.378 | 4.191 | 8.379 | 16.361 | 37.309 |
| Incorporação Copel Transmissão | 762 | 379 | 1.756 | - | 2.897 |
| Juros Selic | - | - | 4.297 | 5.139 | 9.436 |
| Recolhimentos | (10.944) | (16.640) | - | - | (27.584) |
| Conclusões de projetos | - | - | - | (5.353) | (5.353) |
| Em 2007 | 11.765 | 5.883 | 53.396 | 78.943 | 149.987 |
| Constituições | 7.335 | 3.668 | 7.335 | 18.338 | 36.676 |
| Juros Selic | - | - | 5.660 | 6.704 | 12.364 |
| Recolhimentos | (9.480) | (4.741) | - | - | (14.221) |
| Conclusões de projetos | - | - | (5.533) | (19.012) | (24.545) |
| Em 2008 | 9.620 | 4.810 | 60.858 | 84.973 | 160.261 |

25 OUTRAS CONTAS A PAGAR

| | 2008 | 2007 |
|--|---------------|---------------|
| Passivo circulante | | |
| Taxa de iluminação pública arrecadada | 18.669 | 16.320 |
| Devolução de participação financeira do consumidor | 13.299 | 12.284 |
| Parcela ajustes encargos da rede - Copel Geração e Transmissão | 5.992 | 11.909 |
| Consumidores e revendedores | 1.864 | 1.608 |
| Entidades seguradoras - prêmios a pagar | 1.252 | 750 |
| Cauções em garantia | 944 | 1.090 |
| Taxa de fiscalização - Aneel | 796 | 787 |
| Outras obrigações | 4.358 | 6.195 |
| | 47.174 | 50.943 |
| Passivo não circulante | | |
| Parcela ajustes encargos da rede | - | 5.992 |
| Outras obrigações | 15 | - |
| | 15 | 5.992 |

26 PROVISÕES PARA CONTINGÊNCIAS

A Companhia responde por diversos processos judiciais de natureza trabalhista, tributária e cível, perante diferentes tribunais e instâncias. A Administração da Companhia, fundamentada na opinião de seus assessores legais, mantém provisão para contingências sobre as causas cuja probabilidade de perda é considerada provável.

Os saldos das provisões para contingências, líquidos dos depósitos judiciais vinculados são os seguintes:

| | Contingências | Depósitos judiciais | Provisão líquida | Provisão líquida |
|---------------------------------|----------------|---------------------|------------------|------------------|
| | | | 2008 | 2007 |
| Trabalhistas | 104.340 | (20.423) | 83.917 | 59.146 |
| Regulatórias (a) | 14.088 | - | 14.088 | - |
| Cíveis: | | | | |
| Fornecedores (b) | 52.209 | - | 52.209 | 49.954 |
| Cíveis e direito administrativo | 23.493 | (1.476) | 22.017 | 13.609 |
| Servidões de passagem | 8.973 | - | 8.973 | 12.771 |
| Desapropriações e patrimoniais | 295 | - | 295 | 849 |
| Consumidores | 5.465 | (894) | 4.571 | 6.428 |
| Ambientais | - | - | - | 163 |
| | 90.435 | (2.370) | 88.065 | 83.774 |
| Tributárias | 5.413 | - | 5.413 | 4.686 |
| | 214.276 | (22.793) | 191.483 | 147.606 |

As mutações das provisões são as seguintes:

| | Saldo Provisão | Constituições (reversões) | Constit. (rev.) imobilizado | Quitações | Saldo Provisão |
|---------------------------------|-------------------|------------------------------|--------------------------------|-----------------|-------------------|
| | 2007 | | | | 2008 |
| Trabalhistas | 77.480 | 37.344 | - | (10.484) | 104.340 |
| Regulatórias | - | 14.098 | - | (10) | 14.088 |
| Cíveis: | | | | | |
| Fornecedores | 49.954 | 2.255 | - | - | 52.209 |
| Servidões de passagem | 12.771 | - | (3.697) | (101) | 8.973 |
| Cíveis e direito administrativo | 14.872 | 11.814 | - | (3.193) | 23.493 |
| Consumidores | 6.523 | (1.048) | - | (10) | 5.465 |
| Desapropriações e patrimoniais | 849 | - | (554) | - | 295 |
| Ambientais | 163 | (163) | - | - | - |
| | 85.132 | 12.858 | (4.251) | (3.304) | 90.435 |
| Tributárias | 4.686 | 728 | - | (1) | 5.413 |
| | 167.298 | 65.028 | (4.251) | (13.799) | 214.276 |

As causas classificadas como de perda possível, estimadas pela Companhia em 31/12/08, totalizaram R\$ 1.289.952, distribuídas em ações das seguintes naturezas: trabalhistas R\$ 87.360; regulatórias R\$.1.072.015; cíveis e administrativas R\$ 114.154; e tributárias R\$ 16.423. Quanto à ação de natureza regulatória, referente ao Despacho Aneel nº 288/2002, convém salientar serem boas as chances de êxito da demanda judicial através da qual a Companhia visa eximir-se do encargo, conforme opinião de seus assessores jurídicos e o consignado na NE nº 32 destas demonstrações, sob o título Câmara de Comercialização de Energia – CCEE.

a) Regulatórias

A Companhia está discutindo nas esferas administrativa e judicial notificações do Órgão Regulador sobre eventuais descumprimentos de normas regulatórias. O principal processo em andamento, no valor de R\$ 7.709, refere-se às ações judiciais envolvendo a Companhia Estadual de Energia Elétrica - CEEE e Dona Francisca Energética S.A., contra o Despacho Aneel nº 288/2002. O provável êxito nas ações citadas resultará em modificações na contabilização da CCEE, o que torna necessária a constituição de provisão destes valores, visto que a Companhia será acionada à quitar os montantes de sua responsabilidade.

b) Rio Pedrinho Energética S.A. e Consórcio Salto Natal Energética S.A.

A Copel Distribuição discute judicialmente a validade de cláusulas e condições do contrato de compra e venda de energia firmado com as empresas Rio Pedrinho Energética S.A. e Consórcio Salto Natal Energética S.A., ao entendimento de que estabelecem benefícios às empresas vendedoras, em detrimento do interesse público. Concomitantemente, as vendedoras, depois de rescindirem o contrato, levaram o conflito para decisão da Câmara de Arbitragem da Fundação Getúlio Vargas que condenou a Copel Distribuição a pagar a multa contratual, ao entendimento de que esta dera causa à rescisão. A Companhia pleiteia judicialmente a anulação dessa decisão.

A Administração, em razão da estimativa da probabilidade de perda provável julgada pelos

assessores jurídicos, com base nas informações disponíveis e no estágio atual dos processos, decidiu por constituir provisão para contingências no valor original da dívida, atualizada monetariamente de acordo com as condições contratuais originais, a qual representa, em 31/12/08, o valor de R\$ 52.209.

27 PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

O capital social integralizado, em 31/12/08, monta a R\$ 2.171.928 composto por 2.171.927.626 ações ordinárias pertencentes à Companhia Paranaense de Energia – Copel.

b) Reservas de lucros

| | 2008 | 2007 |
|----------------------------|----------------|----------------|
| Reserva legal | 66.289 | 39.070 |
| Reserva para investimentos | 804.068 | 452.913 |
| | 870.357 | 491.983 |

A reserva legal é constituída com base em 5% do lucro líquido do exercício, antes de qualquer destinação, limitada a 20% do capital social.

A reserva para investimentos visa à cobertura do programa de aplicações de recursos no ativo permanente da Companhia, conforme o artigo nº 196 da Lei das Sociedades Anônimas. Sua constituição ocorre mediante retenção do remanescente do lucro líquido do exercício, após a reserva legal e os juros sobre o capital próprio.

A proposta de distribuição de dividendos é como segue:

| | 2008 | 2007 |
|--|----------------|----------------|
| Lucro líquido do exercício | 544.374 | 581.460 |
| Efeitos fiscais na Copel pela opção de juros sobre o capital próprio | (56.440) | (37.644) |
| Lucro líquido do exercício sem os efeitos fiscais dos juros sobre o capital próprio | 487.934 | 543.816 |
| Reserva legal teórica sobre o lucro acima | (24.397) | (27.191) |
| Base de cálculo para dividendos mínimos | 463.537 | 516.625 |
| Dividendos mínimos obrigatórios (25%) | 139.061 | 154.988 |
| Imposto de renda retido sobre juros sobre o capital próprio | 24.900 | 16.607 |
| Valor do dividendo mínimo ajustado, calculado considerando o efeito do IRRF | 163.961 | 171.595 |
| Remuneração do capital próprio apropriada | 166.000 | 110.716 |
| Distribuição de dividendos | - | 60.879 |

Os juros sobre o capital próprio foram contabilizados em despesas financeiras, e, para efeito das demonstrações, são apresentados como destinação do lucro líquido do exercício. No resultado do exercício, sua reversão foi efetuada contra rubrica própria em despesas financeiras, conforme preconiza a CVM.

28 RECEITA OPERACIONAL

| | 2008 | 2007 |
|--|------------------|------------------|
| Fornecimento de energia elétrica | | |
| Residencial | 935.934 | 876.287 |
| Industrial | 901.658 | 816.651 |
| Comercial, serviços e outras atividades | 625.476 | 574.534 |
| Rural | 123.071 | 113.720 |
| Poder público | 86.334 | 82.165 |
| Iluminação pública | 67.005 | 63.518 |
| Serviço público | 63.403 | 61.992 |
| Parcela de Ajustes de Encargos da Rede | 1.886 | (6.105) |
| | 2.804.767 | 2.582.762 |
| Suprimento de energia elétrica | | |
| Contratos bilaterais | 1.672 | 1.047 |
| Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE | 2.079 | 26.958 |
| Contratos com pequenas concessionárias | 56.971 | 48.216 |
| | 60.722 | 76.221 |
| Disponibilidade da rede elétrica | | |
| Tarifa de uso do sistema de distribuição - TUSD | | |
| Residencial | 1.054.150 | 1.023.847 |
| Industrial | 1.194.193 | 1.136.137 |
| Comercial, serviços e outras atividades | 699.740 | 672.230 |
| Rural | 138.138 | 133.400 |
| Poder público | 96.529 | 95.785 |
| Iluminação pública | 74.943 | 74.211 |
| Serviço público | 70.925 | 72.318 |
| Rede de conexão | 1.558 | 577 |
| Parcela de ajustes de encargos da rede básica | - | (904) |
| | 3.330.176 | 3.207.601 |
| Outras receitas operacionais | | |
| Arrendamentos e aluguéis | 50.245 | 46.220 |
| Renda da prestação de serviços | 8.058 | 7.812 |
| Serviço taxado | 9.316 | 8.392 |
| Outras receitas | 773 | 567 |
| | 68.392 | 62.991 |
| | 6.264.057 | 5.929.575 |

| | Nº de consumidores ⁽¹⁾ | | MWh ⁽¹⁾ | |
|---------------------------------|-----------------------------------|------------------|--------------------|-------------------|
| | 2008 | 2007 | 2008 | 2007 |
| Consumidores | | | | |
| Residencial | 2.782.404 | 2.713.463 | 5.378.890 | 5.142.964 |
| Industrial | 63.641 | 58.778 | 6.769.770 | 6.277.971 |
| Comercial | 294.866 | 286.451 | 3.966.640 | 3.721.524 |
| Rural | 335.666 | 333.567 | 1.606.035 | 1.521.789 |
| Poder público | 33.218 | 31.942 | 561.931 | 533.485 |
| Iluminação pública | 9.093 | 8.346 | 746.987 | 725.542 |
| Serviço público | 4.063 | 3.926 | 579.627 | 576.045 |
| Consumo próprio | 592 | 588 | 23.029 | 23.401 |
| | 3.523.543 | 3.437.061 | 19.632.909 | 18.522.721 |
| Revendedores | | | | |
| Suprimento - curto prazo - CCEE | - | - | - | 160.694 |
| Concessionárias | - | - | 495.594 | 473.744 |
| | | | 495.594 | 634.438 |
| | | | 20.128.503 | 19.157.159 |

⁽¹⁾ Informações não auditadas

29 DEDUÇÕES DA RECEITA OPERACIONAL

| | 2008 | 2007 |
|---|------------------|------------------|
| Tributos sobre a receita | | |
| ICMS | 1.514.809 | 1.428.373 |
| Cofins | 477.848 | 437.450 |
| PIS/Pasep | 103.743 | 96.086 |
| ISSQN | 108 | 155 |
| | 2.096.508 | 1.962.064 |
| Encargos do consumidor | | |
| Conta de desenvolvimento energético - CDE | 188.847 | 183.589 |
| Conta de consumo de combustível - CCC | 152.667 | 178.051 |
| Quota para reserva global de reversão - RGR | 23.374 | 16.536 |
| Pesquisa e desenvolvimento e eficiência energética - P&D e PEE (NE nº 24) | 36.676 | 37.309 |
| Outros | 67 | 91 |
| | 401.631 | 415.576 |
| | 2.498.139 | 2.377.640 |

30 CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS

As composições dos custos e despesas em 2008 e 2007 são as seguintes:

| Natureza dos custos e despesas | Custos de bens e/ou serviços | Despesas com vendas | Despesas gerais e administ. | Outras rec. (desp.), líquidas | Total |
|---|------------------------------|---------------------|-----------------------------|-------------------------------|--------------------|
| | | | | | 2008 |
| Energia elétrica comprada para revenda (a) | (1.763.470) | - | - | - | (1.763.470) |
| Encargos de uso da rede elétrica (b) | (366.561) | - | - | - | (366.561) |
| Pessoal e administradores (c) | (384.220) | - | (78.162) | - | (462.382) |
| Planos previdenciário e assistencial (NE nº 22) | (23.158) | - | (4.306) | - | (27.464) |
| Material (d) | (37.093) | (2.941) | (4.432) | - | (44.466) |
| Serviços de terceiros (e) | (130.103) | (22.475) | (54.856) | - | (207.434) |
| Depreciação e amortização | (158.816) | - | (17.265) | - | (176.081) |
| Provisões e reversões (f) | - | (10.288) | - | (65.028) | (75.316) |
| Outros custos e despesas (g) | 2.585 | 4.425 | (18.057) | (20.119) | (31.166) |
| | (2.860.836) | (31.279) | (177.078) | (85.147) | (3.154.340) |

| Natureza dos custos e despesas | Custos de bens e/ou serviços | Despesas com vendas | Despesas gerais e administ. | Outras rec. (desp.), líquidas | Total |
|---|------------------------------|---------------------|-----------------------------|-------------------------------|--------------------|
| | | | | | 2007 |
| Energia elétrica comprada para revenda (a) | (1.421.574) | - | - | - | (1.421.574) |
| Encargos de uso da rede elétrica (b) | (548.598) | - | - | - | (548.598) |
| Pessoal e administradores (c) | (313.365) | - | (103.164) | - | (416.529) |
| Planos previdenciário e assistencial (NE nº 22) | 1.858 | - | (3.504) | - | (1.646) |
| Material (d) | (37.614) | (1.231) | (9.479) | - | (48.324) |
| Serviços de terceiros (e) | (103.755) | (21.317) | (59.982) | - | (185.054) |
| Depreciação e amortização | (154.496) | - | (16.884) | - | (171.380) |
| Provisões e reversões (f) | - | 6.019 | - | (39.896) | (33.877) |
| Outros custos e despesas (g) | 8.546 | 6.808 | (12.590) | (24.618) | (21.854) |
| | (2.568.998) | (9.721) | (205.603) | (64.514) | (2.848.836) |

a) Energia Elétrica Comprada para Revenda

| | 2008 | 2007 |
|---|------------------|------------------|
| Eletrobrás - Centrais Elétricas Brasileiras S.A. (Itaipu) | 475.956 | 394.865 |
| Furnas Centrais Elétricas S.A. - leilão | 295.615 | 280.608 |
| Companhia Hidro Elétrica do São Francisco - Chesf - leilão | 283.870 | 256.302 |
| Elejor - Centrais Elétricas do Rio Jordão | 162.802 | 150.085 |
| Câmara de Comercialização de Energia - CCEE | 120.207 | 4.280 |
| Itiquira Energética S.A. | 107.894 | 98.175 |
| Companhia Energética de São Paulo - Cesp - leilão | 104.722 | 93.949 |
| Centrais Elétricas do Norte do Brasil S. A. - Eletronorte - leilão | 92.794 | 84.724 |
| Copel Geração e Transmissão S.A. | 90.511 | 74.229 |
| Programa de incentivo a novas fontes de energia alternativa - Proinfra | 63.239 | 41.363 |
| Companhia Energética de Minas Gerais - Cemig - leilão | 42.877 | 37.239 |
| Cia. Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica S.A. - CEEE - Leilão | 32.472 | 30.946 |
| Companhia de Interconexão Energética - Cien | - | 111.193 |
| (-) Repactuação de contratos - Cien | - | (100.862) |
| Energia elétrica comprada para revenda - CVA passiva | (66.080) | (52.250) |
| (-) Pasep/Cofins sobre energia elétrica comprada para revenda | (167.753) | (145.717) |
| Outras concessionárias - leilão | 123.895 | 61.336 |
| Outras concessionárias | 449 | 1.109 |
| | 1.763.470 | 1.421.574 |

b) Encargos de Uso da Rede Elétrica

| | 2008 | 2007 |
|---|----------------|----------------|
| Furnas Centrais Elétricas S.A. | 83.428 | 75.044 |
| Copel Geração e Transmissão S.A. | 72.339 | 5.663 |
| Copel Transmissão S.A. (até 30.11.07) | - | 260.111 |
| Encargos dos serviços do sistema - ESS | 71.261 | 19.132 |
| Cia Transmissora de Energia Elétrica Paulista - Cteep | 37.159 | 33.532 |
| Companhia Hidro Elétrica do São Francisco - Chesf | 34.511 | 32.491 |
| Centrais Elétricas do Norte do Brasil S. A. - Eletronorte | 24.893 | 22.028 |
| Eletrosul Centrais Elétricas S.A. | 23.366 | 21.186 |
| Companhia Energética de Minas Gerais - Cemig | 12.445 | 11.135 |
| Novatrans Energia S.A. | 11.506 | 10.358 |
| TSN Transmissora Nordeste Sudeste de Energia S.A. | 11.353 | 10.140 |
| Operador Nacional do Sistema - ONS | 10.119 | 10.550 |
| Cia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica S.A. - CEEE | 9.964 | 9.169 |
| Empresa Amazonense de Transmissão de Energia - Eate | 9.428 | 8.513 |
| ATE II Transmissora de Energia S.A. | 4.927 | 4.780 |
| Empresa Norte de Transmissão de Energia S.A. - Ente | 4.828 | 4.512 |
| Itumbiara Transmissora de Energia Ltda | 4.677 | 4.305 |
| Expansion Transmissora de Energia Elétrica S.A. | 4.457 | 4.046 |
| STN Sistema de Transmissão Nordeste S.A | 3.924 | 3.341 |
| Empresa Transmissora de Energia Oeste Ltda - Eteo | 3.921 | 3.587 |
| ATE Transmissora Energia S.A | 3.244 | 2.834 |
| Parcela ajuste encargos da rede | 3.052 | (4.579) |
| (-) Pasep/Cofins s/ Encargos de Uso da Rede Elétrica | (47.129) | (52.631) |
| CVA - encargos | (64.319) | 22.997 |
| Outras concessionárias | 33.208 | 26.354 |
| | 366.561 | 548.598 |

c) Pessoal e Administradores

| | 2008 | 2007 |
|--|----------------|----------------|
| Pessoal | | |
| Remunerações | 333.847 | 284.555 |
| Encargos sociais | 107.451 | 90.867 |
| | 441.298 | 375.422 |
| Auxílio alimentação e educação | 37.590 | 32.397 |
| Indenizações trabalhistas (reversão) | (658) | 4.761 |
| Participação nos lucros e/ou resultados (1) | 45.580 | 37.126 |
| | 523.810 | 449.706 |
| (-) Transferências para imobilizado em curso | (61.870) | (33.414) |
| | 461.940 | 416.292 |
| Administradores | | |
| Honorários | 453 | 193 |
| Encargos sociais | 28 | 55 |
| | 481 | 248 |
| (-) Transferências para imobilizado em curso | (39) | (11) |
| | 442 | 237 |
| | 462.382 | 416.529 |

1) Participação nos lucros e/ou resultados

Desde 1996, a Companhia implantou o programa de participação dos empregados nos lucros e/ou resultados, pago com base em acordo de metas operacionais e financeiras previamente estabelecidas.

2) Programas de Desligamento Voluntário e de Incentivo à Aposentadoria

Em 20/01/09, a Administração da Companhia instituiu 2 programas de desligamento voluntário, com vigência a partir de fevereiro de 2009:

Programa de Desligamento Voluntário - PDV: Mediante pagamento de compensação indenizatória, pela extinção do contrato de trabalho, ao empregado que, tendo obtido a aposentadoria pelo INSS até 31/01/09, mediante compensação indenizatória de 40% do total dos valores depositados exclusivamente pela Companhia na conta do FGTS durante a vigência do contrato de trabalho. O prazo para adesão encerrou em 20/03/09 e o prazo para o desligamento é 15/12/09.

Programa Permanente de Incentivo à Aposentadoria - PIA: Mediante pagamento de compensação indenizatória, pela extinção do contrato de trabalho, ao empregado que obtiver, a partir de 01/02/09, a aposentadoria pelo INSS, e opte pela rescisão de seu contrato de trabalho com esta Companhia. A compensação indenizatória será equivalente a 40% do total dos valores depositados exclusivamente pela Companhia na conta do FGTS durante a vigência do contrato de trabalho. O desligamento do empregado deverá ocorrer até 30 dias após a companhia confirmar-lhe a concessão de sua aposentadoria pelo INSS.

d) Material

| | 2008 | 2007 |
|--|---------------|---------------|
| Combustíveis e peças para veículos | 18.525 | 21.007 |
| Sistema elétrico | 8.312 | 9.401 |
| Expediente | 4.727 | 2.942 |
| Cantina | 4.309 | 3.622 |
| Construção civil | 2.495 | 1.930 |
| Segurança | 1.704 | 1.670 |
| Ferramental | 1.281 | 1.241 |
| Lubrificantes para veículos e equipamentos automotivos | 811 | 728 |
| Vestuário e uniforme | 721 | 752 |
| Informática | 529 | 2.064 |
| Outros materiais | 1.052 | 2.967 |
| | 44.466 | 48.324 |

e) Serviços de Terceiros

| | 2008 | 2007 |
|--|----------------|----------------|
| Manutenção do sistema elétrico | 36.854 | 21.809 |
| Serviços de telecomunicações | 25.250 | 22.728 |
| Postais e telegráficos | 22.591 | 18.925 |
| Agentes autorizados e credenciados | 19.605 | 19.563 |
| Processamento e transmissão de dados | 16.668 | 14.377 |
| Telefone | 14.638 | 11.540 |
| Apoio administrativo | 9.559 | 9.077 |
| Consultoria técnica, científica e administrativa | 9.318 | 7.725 |
| Leitura e entrega de faturas | 7.918 | 7.350 |
| Viagens | 6.413 | 5.564 |
| Vigilância | 5.401 | 1.883 |
| Limpeza de faixa de servidão | 4.967 | 4.071 |
| Treinamentos | 4.745 | 3.892 |
| Atendimento a consumidores | 4.365 | 5.699 |
| Manutenção e conservação de veículos | 3.482 | 3.380 |
| Poda de árvores | 3.185 | 4.080 |
| Frete e carretos | 2.654 | 4.157 |
| Manutenção civil | 2.018 | 3.159 |
| Serviços em área verde | 1.545 | 498 |
| Anúncios e publicações | 712 | 811 |
| Despesas jurídicas | 708 | 646 |
| Outros serviços | 4.838 | 14.120 |
| | 207.434 | 185.054 |

f) Provisões e Reversões

| | 2008 | 2007 |
|---|---------------|----------------|
| Provisão (rev.) para créditos de liquidação duvidosa | | |
| PCLD - consumidores e revendedores (NE nº 8) | 10.272 | (6.026) |
| PCLD - serviços prestados a terceiros e outros créditos | 16 | 7 |
| | 10.288 | (6.019) |
| Provisão (rev.) para contingências | | |
| Trabalhistas | 37.344 | 38.348 |
| Regulatórias | 14.098 | - |
| Cíveis e direito administrativo | 11.814 | 4.680 |
| Fornecedores | 2.255 | 880 |
| Tributárias | 728 | 60 |
| Ambientais | (163) | 75 |
| Consumidores | (1.048) | (4.147) |
| | 65.028 | 39.896 |
| | 75.316 | 33.877 |

g) Outros Custos e Despesas Operacionais

| | 2008 | 2007 |
|--|---------------|---------------|
| Taxa de fiscalização da Aneel | 9.507 | 9.176 |
| Arrendamentos e aluguéis (1) | 8.241 | 7.003 |
| Perdas na desativação e alienação de bens | 6.181 | 10.456 |
| Energia elétrica - consumo próprio | 5.678 | 5.596 |
| Tributos | 5.418 | 4.140 |
| Propaganda e publicidade | 3.354 | 1.264 |
| Bolsa auxílio - estagiários | 3.027 | 2.614 |
| Doações - lei Rouanet e fundo dos direitos da criança e do adolescente - FIA | 2.782 | 3.401 |
| Seguros | 1.959 | 1.524 |
| Penalidade DIC/FIC | 1.936 | 1.288 |
| Indenizações | 3.769 | 1.874 |
| Recuperação de custos e despesas (2) | (23.490) | (29.449) |
| Custos e despesas gerais | 2.804 | 2.967 |
| | 31.166 | 21.854 |

1) Arrendamentos e aluguéis

| | 2008 | 2007 |
|--|--------------|--------------|
| Imóveis | 5.164 | 3.474 |
| Fotocopiadora | 3.408 | 3.435 |
| Outros | 284 | 369 |
| (-) Transferências para imobilizado em curso | (615) | (275) |
| | 8.241 | 7.003 |

A estimativa de gastos para o exercício de 2009 é basicamente a mesma de 2008, acrescentando-se apenas os índices de correção contratualmente assumidos, não existindo riscos com relação à rescisão contratual. ⁽¹⁾

Do total de R\$ 5.164 gastos com aluguel de imóveis, R\$ 3.455 referem-se ao contrato de locação do Pólo Km 3, firmado entre a Copel Distribuição e a Fundação Copel, o qual, dentre os contratos de aluguel, destaca-se como o contrato mais relevante para a Companhia. Para os períodos futuros este valor será corrigido com base na avaliação imobiliária do imóvel.

(1) Informações não auditadas

2) Recuperação de custos e despesas

| | 2008 | 2007 |
|---|-----------------|-----------------|
| Custos administrativos | (9.516) | (9.599) |
| Arrecadação de faturas baixadas contra PCLD | (4.535) | (7.346) |
| Consumo próprio de energia | (5.678) | (5.596) |
| Material elétrico | (2.457) | (4.784) |
| Recuperação de custos e despesas diversos | (1.304) | (2.124) |
| | (23.490) | (29.449) |

31 RESULTADO FINANCEIRO

| | 2008 | 2007 |
|--|----------------|----------------|
| Receitas financeiras | | |
| Renda de aplicações financeiras | 34.381 | 19.784 |
| Varição monetária sobre repasse CRC ao Governo do Estado do Paraná (NE nº 9.b) | 110.050 | 91.464 |
| Renda sobre repasse CRC ao Governo do Estado do Paraná (NE nº 9.b) | 79.539 | 76.062 |
| Acréscimos moratórios sobre faturas de energia | 41.354 | 43.007 |
| Remuneração - CVA | 11.630 | 10.553 |
| Juros sobre impostos a compensar | 3.701 | 8.738 |
| Outras receitas financeiras | 19.896 | 6.782 |
| | 300.551 | 256.390 |
| (-) Despesas financeiras | | |
| Encargos de dívidas | 68.563 | 83.431 |
| Variações monetárias e cambiais | 35.120 | (17.643) |
| Termo de compromisso de ajuste de conduta | 30.673 | - |
| Juros sobre P&D e PEE | 12.364 | 9.436 |
| Multas moratórias, fiscais e sancionatórias | 9.866 | 3.403 |
| Remuneração - CVA | 9.489 | 21.969 |
| IOF | 8.098 | 8.481 |
| CPMF | 547 | 27.814 |
| Outras despesas financeiras | 5.383 | 1.989 |
| | 180.103 | 138.880 |
| | 120.448 | 117.510 |

32 CÂMARA DE COMERCIALIZAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA – CCEE

O MAE foi extinto e suas atividades, seus ativos e passivos foram, em 12/11/04, absorvidos pela CCEE, que foi constituída sob forma de pessoa jurídica de direito privado, sob regulação e fiscalização da Aneel.

Os dados de comercialização de energia elétrica da Copel Distribuição, considerados na contabilização do MAE, atualmente CCEE, não foram reconhecidos pela Companhia como

efetivos e definitivos para os exercícios de 2000, 2001 e primeiro trimestre de 2002. Esses dados foram calculados através de critérios e valores que levaram em conta decisões da Agência Reguladora, sendo objeto de contestação, e tendo a Companhia já encaminhado, pelas vias administrativas e judiciais, providências contra aquelas decisões.

O pleito está embasado substancialmente no fato de a Companhia ter efetuado transações de venda de energia, as quais não deveriam servir de base de cálculo efetuado pelo Órgão Regulador, para cumprir exclusivamente com contratos com clientes localizados no mercado da região sudeste. O montante estimado relativo às diferenças de cálculo é de aproximadamente R\$ 1.062.000 (valor atualizado em 31/12/08), não reconhecido pela Companhia no passivo de fornecedores.

A Administração, suportada por opinião de seus assessores jurídicos, considera como possíveis as chances de êxito quando da decisão final desses processos judiciais.

a) AES Sul

Pelo Comunicado aos Agentes CAM 1313/08, de 22/10/08, a CCEE informou os valores a serem liquidados em razão da liminar concedida pela 15ª Vara Federal, da Seção Judiciária do Distrito Federal, nos autos da Ação Ordinária nº 2002.34.00.026509-0, em favor da AES Sul, contra a aplicação retroativa do Despacho Aneel nº 288/2002. Em decorrência, a Copel Distribuição pagou o valor de R\$ 6.701, em 07/11/08.

Quando da apuração dos valores referentes ao período 2000-2002, a Companhia já havia obtido decisão semelhante, então afastando os efeitos do Despacho Aneel nº 288/2002, e permitindo que a contabilização e liquidação na ocasião fosse realizada pelo antigo MAE, considerando a quota-parte de Itaipu no Sudeste. Em 30/07/08, no julgamento do agravo de instrumento nº 2002.01.00.028632-7, essa decisão foi mantida, permanecendo em favor da Copel Distribuição a contabilização publicada pelo antigo MAE em 13/03/02.

O julgamento da Ação Ordinária nº 2002.34.00.026509-0, proposta pela AES Sul contra a aplicação retroativa do Despacho Aneel nº 288/2002, confirma os fundamentos da decisão favorável anteriormente obtida pela Companhia.

b) Renegociação - Contrato Cien ⁽¹⁾

Para repor o contrato encerrado com Cien, a Copel Distribuição participa de todos os mecanismos previstos pela legislação para a contratação de energia, conforme estabelecido na Portaria MME nº 294/2006. A absoluta falta de oferta de energia dos geradores nos leilões de energia existente (A-1) de 2007 e 2008, porém, não permitiu a reposição total dos montantes do contrato com Cien, restando 188 MW médios a repor.

Em 2008, a Companhia buscou a reposição de Cien em leilões de energia nova. Contratou

141 MW médios no Leilão UHE Jirau, 51 MW médios no Leilão A-3 de 2008 e 316 MW médios no Leilão A-5 de 2008, montantes suficientes para, de acordo com o início de suprimento dos produtos, atender o crescimento de mercado e repor Cien.

c) Transações correntes no âmbito da CCEE ⁽¹⁾

Os saldos relativos às transações realizadas pela Companhia são os seguintes:

| | 2008 | 2007 |
|--------------------------------------|---------------|--------------|
| Ativo circulante (NE nº 7) | | |
| Até dezembro de 2007 | 14 | 4.743 |
| | 14 | 4.743 |
| Passivo circulante (NE nº 20) | | |
| De outubro a dezembro de 2008 | 27.962 | - |
| | 27.962 | - |

A movimentação dos valores de energia de curto prazo (CCEE) no exercício de 2008 é apresentada a seguir:

| | Valores a liquidar 2007 | Liquidação | Apropriação | Valores a liquidar 2008 |
|-------------------------------|-------------------------|------------------|------------------|-------------------------|
| Ativo circulante | | | | |
| Até dezembro de 2007 | 4.743 | (1.718) | (3.011) | 14 |
| | 4.743 | (1.718) | (3.011) | 14 |
| (-) Passivo circulante | | | | |
| Até dezembro de 2007 | - | (3.037) | 3.037 | - |
| De janeiro a março de 2008 | - | (91.552) | 91.552 | - |
| De abril a junho de 2008 | - | (38.858) | 38.858 | - |
| De julho a setembro de 2008 | - | (53.020) | 53.020 | - |
| De outubro a dezembro de 2008 | - | (27.041) | 55.003 | 27.962 |
| | - | (213.508) | 241.470 | 27.962 |
| Total líquido | 4.743 | 211.790 | (244.481) | (27.948) |

Os efeitos no resultado de 2008 estão demonstrados a seguir:

| | 2008 | | 2007 | |
|----------------------------|---------|---------|---------|--------|
| | MWh | R\$ | MWh | R\$ |
| Compra (NE nº 30.a) | 957.083 | 120.207 | 161.612 | 4.280 |
| Venda (NE nº 28) | - | 2.079 | 160.694 | 26.958 |

⁽¹⁾ Informações técnicas não auditadas pelos auditores independentes.

33 INSTRUMENTOS FINANCEIROS

a) Considerações gerais

A utilização de instrumentos financeiros pela Companhia está restrita a Caixa e equivalentes de

caixa, Consumidores e revendedores, Contas a receber de entidades governamentais, Repasse CRC ao Governo do Estado do Paraná, Empréstimos e financiamentos e Fornecedores.

b) Valor de Mercado dos Instrumentos Financeiros

Em 31/12/08, os valores de mercado dos principais instrumentos financeiros da Companhia aproximam-se dos valores contábeis, destacando-se:

| Instrumentos Financeiros | Valor de mercado | Valor contábil | |
|--|------------------|----------------|-----------|
| | 2008 | 2008 | 2007 |
| Caixa e equivalentes de caixa | 354.286 | 354.286 | 314.549 |
| Contas a receber de entidades governamentais | 165.114 | 165.114 | 293.884 |
| Repasse CRC ao Governo do Estado do Paraná | 1.319.903 | 1.319.903 | 1.250.362 |
| Empréstimos e financiamentos | 167.639 | 167.639 | 127.324 |
| Eletrobrás (Itaipu) | 100.040 | 100.040 | 74.090 |

c) Fatores de Risco

1) Risco de crédito

O risco de crédito da concessionária surge da possibilidade de perda em que se incorre quando da incapacidade de pagamento de faturas da venda de energia elétrica. Este risco está intimamente relacionado com fatores internos e externos à Copel Distribuição. Para reduzir esse tipo de risco a Companhia atua na gerência das contas a receber, detectando as classes de consumidores com maior possibilidade de inadimplência, suspendendo o fornecimento de energia e implementando políticas específicas de cobrança, atreladas a garantias reais ou fidejussórias, sempre que possível.

Os créditos de liquidação duvidosa estão adequadamente cobertos por provisão para fazer face a eventuais perdas na realização destes.

2) Risco de Moeda Estrangeira

Esse risco decorre da possibilidade da perda por conta de flutuações nas taxas de câmbio, que reduzam saldos ativos ou aumentem saldos passivos em moeda estrangeira.

As aplicações financeiras classificadas na rubrica Caixa e equivalentes de caixa da Companhia, em quase sua totalidade, estão investidas em papéis de renda fixa lastreadas em títulos públicos federais. Sua dívida em moeda estrangeira não é significativa e não existe exposição a operações com derivativos de câmbio. A Companhia mantém monitoramento das taxas cambiais.

O efeito da variação cambial decorrente do contrato de compra de energia da Eletrobrás (Itaipu) é contabilizado na conta de compensação da "Parcela A", pelo pagamento das respectivas faturas, sendo repassado no próximo reajuste tarifário da Copel Distribuição.

A exposição ao risco de moeda estrangeira, está demonstrada a seguir:

| Moeda estrangeira | Ativo | Passivo | Exposição líquida |
|------------------------------------|---------------|------------------|--------------------------|
| | | | 2008 |
| Cauções e depósitos vinculados | 37.868 | - | 37.868 |
| Empréstimos e financiamentos | - | (94.049) | (94.049) |
| Fornecedores - Eletrobrás (Itaipu) | - | (100.040) | (100.040) |
| | 37.868 | (194.089) | (156.221) |

3) Risco de Taxa de Juros

Risco da Companhia incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros, que aumentem as despesas financeiras relativas aos passivos captados no mercado.

A Companhia não celebrou contratos de derivativos para cobrir este risco, mas vem monitorando continuamente as taxas de juros de mercado, a fim de observar eventual necessidade de contratação.

4) Risco de Vencimento Antecipado

Risco proveniente do descumprimento de cláusulas contratuais restritivas, presentes nos contratos de empréstimos e financiamentos da Companhia, as quais, em geral, requerem manutenção de índices econômico-financeiros em determinados níveis, os quais são calculados e analisados periodicamente visando à manutenção dos parâmetros estipulados nos contratos.

5) Risco quanto à escassez de energia

Risco decorrente de possível período de escassez de chuvas, dado que a matriz energética brasileira está baseada em fontes hidrelétricas de geração, que dependem do volume de água em seus reservatórios.

Um período prolongado de escassez de chuvas pode reduzir o volume de água em estoque nestes reservatórios, podendo impactar em perdas devido à redução de receitas quando da eventual adoção de racionamento energético.

Por outro lado, o risco é calculado pelo Operador Nacional de Sistema Elétrico – ONS que, segundo as informações do Planejamento de Operação Energética, divulgado anualmente no site www.ons.org.br, não prevê programa de racionamento para os próximos 2 anos ⁽¹⁾.

⁽¹⁾ Informações não auditadas

6) Risco de não renovação das concessões

A Companhia detém concessões para exploração dos serviços de distribuição de energia elétrica com a expectativa, pela Administração, de que sejam prorrogadas pelo Ministério das Minas e

Energia com subsídios da Aneel. Caso a prorrogação das concessões não seja deferida pelo poder concedente ou mesmo ocorra mediante a imposição de custos adicionais para a Companhia (concessão onerosa), os atuais níveis de rentabilidade e atividade podem ser alterados.

7) Instrumentos Financeiros Derivativos

Em atendimento à Deliberação CVM nº 550, de 17/10/08, a Companhia avaliou suas transações e não identificou instrumentos financeiros derivativos.

34 TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Os principais saldos das transações com partes relacionadas no balanço patrimonial são:

| Parte relacionada | Natureza da operação | | |
|---|---|-----------|-----------|
| | | 2008 | 2007 |
| Ativo circulante | | | |
| Sanepar | Consumidores e revendedores | 8.672 | 8.672 |
| Governo do Estado do Paraná | Consumidores e revendedores | 47.174 | 50.163 |
| | CRC (NE nº 9) | 47.133 | 40.509 |
| | ICMS a recuperar (NE nº 10) | 22.926 | 18.075 |
| | Cessão de empregados | 258 | 210 |
| Copel Geração e Transmissão | Consumidores e revendedores | 272 | 459 |
| | Encargos de uso da rede elétrica | 367 | 452 |
| Copel Telecomunicações | Consumidores e revendedores | 17 | 16 |
| | Aluguel de equipamentos e estruturas | 89 | 84 |
| Elejor - Centrais Elétricas do Rio Jordão | Encargos de uso da rede elétrica | 778 | 961 |
| Ativo não circulante | | | |
| Sanepar | Consumidores e revendedores | 8.672 | 17.343 |
| Governo do Estado do Paraná | Consumidores e revendedores | 26.976 | 49.717 |
| | CRC (NE nº 9) | 1.272.770 | 1.209.853 |
| | ICMS a recuperar (NE nº 10) | 52.497 | 38.800 |
| Passivo circulante | | | |
| Eletobrás (Itaipu) | Compra de energia elétrica (NE nº 20) | 100.040 | 74.090 |
| Eletobrás | Financiamentos (NE nº 19) | 5.505 | 8.028 |
| Governo do Estado do Paraná | ICMS a recolher (NE nº 10) | 126.875 | 121.287 |
| Cia Paranaense de Energia - Copel | Repasse de Empréstimos (a) | 8.647 | 7.602 |
| | Juros sobre capital próprio | 141.100 | 117.421 |
| | Dividendos | - | 60.879 |
| Copel Geração e Transmissão | Encargos de uso da rede elétrica | 8.365 | 7.174 |
| | Compra de energia elétrica (NE nº 20) | 10.326 | 8.382 |
| | Parcela de ajuste - encargos da rede (NE nº 25) | 5.992 | 11.909 |
| Copel Telecomunicações | Serviços de telecomunicações | 2.308 | 1.894 |
| Elejor - Centrais Elétricas do Rio Jordão | Compra de energia elétrica (NE nº 20) | 14.209 | 12.940 |
| Centrais Eólicas do Paraná | Compra de energia elétrica | - | 4.302 |
| Passivo não circulante | | | |
| Eletobrás | Financiamentos (NE nº 19) | 67.178 | 40.271 |
| Cia Paranaense de Energia - Copel | Repasse de Empréstimos (a) | 85.359 | 70.432 |
| | Mútuo (b) | 597.227 | 683.052 |
| Copel Geração e Transmissão | Parcela de ajuste - encargos da rede (NE nº 25) | - | 5.992 |

Os principais saldos das transações com partes relacionadas na demonstração de resultado são:

| Parte relacionada | Natureza da operação | | |
|---|--|---------|---------|
| | | 2008 | 2007 |
| Receita operacional | | | |
| Sanepar | Fornecimento de energia elétrica | 122.205 | 123.237 |
| Governo do Estado do Paraná | Fornecimento de energia elétrica | 95.461 | 94.284 |
| Petrobras | Fornecimento de energia elétrica | 11.453 | 11.330 |
| Copel Geração e Transmissão | Fornecimento de energia elétrica | 3.241 | 3.001 |
| | Receita de uso da rede elétrica | 4.389 | 5.992 |
| Copel Transmissão | Fornecimento de energia elétrica | - | 937 |
| Copel Telecomunicações | Aluguel de equipamentos e estruturas | 1.067 | 1.009 |
| | Fornecimento de energia elétrica | 190 | 177 |
| Elejor - Centrais Elétricas do Rio Jordão | Fornecimento de energia elétrica | 7.788 | 8.735 |
| | Renda de prestação de serviços | 320 | - |
| Energia elétrica comprada p/ revenda | | | |
| Eletrobrás (Itaipu) | Compra de energia elétrica (NE nº 30.a) | 475.956 | 394.865 |
| Copel Geração e Transmissão | Compra de energia elétrica (NE nº 30.a) | 90.511 | 74.229 |
| Elejor - Centrais Elétricas do Rio Jordão | Compra de energia elétrica (NE nº 30.a) | 162.802 | 150.085 |
| Centrais Eólicas do Paraná | Compra de energia elétrica | 451 | 505 |
| Itiquira Energética | Compra de energia elétrica (NE nº 30.a) | 107.894 | 98.175 |
| Encargos de uso da rede | | | |
| Copel Geração e Transmissão | Encargos de uso rede básica e conexão (NE nº 30.b) | 72.339 | 5.663 |
| Copel Transmissão | Encargos de uso rede básica e conexão (NE nº 30.b) | - | 260.111 |
| Administradores | | | |
| Diretoria | Honorários e encargos sociais (NE nº 30.c) | 481 | 248 |
| Serviços de Terceiros | | | |
| Copel Telecomunicações | Serviços de telecomunicações (NE nº 30.d) | 25.250 | 22.728 |
| Recuperação de despesas | | | |
| Governo do Estado do Paraná | Cessão de empregados | 405 | 145 |
| Outras despesas operacionais | | | |
| Fundação Copel | Aluguel de imóveis | 3.877 | 2.506 |
| Receitas financeiras | | | |
| Governo do Estado do Paraná | Receita s/ CRC (NE nº 31) | 189.589 | 167.526 |
| | Receita s/ faturas renegociadas | 7.024 | 6.567 |
| Despesas financeiras | | | |
| Eletrobrás | Desp. s/ financiamentos | 4.628 | 2.303 |
| Cia Paranaense de Energia - Copel | Encargos de dívidas - mútuo | 61.145 | 62.809 |

Os valores decorrentes de atividades operacionais envolvendo partes relacionadas são faturados de acordo com as tarifas homologadas pelo órgão regulador.

a) Financiamentos repassados

A Controladora repassou os empréstimos e financiamentos para a Copel Distribuição, quando de sua constituição em 2001, com a mesma incidência de encargos assumidos. Entretanto, como os contratos de transferências não foram passíveis de formalização com as instituições financeiras, estes compromissos encontram-se registrados no passivo da Controladora, bem como no ativo na forma de crédito com a Copel Distribuição.

Na Copel Distribuição as obrigações estão registradas na rubrica de empréstimos e financiamentos no valor de R\$ 94.006 (R\$ 78.034 em 31/12/07) (NE nº 19).

b) Mútuo

Em 27/02/07, foi aprovado pela Aneel o contrato de mútuo firmado entre a Controladora (mutuante) e Copel Distribuição (mutuária), no valor de R\$ 1.100.000. O prazo definido foi de cinco anos, com juros de 104% da taxa DI, e a destinação dos recursos foram o programa de investimento da concessão e o pagamento das debêntures repassadas a Copel Distribuição, vencidas em 01/03/07.

35 SEGUROS

A especificação por modalidade de risco e data de vigência dos principais seguros está demonstrada a seguir. As informações relativas a seguros não foram auditadas pelos auditores independentes.

| Apólice | Término da vigência | Importância segurada |
|---|----------------------------|-----------------------------|
| Riscos nomeados (a) | 24/8/2009 | 564.266 |
| Incêndio - imóveis próprios e locados (b) | 24/8/2009 | 245.885 |
| Responsabilidade civil (c) | 24/8/2009 | 5.780 |
| Engenharia (d) | 24/8/2009 | apólice por averbação |
| Transporte nacional e internacional - exportação e importação (e) | 24/8/2009 | apólice por averbação |
| Riscos Diversos (f) | 24/8/2009 | 45 |

a) Riscos nomeados

Apólice contratada destaca as subestações, nomeando os principais equipamentos, com os respectivos valores segurados. Possui cobertura securitária básica tais como incêndio, queda de raios e explosão de qualquer natureza e cobertura adicional contra possíveis danos elétricos, riscos diversos, riscos para equipamentos eletrônicos e informática.

b) Incêndio

Em imóveis próprios e locados há cobertura para os imóveis e parte dos seus conteúdos. Garante o pagamento de indenização ao segurado ou proprietário do imóvel, pelos prejuízos em consequência dos riscos básicos de incêndio, queda de raio e explosão de qualquer natureza mais a cobertura adicional de vendaval.

c) Responsabilidade civil

Apólice contratada pela Controladora com importância segurada única, extensiva a Copel Distribuição. Garante a cobertura às reparações por danos involuntários, corporais e/ou materiais e/ou morais causados a terceiros, em consequência das operações comerciais e/ou industriais da Companhia.

d) Riscos de engenharia

Cobertura dos riscos de instalação, montagem, desmontagem e testes em equipamentos novos, principalmente em subestações. Contratada apólice na modalidade por averbação, conforme a ocorrência e necessidade para cobertura dos riscos na execução de serviços de engenharia.

e) Seguro de transporte

Garante cobertura contra as perdas e danos causados às mercadorias durante o transporte, por qualquer meio adequado, em operações no mercado interno ou externo, nas modalidades de transporte nacional e internacional de importação e exportação. Contratada apólice na modalidade por averbação, sendo basicamente utilizado para o seguro de transporte de equipamentos elétricos e eletrônicos.

f) Riscos diversos

Garante cobertura para as perdas e danos materiais, causados aos bens descritos na apólice, por quaisquer acidentes decorrentes de causa externa, incluindo os riscos de transporte. Nesta modalidade de seguro são incluídos os equipamentos elétricos móveis e/ou estacionários, bem como os equipamentos de informática e eletrônicos, quando em operação nas unidades das empresas ou quando arrendados ou cedidos a terceiros.

36 GASTOS EM MEIO AMBIENTE

A Companhia vem desenvolvendo programas e buscando alternativas que possibilitem a redução dos impactos ambientais provocados pelo desempenho de suas atividades.

Dentro desta filosofia, como principais programas desenvolvidos para este objetivo, em 2008 e 2007, com os respectivos valores gastos, podemos citar:

| | 2008 | 2007 |
|---|----------------|---------------|
| Rede Compacta e Linha Verde | 74.332 | 38.069 |
| Programa de Gestão de Resíduos | 896 | 902 |
| Programa de Proteção a Fauna e a Flora | 247 | 126 |
| Programa Tributo às Águas e outros | 43 | - |
| Programa de Educação Ambiental | - | 55 |
| Programa de eficiência energética – PEE e P&D | 28.915 | 55.411 |
| | 104.433 | 94.563 |

37 DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO SEGREGADO POR ATIVIDADE

Apresentamos a seguir o resultado da Copel Distribuição, segregado por atividade:

| DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO | DISTRIBUIÇÃO | COMERCIALIZAÇÃO | TOTAL |
|---|--------------------|--------------------|--------------------|
| RECEITA OPERACIONAL | | | |
| Fornecimento de energia elétrica | - | 2.804.767 | 2.804.767 |
| Suprimento de energia elétrica | - | 60.722 | 60.722 |
| Disponibilidade da rede elétrica | 3.330.176 | - | 3.330.176 |
| Outras receitas operacionais | 59.706 | 8.686 | 68.392 |
| | 3.389.882 | 2.874.175 | 6.264.057 |
| DEDUÇÕES DA RECEITA OPERACIONAL | (1.496.593) | (1.001.546) | (2.498.139) |
| RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA | 1.893.289 | 1.872.629 | 3.765.918 |
| CUSTOS DO SERVIÇO DE ENERGIA ELÉTRICA | | | |
| Custo com energia elétrica | | | |
| Energia elétrica comprada para revenda | - | (1.763.470) | (1.763.470) |
| Encargos de uso da rede elétrica | (246.078) | (120.483) | (366.561) |
| | (246.078) | (1.883.953) | (2.130.031) |
| Custo de operação | | | |
| Pessoal | (317.046) | (67.112) | (384.158) |
| Planos previdenciário e assistencial | (19.898) | (3.260) | (23.158) |
| Material | (33.577) | (2.574) | (36.151) |
| Serviços de terceiros | (90.763) | (38.956) | (129.719) |
| Depreciação e amortização | (157.061) | (1.755) | (158.816) |
| Outros custos de operação | (5.463) | 8.048 | 2.585 |
| | (623.808) | (105.609) | (729.417) |
| Custo do serviço prestado a terceiros | | | |
| Pessoal | (62) | - | (62) |
| Material | (942) | - | (942) |
| Serviços de terceiros | (384) | - | (384) |
| | (1.388) | - | (1.388) |
| | (871.274) | (1.989.562) | (2.860.836) |
| LUCRO (PREJUÍZO) OPERACIONAL BRUTO | 1.022.015 | (116.933) | 905.082 |
| Outras Receitas (Despesas) Operacionais | | | |
| Despesas com vendas | (338) | (30.941) | (31.279) |
| Despesas gerais e administrativas | (47.503) | (129.575) | (177.078) |
| Outras receitas (despesas), líquidas | (38.890) | (46.257) | (85.147) |
| | (86.731) | (206.773) | (293.504) |
| RESULTADO DO SERVIÇO | 935.284 | (323.706) | 611.578 |
| RESULTADO FINANCEIRO | | | |
| Receitas financeiras | 63.635 | 236.916 | 300.551 |
| Despesas financeiras | (126.557) | (53.546) | (180.103) |
| | (62.922) | 183.370 | 120.448 |
| RESULTADO OPERACIONAL | 872.362 | (140.336) | 732.026 |
| LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL | 872.362 | (140.336) | 732.026 |
| IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL | | | |
| Imposto de renda e contribuição social | (100.483) | - | (100.483) |
| Imposto de renda e contribuição social diferidos | (87.169) | - | (87.169) |
| | (187.652) | - | (187.652) |
| LUCRO (PREJUÍZO) LÍQUIDO DO EXERCÍCIO | 684.710 | (140.336) | 544.374 |

PARECER DO CONSELHO FISCAL**PARECER DO CONSELHO FISCAL DA COPEL DISTRIBUIÇÃO S.A. SOBRE O RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO, BALANÇO PATRIMONIAL, DEMAIS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E PROPOSTA DA DIRETORIA PARA DESTINAÇÃO DO RESULTADO.**

O Conselho Fiscal da Copel Distribuição S.A., no cumprimento das disposições legais e estatutárias, além de ter acompanhado — através de análises de balancetes — a gestão econômico-financeira da referida Empresa, examinou as Demonstrações Financeiras do exercício social de 2008, encerrado em 31 de dezembro, abrangendo o Balanço Patrimonial e demais Demonstrações Contábeis, tendo apreciado, também, o Relatório da Administração e a proposta da Diretoria para a destinação do lucro líquido, e considerando todos os pontos contidos no Parecer da Deloitte Touche Tohmatsu - Auditores Independentes — bem como as informações e esclarecimentos por eles prestados, é de parecer que as mencionadas demonstrações refletem, com propriedade, a situação patrimonial e financeira da Companhia e os correspondentes resultados de suas operações, estando, assim, tais documentos em condições de serem submetidos à apreciação e à consequente deliberação da Acionista Controladora.

Curitiba, 18 de março de 2009

OSMAR ALFREDO KOHLER

Presidente

HERON ARZUA

WILSON PORTES

COMPOSIÇÃO DOS GRUPOS RESPONSÁVEIS PELA GOVERNANÇA**CONSELHO FISCAL**

Presidente OSMAR ALFREDO KOHLER

Membros: HERON ARZUA
WILSON PORTES**DIRETORIA**

Diretor Presidente RUBENS GHILARDI

Diretor de Finanças, Relações com Investidores e
de Controle de Participações PAULO ROBERTO TROMPCZYNSKI

Diretor de Administração ANTONIO RYCHETA ARTEN

Diretor de Distribuição RONALD THADEU RAVEDUTTI

Diretor Jurídico ZUUDI SAKAKIHARA

Diretor de Engenharia LUIZ ANTONIO ROSSAFA

Diretora de Meio Ambiente e Cidadania Empresarial MARLENE ZANNIN

Diretor Adjunto ELZIO BATISTA MACHADO

CONTADOR

Contador - CRC-PR-024769/O-3 ENIO CÉSAR PIECZARKA

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

O Conselho de Administração da Copel Distribuição S.A. foi extinto através de sua 5ª Assembléia Geral Extraordinária, ratificada pela 119ª Reunião Ordinária do Conselho de Administração da Companhia Paranaense de Energia - Copel

As demonstrações contábeis da Copel Distribuição S.A. estão inseridas e validadas nos exames da Auditoria Externa da Companhia Paranaense de Energia – Copel, publicados no Diário Oficial do Estado do Paraná em 14 de abril de 2009.
